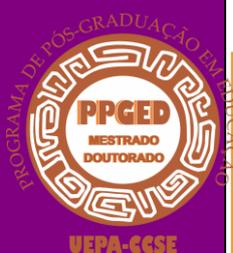


**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**



MARIA CATARINA WANZELER CARVALHO

**ARQUITETÔNICA DOS CONHECIMENTOS E O PROCESSO  
EDUCATIVO DA PESCA ARTESANAL NA ILHA SARACÁ DE  
LIMOEIRO DO AJURU-PA**



BELÉM  
2023

MARIA CATARINA WANZELER CARVALHO

**ARQUITETÔNICA DOS CONHECIMENTOS E O PROCESSO  
EDUCATIVO DA PESCA ARTESANAL NA ILHA SARACÁ DE  
LIMOEIRO DO AJURU-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Pará – UEPA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. José Anchieta de Oliveira Bentes.

BELÉM - PA  
2023



MARIA CATARINA WANZELER CARVALHO

**ARQUITETÔNICA DOS CONHECIMENTOS E O PROCESSO  
EDUCATIVO DA PESCA ARTESANAL NA ILHA SARACÁ DE  
LIMOEIRO DO AJURU-PA**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em Educação, na área de concentração: Saberes Culturais e Educação na Amazônia.

**Data da defesa:** 18 /03/2024

**Conceito:**

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. José Anchieta de Oliveira Bentes  
Doutor em Educação Especial – UFSCAR/SP  
(Orientador - UEPA)

---

Prof. Dr. Sérgio Roberto Moraes Corrêa  
Doutor em Ciências Sociais - PPGCS-UFPA  
(Membro interno – PPGED-UEPA)

---

Prof. Dr. Doriedson Rodrigues  
Doutor em Educação - UFPA  
(Membro Externo - PPGEDUC/UFPA)

BELÉM  
2024

Aos parentes da pesquisa pela relação dialógica estabelecida que fizeram desta pesquisa um momento singular carregado de muita amorosidade e conhecimento.

À Merian e Antônio, meus pais, que pelas amarras sociais e omissão do Estado não puderam concluir seus estudos, hoje se sentem realizados nas conquistas da(o)s filha(o)s.

À Vitória e Marco que a cada dia me fazem ser uma pessoa melhor.

Ao meu esposo que me faz lembrar que somos seres diferentes, e que a diferença nos singulariza.

Aos meus irmãos que sonharam que juntos vamos “vencer na vida”.

## AGRADECIMENTOS

Aos parentes da viagem-pesquisa pela oportunidade de estabelecer uma relação dialógica regada de muito respeito, afeto e amorosidade que resultou na construção deste estudo.

Ao meu Orientador, Prof. José Anchieta Bentes, por ser esse parceiro que me acolheu e aceitou a minha singularidade, e que aos poucos fomos construindo confiança e conhecimento.

Aos meus pais, Antônio Carvalho e Maria Merian Wanzeler Carvalho, por plantarem a sementinha que só conseguiremos “vencer na vida através da educação”. Esta conquista é de vocês como forma de gratidão pelo esforço, amor, carinho e aprendizagem.

À minha filha Vitória Carvalho Prestes por ser esse exemplo de superação. Obrigada por compreender minha ausência quando era necessária a minha presença. Obrigada pelo abraço, e ao “eu te amo” de todos os dias. Amo-te mais que açaí com camarão!

Ao meu filho, Marco Antônio, por me ajudar na formatação e orientação de estudos, Gratidão por cada abraço, cada “eu te amo”. Isso serviu de energia para não desistir. Amo-te mais que tamuatá cozido!

Aos meus irmãos que sempre fizeram uma rede de apoio para que pudesse ter condições de concluir este trabalho. Vocês sabem que sempre podem contar com meu amor e apoio.

Ao meu esposo e amigo que foi de uma paciência, compreensão, companheirismo e amorosidade que tornou esse momento menos angustiante. Gratidão por entender e respeitar que meu lugar não é apenas ao teu lado. Amo-te mais que mapará assado com açaí!

Aos meus familiares que respeitaram minhas escolhas e torceram pelas realizações e meus projetos.

Ao grupo Gelpea pelas trocas e estudos realizados que muito me ajudou na compreensão epistemológica dos estudos bakhtinianos.

A minha amiga, madrinha e irmã do coração, Dilma que, apesar de todas suas demandas, sempre encontrou tempo para conversar sobre minhas dúvidas e me erguer quando necessário.

Aos meus amigos de trabalho que juntos construímos uma relação de alteridade com muito comprometimento, dedicação e respeito com nossos alunos.

Aos meus alunos e minhas alunas que dentro das nossas relações estabelecias pude amadurecer enquanto profissional.

Aos meus amigos, Rita Bentes, Ronielson e Angélica, pelo carinho e diálogo estabelecidos que foram fundamentais para discutir sobre as dúvidas que emergiram no decorrer desta construção.

Aos meus colegas da turma 18 do mestrado que com muito afeto e amorosidade conseguimos estabelecer uma relação de companheirismo, respeito e amizade, tornando o mestrado mais leve e de muito conhecimento.

Os companheiros de orientação, Lidiane, Helen, Ronielson, Cyntia, Gil, Eliana, Fábio Rodrigues, Huber, Walber, Angélica, pela relação de alteridade estabelecida no decorrer deste processo, pois foram momentos singulares regados de muito companheirismo, tensão, amorosidade, incerteza e alegria proporcionada pelos estudos realizados.

Aos professores do PPGED-UEPA que cada um com sua singularidade estabeleceram uma relação de alteridade e amorosidade. Vocês foram fundamentais para minha formação acadêmica.

“Você tem que assumir o compromisso que vai ensinar tudo o que eu lhe ensinei para quem precisar. E, enquanto você ou alguém que aprendeu com você está ensinando, passando para frente o nosso conhecimento eu estarei vivo mesmo enterrado! Mas se você deixar de ensinar o que eu lhe ensinei eu estarei enterrado mesmo meu que esteja vivo! A minha vida está nas suas mãos. Você agora é responsável pelo meu viver. Então, isso é relação com a ancestralidade, meu querido! Então, eu estou cada vez mais tranquilo porque cada vez mais o Roberto Márcio está vivo. Então, ancestralidade não é morta! Ancestralidade é viva! É presente! É agora! A ancestralidade é trajetória! A ancestralidade come! Nós precisamos alimentar ancestralidade!” (Márcio Bispo).

## RESUMO

CARVALHO, Maria Catarina Wanzeler. **ARQUITETÔNICA DOS CONHECIMENTOS E O PROCESSO EDUCATIVO DA PESCA ARTESANAL NA ILHA SARACÁ DE LIMOEIRO DO AJURU-PA.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Pará, Belém, Pará, 2023.

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar as formas de como se constitui a arquitetura dos conhecimentos e o processo educativo da(o)s pescadora(e)s artesanais partícipes do Acordo de Pesca no município de Limoeiro do Ajuru-PA. Formula-se a seguinte questão-problema: como se constituem os conhecimentos do(a)s pescadora(e)s participantes face à organização do Acordo de Pesca singular da Ilha Saracá, no município do Limoeiro do Ajuru-Pará? Essa questão nos revela as formas de como se constitui a arquitetura dos conhecimentos, tomado aqui como o objeto de análise. Trata-se de uma pesquisa qualitativa por valorar objeto concreto das ciências humanas e por provocar a imersão no cotidiano desses partícipes, que dialoga com os fundamentos da Análise Dialógica do Discurso (ADD) à luz da concepção bakhtiniana (2004; 2010; 2011; 2012, 2017, 2020), tendo como base a premissa de que a arquitetura dos conhecimentos acontecem nos momentos de alteridade: “eu-para-mim”, “eu-para-o-outro” e o “outro-para-mim”, instaurando as categorias-conceitos e de análise, tais como: Como se faz e por quê é feito?; De que material é feito e por quê?; e, Como medir? Estas correlacionadas às concepções de: conhecimento, dialogismo, alteridade e temporalidade, para uma análise na totalidade. Para tanto, esta pesquisa foi realizada na Ilha Saracá, do município do Limoeiro do Ajuru-Pará, com a participação de seis sujeitos, sendo quatro mulheres e dois homens, os quais narraram seus conhecimentos singulares por meio dos círculos de diálogo. A escolha de quatro mulheres foi devido ao engajamento maior delas na luta por resistência das condições opressoras, e também como modo de reconhecimento de sua importância enquanto sujeitas sociais. Nesta pesquisa revelou-se que o Acordo de Pesca é uma organização político-social que se configura como um movimento de luta de classe da(o)s pescadora(e)s que criam tensões quando constroem as diversas formas de fazer seus instrumentos de trabalho, e saber como fazê-los, qual o material mais consistente para utilizar na produção destes, e, sobretudo a finalidade social do uso. Nota-se que estes sujeitos enquanto trabalhadora(e)s ribeirinha(o)s primam por um projeto de pesca coletivo da vida concreta que propõe uma heterociência na perspectiva das ciências humanas, valorando alteridade constitutiva dos sujeitos enquanto construtores dos seus conhecimentos. Assim, conclui-se que essa arquitetura dos conhecimentos da(o)s pescadora(e)s artesanais do Acordo de Pesca se contrapõem aos tipos de conhecimentos produzidos pela classe hegemônica, instituídos oficialmente pelo capital, que invisibiliza e nega os conhecimentos dessa classe menos favorecida enquanto ciência outra.

**Palavras-chave:** conhecimentos, alteridade, temporalidade, relação dialógica, Acordo de pesca

## ABSTRACT

This dissertation has the general objective of analyzing the constitution of the architectonic of knowledge of artisanal fisherwomen(men) participating in the Fishing Agreement in the municipality of Limoeiro do Ajuru-Pa. The following problem question is formulated: how was the knowledge of the participating fisherwomen formed regarding the organization of the unique Fisheries Agreement on Saracá Island, in the municipality of Limoeiro do Ajuru-Pa? This question reveals to us the architecture of knowledge, taken here as the object of analysis. This is a qualitative research for valuing a concrete of the participants, which dialogues with the foundations of Dialogic Discourse Analysis (DDA) in light of the Bakhtinian conception (2004; 2010; 2011; 2012 , 2017, 2020), based on the premise that the architecture of knowledge happens in moments of otherness: me-for-me, me-for-the-other and the other-for-me, establishing concept and analysis categories, such as: how is it done and why is it done?; What material is it made of and why?; and, How to measure? These correlate to the concepts of: knowledge, dialogism, otherness and temporality, for a total analysis. To this end, this research was carried out on Ilha Saracá, in the municipality of Limoeiro do Ajuru-PA, with the participation of six subjects, four women and two men, who narrated, through dialogue circles, their knowledge. The choice of four women was due to their greater engagement in the struggle to resist oppressive conditions, and also as a way of recognizing their importance as social subjects. This research revealed that the Fishing Agreement is a political-social organization that configures itself as a class struggle movement of fisherwomen(men) who create tensions when they construct the different forms of making their instruments and work, and knowing how to make them, what is the most consistent material to use in their production, and above all the social purpose of their use. It is noted that these subjects, as riverside workers, yearn for a collective fishing project of concrete life that proposes heteroscience from the perspective of human sciences, valuing the constitutive otherness of the subjects as builders of their knowledge. Thus, it is concluded that these architectonic of knowledge are opposed to the types produced by the hegemonic class officially instituted by capital, that erases and denies the knowledges of this less favored class as other science

—

**Keywords:** knowledge, otherness, temporality, dialogic relationship, Fisheries Agreement

:

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Levantamentos de dissertações e teses .....	34
Quadro 2: Demonstrativo dos parentes da pesquisa .....	46
Quadro 3: demonstrativo dos encontros com o corpus da pesquisa.....	65
Quadro 4: cronologia de Bakhtin .....	72
Quadro 5: arquitetônica dos conhecimentos dos participantes da pesquisa .....	98
Quadro 6: a utilidade, tipo de teçume do paneiro.....	105
Quadro 7: instrumento, utilidade e material utilizados no cacuri .....	130

## **LISTA DE ORGANOGRAMA**

Organograma 1: percurso metodológico da pesquisa .....	56
--	----

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: traços herdados da ancestralidade.....	38
Figura 2: mapa do município de Limoeiro do Ajuru .....	39
Figura 3: imagem da entrada da Ilha Saracá.....	42
Figura 4: casa feita pelos pescadores para servir de abrigo no período defeso.....	61
Figura 5: momento em que os pescadores estão à procura do cardume.....	63
Figura 6: momento da retirada dos peixes capturados no “borqueio”.....	64
Figura 7: momento em que os pescadores estão assistindo o “borqueio” .....	68
Figura 8: representação da relação dialógica.....	74
Figura 9: sumarização da ideia de relações entre sujeitos.....	77
Figura 10: discurso alheio e discurso autoral .....	78
Figura 11: círculo de diálogo com os participantes da pesquisa .....	98
Figura 12: demonstrativo do paneiro e algumas de suas utilidades .....	101
Figura 13: imagem do paneiro tipo raso .....	107
Figura 14: ilustração para mostrar as etapas do teçume do fundo do paneiro .....	108
Figura 15: paneiro fino.....	110
Figura 16: imagem ilustrativa para mostrar as etapas do teçume do fundo do paneiro; .....	111
Figura 17: paneiro de “olho”.....	113
Figura 18: imagem ilustrativa para mostrar as etapas do teçume do fundo do paneiro .....	115
Figura 19: imagem do cacuri: .....	118
Figura 20: demonstrativo de alguns dos recursos utilizados na confecção do cacuri. ....	119
Figura 21: demonstrativo do cacuri e alguns dos recursos utilizados na sua confecção. ....	131
Figura 22: imagem de um cacuri de dois círculos.....	136

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC Associação Comunitária  
AEE Atendimento Educacional Especializado  
ALEPA Assembleia Legislativa do Estado do Pará  
CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CPP Conselho Pastoral do Pescador  
CEP Comitê de Ética de Pesquisa  
CNDCT Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CCSE Centro de Ciências Sociais e Educação  
GELPEA Grupo de Estudos em linguagens e Práticas Educacionais da  
Amazônia  
GELPEA Grupo de Estudos em linguagens e Práticas Educacionais  
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia Estatística  
IBAMA Instituto Brasileiro de Meio Ambiente  
LDB- Lei de Diretrizes Bases  
MCP Movimento Conselho da Pesca  
PPGED Programa de Pós-Graduação em Educação  
PL Projeto de Lei  
SEDUC Secretária Estadual de Educação  
TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
UFPA Universidade Federal do Pará  
UEPA Universidade do Estado do Pará  
UVA Universidade Vale do Acaraú

## SUMÁRIO

<b>1 AS PRIMEIRAS REMADAS RUMO A NOSSA PESCARIA.....</b>	<b>14</b>
<b>2 MERGULHO SOBRE A NOSSA TEMÁTICA .....</b>	<b>31</b>
2.1 UM MERGULHO AINDA MAIS NA TEMÁTICA DA PESQUISA .....	31
2.2 LÓCUS DA PESQUISA.....	36
2.3 PARENTES DA PESQUISA.....	44
2.4 A LAMPARINA QUE VAI CLAREAR E DIRECIONAR A NOSSA VIAGEM- PESQUISA .....	48
2.5 ASPECTOS ÉTICOS.....	57
2.6 CAMINHO PARA A PESCARIA DIALÓGICA.....	59
2.7 ABERTURA DA PESCA.....	67
2.8 PERÍODO DEFESO .....	69
<b>3 O LEME CONDUTOR DA VIAGEM: CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS À PESQUISA.....</b>	<b>71</b>
3.1 O CONHECIMENTO, O DIALOGISMO, A ALTERIDADE E A TEMPORALIDADE .....	71
3.2 A ARQUITETÔNICA DO ACORDO DE PESCA .....	80
3.3 UM DIÁLOGO COM OS CONHECIMENTOS DA PESCA FAZ-SE NECESSÁRIO .....	88
3.4 UM MERGULHO NESSE RIO CHAMADO CONHECIMENTOS DOS PESCADORES DA ILHA SARACÁ.....	92
3.5 ARQUITETÔNICA DOS CONHECIMENTOS DA(O)S PESCADORA(E)S ARTESANAIS.....	97
3.5.1 O PANEIRO .....	100
3.5.2 CACURI OU PAREDÃO .....	117
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>146</b>

## 1 AS PRIMEIRAS REMADAS RUMO A NOSSA PESCARIA

O presente trabalho viagem-pesquisa é um convite a uma pescaria que nos levará, no balanço do rio, a vivenciar relações dialógicas<sup>1</sup> que se estabeleceram entre a(o)s pescadora(e)s partícipes do Acordo de Pesca, no município de Limoeiro do Ajuru, no Estado do Pará. Nessa pescaria ficamos atentos às suas narrativas, por meio de suas vozes, **com objetivo central de analisar a constituição das arquitetônicas dos conhecimentos da(o)s pescadora(e)s artesanais partícipes do Acordo de Pesca no município de Limoeiro do Ajuru-Pa.**

Para a realização desta viagem-pesquisa definimos os objetivos específicos, que são indispensáveis na realização desta, tais como: **a) Compreender como se constituem os conhecimentos advindos da prática de pesca coletiva a partir das categorias: Como se faz e por quê é feito?; Do que material é feito e por quê?; e, Como medir?; e, b) Identificar quais as formas de conhecimentos são marcadas enquanto discurso nas narrativas da(o)s pescadora(e)s artesanais, considerando como tema-foco dessas narrativas os Acordos de Pesca.**

Esta viagem-pesquisa se justifica pelo interesse de trazer a discussão sobre como se constituem os conhecimentos e as várias formas que esses conhecimentos se correlacionam no meu viver-agir como filha de pais-pescadores, pois ao longo da minha vida convivi de perto com a rotina do trabalho de pesca artesanal, acompanhando várias trajetórias de vida do coletivo de pesca marcadas por lutas, ensinamentos e conquistas movidas pela esperança de dias melhores. Esses conhecimentos partilhados socialmente foram indispensáveis à luta de classe<sup>2</sup>, pois, estes foram me alterando tanto nos meus posicionamentos quanto nos meus atos éticos-políticos anos afins, que me deixaram marcas, constituindo, assim, a minha identidade-alteridade na relação dialógica.

Para isso, com intuito de tecer uma compreensão ao leitor, do meu ponto de vista como uma pescadora dialógica, trago no meu memorial todas essas vivências

---

<sup>1</sup> Comunico que toda o processo de escrita desta dissertação, utilizaremos termos voltados para concepção bakhtiniana.

<sup>2</sup> “Marx distingue duas classes sociais básicas: aquela que se apropria dos principais meios de produção e aquela que é despojada da propriedade desses meios da primeira. A forma com ocorreu essa apropriação e esse despojamento variou em cada época e criou classes opostas, tais como nas célebres palavras do Manifesto Comunista. “Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos” (Marx, Engels. Manifesto do Partido Comunista, 1998, p.40), cujos os modernos descendentes são o capitalista e o assalariado”(Grespan, 2021, p.78).

que me tornaram um ser único e inacabado na busca de um posicionamento altérico na relação dialógica do “eu e o outro” imbricados, para mostrar um pouco dos registros que foram fundamentais, que marcaram a minha trajetória, constituindo-me como mulher ribeirinha, pescadora, professora e pesquisadora, trazendo questionamentos e indagações que me impulsionaram a realizar esta viagem-pesquisa.

O meu pensamento altérico me permitiu compreender nessa trajetória de pescadora à pesquisadora, que só é possível discutir sobre os conhecimentos da prática de pesca com base na arquitetura dos conhecimentos: na alteridade do eu-para-mim, do eu-para-o-outro e do outro-para-mim, que é imprescindível na relação dialógica face à tensão do que orienta os discursos revelados nas narrativas dos sujeitos partícipes no viver-agir do Acordo de Pesca.

Bakhtin (2020) discute no seu livro **Para uma Filosofia do Ato Responsável** que a singularidade constitutiva da alteridade de cada um, com a sua participação e não indiferença à singularidade dos outros, reconhece o outro como único e insubstituível com sua singularidade baseada na responsabilidade sem álibis, pois habitualmente na sociedade essa singularidade única fica relegada ao privado, ao que é instituído como o oficial, do formal, da identidade com a sua responsabilidade garantida e delimitada de álibis estigmatizados pelas leis, convenções principalmente do ponto de vista da esfera jurídica.

Isso implica o compromisso com o ato de escuta responsiva em que o “outro”, com a sua participação não indiferente, traz sua voz para que possa ser ouvida, em razão disso, há a necessidade dessa viagem-pesquisa ter o compromisso com as vozes outras singulares advindas também de lugares outros com respeito aos posicionamentos outrem.

Partindo da concepção de que os conhecimentos se dão na relação de alteridade, na consideração de uma singularidade outra, busco na memória sobre os acontecimentos marcantes da minha vida, os quais ajudaram com o aprendizado de quem eu sou hoje. Desta forma, podemos aprender vivências novas ampliando sempre as experiências de vida, ou seja, Bakhtin (2017) afirma que:

A interpretação como correlacionamento com outros textos e reapreciação em um novo contexto (no meu, no atual, no futuro). O contexto antecipável do futuro: a sensação de que estou dando um novo passado (saí o lugar). Bakhtin (2017, p. 67).

Para o autor a memória é lugar da relação dialógica entre o eu com o outro, considerando o passado e o presente imbricados como fundamentais para a projeção do futuro, ou seja, a projeção de futuro com base na interpretação do presente-passado – o porvir. Este arcabouço metodológico estabelecido pelo movimento dialógico de retrospectão e prospecção que vai nos orientar tanto na discussão teórica quanto na parte metodológica, especificamente na análise a partir das categorias emergidas do *corpus*, que as narrativas da(o)s pescadora(e)s e os apontamentos do diário de campo.

Narrar minha trajetória pessoal traz memórias maravilhosas que sinto prazer em lembrá-las, mas também trazem memórias que me provocam indignações. Os atos mais marcantes foram as diferentes formas de lutas pela sobrevivência em um sistema capitalista e excludente que nos oprime e faz acreditar que era impossível sonhar em um futuro concreto e real “vencer na vida”, “ser alguém na vida”, era assim que nos sentíamos quando ouvíamos pessoas dizerem: “que gente do interior só sabe encher a casa de filho”, “Só sabe ir para o rio pescar”. Essa visão essencialista do mundo levou-nos a pensar que o nosso destino estava definido sem possibilidade e sonhar em galgar graus maiores na nossa formação, estávamos fadados ao fracasso.

Dessa forma, naturalizando a incapacidade de transformação coletiva dos sujeitos, conseqüentemente, do mundo, definindo esses sujeitos com uma única função na vida, a do trabalho, como pescador a serviço apenas ao capital, colocando o trabalhador na condição de não sujeito, “como um burro de carga” (Marx; Engels, 2009).

Isso afirma negativamente a atividade de pescador desenvolvida pelo ribeirinho, como também o conhecimento produzido a partir desta. No entanto, minha infância foi permeada de uma relação construída com esses povos, fazendo uma retrospectão por meio de cronotopos – um movimento ativo do tempo-espaco imbricado – que me transformou socialmente, estabelecendo minha identidade-alteridade no aqui-agora, depois de uma longa caminhada e luta, estou aqui para narrar minha trajetória de vida no lugar-tempo que estou realizando esta viagem-pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, nos anos de 2022 a 2024.

Esta narração se faz necessária para mostrar a realidade que me constituiu e me impulsionou na escolha do meu objeto dessa viagem-pesquisa enquanto ato responsável em que senti a responsabilidade de contribuir com a compreensão e divulgação deste objeto: as formas de como se constituem os conhecimentos da(o)s pescadora(e)s artesanais partícipes do Acordo de Pesca singular da Ilha Saracá, de Limoeiro do Ajuru.

A minha consciência me diz, mediante a esta temática, que tenho que fazer algo, divulgar o meu posicionamento ao encontro de outras vozes de pescadora(e)s, com o meu ato responsável, exercer minha palavra para que os outros percebam o processo de opressão que vivenciamos. Pois, assim como eu, outras pessoas também ainda vivenciam e sofrem com o preconceito do processo de exclusão e opressão advindo de uma sociedade capitalista, excludente, patriarcal e opressora que não reconhece esses conhecimentos como atividades científicas (Oliveira, 2016).

Neste sentido, retomo novamente à discussão de Bakhtin (2020) no que diz respeito a responsabilidade e responsividade na sua integralidade quando afirma:

Cada um dos meus pensamentos, com o seu conteúdo é um ato singular responsável meu; é um dos atos que se compõe a minha vida singular inteira como agir ininterrupto, porque a vida inteira na sua totalidade pode ser considerada como uma espécie de ato complexo: eu ajo com toda minha vida, e cada ato singular e cada experiência que vivo são momentos do meu viver-agir. A tal pensamento, enquanto ato forma um todo integral: tanto o seu conteúdo-sentido quanto o fato de sua presença em minha consciência de um ser humano singular, precisamente determinado e em condições determinadas – ou seja, sua historicidade concreta de sua realização – esses dois momentos, portanto, seja no sentido, seja no histórico-individual (factual), são dois momentos unitários e inseparáveis na valoração deste pensamento como meu ato responsável (Bakhtin, 2020, p. 44).

A responsabilidade e a alteridade me convocam a proferir a minha palavra que é fundamental para que os outros reconheçam o processo de opressão e de desumanização vivenciadas, tais como: instalações de barragens hidrelétricas como projetos faraônicos representando o capital no consumo controlado de energia elétrica; instalações de embarcações ilegais de pesca predatória para a manutenção de grandes barcos pesqueiros com interesse de manter o capital por monopólio, junto aos atravessadores, como gerentes officiosos, do pescado; impactos

ambientais que interferem diretamente na prática de pesca e na condição social e humana da(o)s pescadora(e)s na região tocantina.

Diante desta concreta e desumana realidade, desloco-me nesta travessia para apresentar e discutir tal temática, valorando os conhecimentos que me constituíram como mulher ribeirinha, pescadora e pesquisadora, para refletir sobre esses conhecimentos que são importantes para serem reconhecidos enquanto ciência outra na sociedade, não apenas por meio dos conhecimentos criados nas interações dialógicas por estes sujeitos no ato de apreender o como fabricam seus instrumentos, por quais motivos são feitos tais instrumentos e de que forma vai usá-los no pescado, até dos artesanatos como formas de olhar esteticamente o ato **de pescar** no mundo.

Mas, também para a tensão diária de luta, resistindo a qualquer ato opressor supracitado no discurso anterior, conseqüentemente, este deslocamento se contrapõe à opressão dos grandes representantes do capital que monopolizam e negam o modo de vida singular desta classe trabalhadora do pescado, da Ilha de Saracá.

Com isso, percebi que nessa relação estabelecida entre pescadores de luta contra o sistema opressor é importante também identificar situações de alteridade que se deram no Acordo de Pesca, mas também refletir por meio de algumas evidências de desigualdade de gênero na prática de pesca, que nos permitiram, inclusive, trazer as mulheres em maioria como partícipes nesta investigação.

Na trajetória da construção do conhecimento, mesmo em comunidades, e, sobretudo nas imposições do capital direcionadas, principalmente, aos pescadores homens, fortalecendo os ideais do patriarcado, tentando inferiorizar a contribuição das mulheres no processo de construção da teoria do conhecimento que se realizou nessa comunidade de pesca pelo Acordo de Pesca.

Embora mudanças venham ocorrendo de forma gradativa em que as mulheres buscam suas independências e ocupam seus espaços na sociedade, o modo desigual reverbera até hoje, o que as deixam em segundo plano, em que as mulheres passam a serem vistas com inferioridade em relação aos homens, quando implica uma atitude de prepotência dos homens em relação às mulheres, inferiorizando-as no meio familiar, no espaço profissional e nos horizontes sociais, como também negando os direitos e a identidade-alteridade dessas mulheres.

Com base nesta contextualização, instauramos o nosso objeto de análise desta viagem-pesquisa: **as formas de como se constituem os conhecimentos construídos entre a(o) pescadora(e)s artesanais advindos de suas relações dialógicas estabelecidas face ao Acordo de Pesca da Ilha de Saracá.**

Neste termo, as narrativas da(o)s pescadora(e)s foram indispensáveis nos diálogos que trazem discursos construídos que possibilitaram o movimento no tempo-espaço para o meu deslocamento e a interpretação do viver-agir desse coletivo.

Sou filha de pais pescadores, analfabetos e de pouco recursos financeiros, mas eles sempre consciente que a educação seria a saída para que seus filhos conseguissem “vencer na vida”, sou a terceira na fila de onze (11) filhos(as). Desses onze (11), dez (10) permanecem vivos, sendo que apenas um (01) não conseguiu sobreviver. Desses dez (10), cinco (05) são filhas e os demais são filhos. As filhas mulheres todas conseguiram concluir o nível superior. Quanto aos filhos homens, um concluiu o nível superior, dois o ensino médio, um concluiu o nível fundamental e outro chegou até a antiga quinta série. E, eu, hoje com 40 anos, com muitas dificuldades, sou a primeira a ingressar no curso de mestrado.

Nosso meio de sobrevivência sempre foi a pesca e a extração do açai. Nossas primeiras subidas foram no açazeiro, nossos primeiros mergulhos foram nos rios para tirar o matapi quando a lama enterrava. Nosso aprendizado foi permeado pela relação com a natureza. Quando a gente crescia, o primeiro presente era um remo pintado com nosso nome.

É difícil falar da vivência sem que junto, não venham as memórias e as saudades também. Por isso, peço licença para abrir um parêntese para lembrar um pouco de tudo isso. Quanta saudade sinto da vivência que eu tive na minha infância! Que infância maravilhosa, pois como era bom acordar todos os dias com o canto das saracuras e dos galos, acordar tarde da noite para comer o peixe assado na brasa que minha mãe fazia quando meu pai chegava da pescaria. Que alegria a gente sentia quando íamos revistar o mundé<sup>3</sup> e pegávamos uma caça. Vínhamos gritando de alegria! De longe nossos pais ouviam tamanha gritaria: Pegamos!

---

<sup>3</sup> Mundé (mundéu) é tipo de armadilha de caça de fácil confecção, pois é feito da copa de miritizeiro, uma vara com aproximadamente 2m de comprimento e alguns pedaços pequenos de galhos de árvores, é suficiente para fazer uma armadilha dessa. Esse instrumento é muito utilizado para captura da mucura.

Pegamos! Quando, na proa do casco remando, o nosso pai tirava a malhadeira e víamos que vinha cheia de peixes! Quanta felicidade e alegria sentíamos!

E na semana santa contávamos os dias para que ela chegasse, pois era um período que não fazíamos nada, a não ser passear, visitar os padrinhos e brincar. Nesse período, guardávamos a semana inteira, não tínhamos que cortar a lenha, não pescávamos, não apanhávamos açai. Tudo era feito com antecedência para que esse momento fosse apenas para resguardarmos o período santo. Era proibido pegar a faca para fazer qualquer coisa, comida, tudo ficava pronto com antecedência. Quando era na sexta-feira da agonia, como chamávamos, íamos para a Vila de Janua-coeli<sup>4</sup> participar da procissão do “Senhor Morto”. Adorava ouvir o “Anjo da Verônica”<sup>5</sup> cantar em latim, não entendia nada que eles cantavam, mas gostava. Meu sonho era tocar a matraca<sup>6</sup> e ser o anjo das verônicas, mas como o processo de exclusão está arraigado na sociedade, apenas eram escolhidos e ensinados os filhos das pessoas que tinham poder aquisitivo ou pessoas da hierarquia religiosa na localidade.

E as nossas brincadeiras de infâncias maravilhosas! Quantas saudades de brincar de pira na água, bole-bole<sup>7</sup>, de pião feito de cutaca<sup>8</sup>, rodopio feito de caroço de buçu<sup>9</sup>, atravessar o rio nadando, fazer boia de meriti<sup>10</sup> para ficar de bubuia<sup>11</sup> na água, subir na árvore e se jogar dentro d’água.

Desse modo, as memórias constituíram a minha vida, empoderaram-me na busca de conhecimentos outros, mediada pela relação dialógica com outros e a natureza, aprendi o manejo da pesca e a extração do açai, mas também a produzir os instrumentos necessários, como: fazer a puqueca<sup>12</sup>, tecer o matapi<sup>10</sup>, fazer o

---

<sup>4</sup> Trata-se de uma pequena vila à margem do rio Tocantins que é a sede do quarto distrito de Cametá. Têm aproximadamente 100 habitantes.

<sup>5</sup> É uma jovem vestida de anjo e com um véu no rosto que realiza um ritual religioso na procissão de sexta-feira santa, na qual leva um pano com a face de Jesus Cristo. Durante a procissão, sobe num banco e canta um responsório em latim. Ao mesmo tempo em que canta, desenrola e exhibe a estampa da face de Jesus.

<sup>6</sup> Instrumento feito de madeira com uma plaqueta ou argola de ferro que se agitada, emite um barulho forte. É utilizado na procissão na sexta-feira santa para anunciar que o anjo, a Verônica, vai cantar;

<sup>7</sup> É um tipo de brincadeira que consiste em jogar e aparar o bole, bole-fruto da buiuçu, com as mãos.

<sup>8</sup> Uma espécie de fruto da **pracuúbera** de cor amarelada com superfície interna côncava, e forma oval que as crianças ribeirinhas usam para fazer pião.

<sup>9</sup> Tipo de caroço retirado da fruta da palmeira. Ele tem o formato arredondado e dentro traz água, é muito utilizado como alimentação e remédio **na amazônica**.

<sup>10</sup> **Miritizeiro** (Mauritia Flexuosa) é uma espécie de palmeira típica da região amazônica, também conhecida pelos nomes de buriti-do-brejo, carandá-guaçu, carandaí-guaçu, coqueiro-buriti, itá, palmeira-dos-brejos, buritizeiro, meriti, miriti, muriti, muritim, muruti.

<sup>11</sup> Fica submerso na água e deixa que a maré leve.

<sup>12</sup> Tipo de isca feita pela(o)s pecadora(e)s com farelo de babaçu usado para iscar o matapi.

paneiro, fazer a peconha<sup>13</sup> para subir no açazeiro, amassar o açaí, reconhecer quando a maré está favorável à pesca, o quanto a lua interfere na captura do pescado e na mudança da maré. Dentre esses conhecimentos evidenciam-se, especificamente, a importância da relação e da alteridade estabelecida entre mim e os objetos da natureza, abrindo-me à comunidade e junto a ela, aos conhecimentos que só foram possíveis e serem apreendidos na coletividade.

No entanto, em minha trajetória escolar, os temas abordados não faziam nenhuma relação com o meu contexto de vida. Passei por um processo educativo baseado na classe privilegiada dos aristocratas, que não levou em consideração os meus conhecimentos por ser uma classe das diferenças. Os meus conhecimentos apreendidos enquanto pescadora foram negados durante toda a minha escolaridade, evidenciando o quanto a educação contribuiu para a intensificar e desqualificar os conhecimentos construídos junto aos pescadores, ao invés de integrá-los aos conhecimentos escolares. Isso ficou muito mais evidente quando vim para Belém com treze anos e sofri fortemente o preconceito linguístico<sup>14</sup>, pelo meu jeito peculiar de falar. E me questionavam ainda, por que a escola não me mostrou o modo “correto” de falar?

Essa vinda foi decorrente da dificuldade econômica atrelada à ausência do Estado em implantar políticas públicas voltadas à educação, que atendesse as necessidades básicas. Sem essas ações efetivas do Estado fomos obrigados a mudar para a zona urbana com o “sonho de mudar de vida”. Como meus pais não tinham condições de me manter com estadia e alimentação, fiquei morando em casa de família trabalhando como babá em troca de alimentação, moradia para que eu pudesse continuar meus estudos.

Lembro-me como se fosse hoje, as pessoas batendo na campainha com o pretexto de comprar picolé só para ouvirem como eu falava, e para rirem da minha forma de falar. Esse fato foi tão marcante que se tornou um entrave para eu me expressar em público. Tive que "reaprender" a falar como se todos os conhecimentos aprendidos não tivessem valia. Que a forma correta de falar é aquela que foi imposta pelo modelo da classe alta dos aristocratas da cidade grande, a classe considerada escolarizada, que supostamente falava a gramática normativa, o

---

<sup>13</sup> Instrumento confeccionado com folha do açazeiro utilizado para subir no açazeiro e extrair o fruto.

<sup>14</sup> É um termo usado por Marcos Bagno (1961) para definir todo tipo de preconceito e forma de discriminação linguística, que consiste em julgar pela forma em que ele se comunica, que se encontra ligado a outros tipos como regional, cultural, econômico.

que difere dessa norma é desconsiderada, ou seja, um conhecimento cerceado, evidenciando uma relação de poder, pois aquele que se apropriavam dessa norma padrão oprimiam os que dela se difere, como mostra o poema de Oswald Andrade:

Quando o português chegou  
Debaixo duma bruta chuva  
vestiu o índio  
que pena!  
Fosse uma manhã de sol  
O índio tinha despido  
O português  
(Andrade, 1927)

No poema podemos deduzir a relação de poder entre povos colonizadores e povos colonizados, em que fica nítida uma visão positivista e aristocrática de pensar o processo educativo. Isso aconteceu com os portugueses em relação aos indígenas, aconteceu comigo em relação aos moradores da capital e se perpetua até hoje em nossa sociedade. Tudo isso resulta na solidificação de todos os tipos de preconceitos que reverberam ainda na sociedade.

Com o passar do tempo tive a oportunidade de mostrar para essas pessoas que zombaram da minha forma de falar, que não era um ser sem conhecimento, isso aconteceu em uma festa junina que era realizada na rua de casa todos os anos, em que se realizavam várias brincadeiras típicas, como: quebra pote, corrida no saco, pau-de-sebo, dentre outras. Mas, foi no pau de sebo que mostrei minha "pavulagem". Como de costume, coloca-se no topo do pau-de-sebo uma quantia em dinheiro e a pessoa que conseguir primeiro chegar ao topo do pau-de-sebo, e pegue o prêmio é o vencedor.

Todos os meninos começaram a subir, mas era um sobe e volta que não tinha fim e, eu só observando aquela movimentação sendo que já passava de duas horas, eles tentando subir e nada de conseguir tirar o dinheiro. Não conseguiam nem chegar à metade do percurso.

Fui trocar de roupa e cheguei próximo a uma árvore de açaí, peguei uma folha de açaí e comecei a trançar uma peconha. Fiz a peconha e cheguei próximo ao pau-de-sebo e pedi **para o responsável que eu queria subir**. Ele riu na minha cara e disse que aquilo era para homem, que se os homens não conseguiram como eu iria fazer isso, mas eu insisti tanto que ele acabou deixando.

No início só ouvia as risadas das vairs dos meninos. Peguei a peconha e pus no pé e comecei a subir, duas para cima e uma pra baixo e, nesse vai e volta ia me aproximando do topo. Já não ouvia mais as vairs e nem as risadas, tudo se transformou em gritos, aplausos: vai, vai que você consegue! Quando dei uma olhada para baixo já tinha uma multidão torcendo para que chegasse ao topo. E isso aconteceu, cheguei ao topo, peguei a bandeirinha com o valor em dinheiro. Foi uma alegria só.

Primeiro porque nunca ganhei um valor desse, e outro foi mostrar para todas aquelas pessoas que batiam na porta para comprar picolé e riam **na minha cara que eu tinha conhecimentos e que estes também valiam**. E assim fui provando aos poucos para os outros e para mim, que eu tinha conhecimentos. Mas, no entanto, isso não foi suficiente para que as pessoas parassem de me ridicularizar e criticar meu modo de falar: eu tive que “reaprender falar”.

No entanto, depois de ter adequado à minha maneira de falar, voltei de férias para casa de meus pais falando dessa nova forma que havia apreendido, sendo que fui criticada e chamada de “pavulagem” que está “falando de cá, de lá”. Isso tudo criou uma confusão na minha cabeça, não entendi, pois quando eu falava da forma que aprendi quando cheguei a Belém me falaram que estava falando errado. Aprendi a suposta forma “correta de falar”, disseram que eu era pavulagem, que estava falando “estrambólico”. O que eu fiz, quando chegava na casa dos meus pais falava da maneira que aprendi a falar desde a minha infância, e quando estava em Belém falava da forma que eles falavam e assim fui levando. Com isso, aprendi a adequar o vocabulário de acordo com a situação comunicativa.

Desse modo, aos poucos, fui tomando consciência do processo de opressão e preconceito que permeava a minha vida, despertei para a necessidade de aprofundar novos conhecimentos que me dessem embasamento para lutar contra a opressão e preconceitos que estão arraigados na sociedade, e também para não os reproduzir.

Em 2019, retornei à casa de meus pais. Nesse período consegui participar de forma mais efetiva no movimento social da Colônia dos Pescadores Z-16-Cametá-Pará. Consegui tomar conhecimento da função dos movimentos sociais como luta e estratégia de sobrevivência a partir de mobilização e organização da(o)s pescadora(e)s, essa participação no coletivo contribuiu para respeitar e valorizar os conhecimentos provenientes dessa profissão. A tomada de consciência, de que

esses conhecimentos socioculturais da(o)s pescadora(e)s experienciados no seu cotidiano, trouxe riqueza, sabedoria para organização e transformação dos sujeitos sociais.

Essa tomada de consciência que, eu, como mulher ribeirinha, pescadora, me colocava no lugar de invisibilidade. Mas nós, pescadoras, ribeirinhas temos potencial para quebrar barreiras todos os dias para que o mundo nos veja, valorize e respeite. Os conhecimentos oriundos dessa profissão para que nos tornemos protagonistas das nossas existências.

No entanto, é válido ressaltar que essa luta não é responsabilidade apenas da(o)s ribeirinha(o)s, sim, de todos na sociedade. Todos têm a responsabilidade de entender seu papel no combate ao preconceito, engajar-se nessa luta por um mundo mais justo e digno para as classes desfavorecidas.

Grande parte dos atos de preconceito com esses povos ocorre antes mesmo que a pessoa se identifique como ribeirinho, mostre seus conhecimentos, sua profissão. Somos julgados pelos nossos nomes, nossa maneira de falar, de vestir, de se alimentar. Por isso, a importância de conhecer nossas raízes históricas, geográficas, sociais e culturais como uma forma de combater esses preconceitos que reverberam e estão arraigados anos afins na sociedade.

Para tanto, prosseguir com os estudos também se tornou um fator indispensável para o meu desenvolvimento social para continuar resistindo a esse processo de exclusão e segregação. Uma educação como prática dialógica e libertária que surge a partir daqueles que vivenciam os conhecimentos.

Por conta disso, em 2002, paralelo a minha participação no movimento social da pesca, busco a conclusão do meu Ensino Médio. Apesar das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira Lei nº 9.495/96 que assegura o direito social à educação para todos os estudantes brasileiros, confesso que foi muito difícil para eu alcançar esse objetivo por que mais uma vez a educação foi negada pelo poder público.

Longe dessa ação efetiva do Estado que só quem detinha poder aquisitivo conseguia continuar com seus estudos, uma vez que, para as famílias das classes subalternas, estas não podiam arcar com as despesas de moradia, alimentação e transporte e eram obrigadas a pararem de estudar.

Para não me tornar mais uma na estatística da não conclusão do Ensino Médio, deslocava-me para a localidade mais próxima que ofertasse esse ensino, remando aproximadamente de duas a três horas nos finais de semana, com alguns

colegas, para chegar na localidade chamada Jorocazinho onde tinha o Ensino Médio, que era ofertado pela rede particular de ensino. Foram três anos de muita luta para concluir não só pela distância, pelo o deslocamento, mas também por ter que pagar para estudar.

No decorrer desse processo, tive a oportunidade de ingressar no funcionalismo público através de concurso público como manipuladora de alimentos em uma escola na Vila de Janua-coeli, zona rural de Cametá, no ano de 2002. Isso fez com que eu vivesse a realidade da educação, observava que o ensino permanecia da mesma forma sem fazer relação com a realidade da(o)s discentes, seus conhecimentos eram desconsiderados.

Essa experiência me possibilitou contato no processo educacional o que me permitiu sonhar com a docência, mas não foi fácil a realização desse sonho, pelo fato de não ter o curso de magistério, que na época era o que dava habilitação para exercer a docência. Por isso, precisava ir além do Ensino Médio e a opção era o magistério. Mas cursar o Ensino Médio já foi uma batalha, imagine o fazer magistério, que se tornou quase impossível por falta de oferta, desinteresse do poder público e o fato da extinção desse curso de magistério. No entanto, em função de o município apresentar em seu quadro efetivo funcional muitos professores sem magistério – “os professores leigos” - foi implementado o curso médio normal que dava habilitação para o exercício da docência, para que todos do quadro efetivo pudessem ser contemplados e conseguissem fazer a complementação com o nível Médio na modalidade normal, como assegura o parecer:

Art. 62 – A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena em universidades e institutos superiores de educação admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (Brasil, 1967, p.46).

Assim, cursei o curso Médio Normal, mas vi que precisava ampliar essa discussão, despertando para a necessidade de buscar novos conhecimentos, assim, tive a oportunidade de ingressar no curso de Licenciatura Plena em Língua Portuguesa na Universidade Vale do Acaraú-Uva, em (2005-2008), quando tive contato com vários estudos de vários autores, com destaque para Marcos Bagno, que foi fundamental para compreender que não existe falar "errado", existe falar

diferente. Durante esse período, especificamente em 2006, consegui aprovação no concurso para professora da educação básica I, no município de Limoeiro do Ajuru, na Ilha Pautinga.

Doravante, em 2010, consegui ingressar na educação Básica II, que me permitiu vivenciar novas experiências que foram fundamentais para compreender e defender uma educação dialógica e libertária, que respeite as diferenças, um ensino que leve em consideração o contexto real do aluno. Os novos desafios foram surgindo e eu participei de dois cursos com temas necessários a minha formação, motivo o qual que eu realizasse duas especializações em seguida: Alfabetização e letramento (2010-2011) e Educação Especial com Ênfase na Inclusão (2011-2012) ao concluir a última, fui aprovada no concurso da Educação Especial da SEDUC-PA. Com isso, em 2013, retornei a residir em Belém para assumir o cargo efetivo de professora da Educação Especial pela Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA).

Essa cronologia da minha escolaridade e da minha formação profissional reflete e refrata o quão a(o) filha(o) da classe trabalhadora sofre com a desigualdade social, considerando-se que para conseguir “vencer na vida” é preciso ir além da simples força de vontade, e, para se contrapor ao sistema meritocrático é preciso acreditar, lutar e ter resistência coletiva para ocorrer as transformações no processo educativo.

Continuando com a busca de novos conhecimentos, ingressei, em 2020, no Grupo de Estudos em Linguagens e Práticas Educacionais da Amazônia (GELPEA). A relação dialógica estabelecida no grupo favoreceu a oportunidade de participar de vários estudos, realizando leituras e debates epistemológicos que foram fundamentais para a compreensão da concepção bakhtiniana como a de conhecimento, alteridade, bem como outros conceitos que contribuíram para me alterar e buscar compreensões outras das narrativas da(o)s pescadora(e)s artesanais do Acordo de Pesca, na Ilha Saracá.

Com base neste compromisso no mestrado em Educação (PPGED/UEPA), especificamente na linha de pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia, aceitei o desafio de trazer os meus conhecimentos enquanto pesquisadora ao encontro de vozes outras advindas das margens ribeirinhas do viver-agir na localidade de Limoeiro do Ajuru-Pa.

As provocações vivenciadas no grupo foram fundamentais para definirmos as razões epistemológica e antropológica desta viagem-pesquisa, que parte do desejo de legitimar os conhecimentos engendrados ou elaborados a partir das relações dialógicas estabelecidas entre a(o)s pescadora(e)s artesanais por meio de Acordo de Pesca sob à luz do pensamento de Bakhtin e do círculo, para tecer uma compreensão desses sujeitos como construtores éticos de seus conhecimentos singulares no que diz respeito à sua linguagem própria, e os seus modos culturais e histórico-sociais que moldam o viver-agir na comunidade coletiva do pescado nesta localidade.

Essas razões que legitimam esses conhecimentos outros – uma heterociência –, que convocam as pessoas como protagonista neste processo de construção dos conhecimentos, valorando os seus atos de pesca do cotidiano transformados em atos científicos face ao Acordo de Pesca. Uma visibilidade e legitimação necessárias que fortalecem a(o)s pescadora(e)s artesanais que ocupam um *lócus* social de luta e de resistência contra um sistema capitalista excludente e opressor.

Logo, tais razões nos orientaram à discussão deste objeto: **as formas de como se constituem os conhecimentos dialógicos entre a(o)s pescadora(e)s artesanais advindos de suas relações estabelecidas na prática do Acordo de Pesca, da Ilha Saracá.** Pois, ao longo de muitos anos, na história desses sujeitos foram vistos apenas como pessoas que moram à margem do rio, como pessoas de uma classe menos favorecida, “sem cultura”, sem linguagem privilegiada, sem conhecimento científico que devem estar subalternizados, colonizados e oprimidos, portanto, desprovidos de quaisquer políticas públicas. Este sentimento de desumanização a(o)s pescadora(e)s da Ilha Saracá, ainda reverbera socialmente, o qual deve ser combatido com os posicionamentos desta(e)s ribeirinha(o)s artesã(ões) **dos seus próprios conhecimentos.**

Diante disso, não poderia ser diferente a análise desta viagem-pesquisa, ou seja, não deixar de considerar as particularidades, as singularidades, o seu contexto de vida dos sujeitos a(o)s pescadora(e)s no ato de construir conhecimentos para que seu viver-agir possa ser compreendido na sua totalidade. Pois, existe uma relação entre pescadora(e)s com os objetos da natureza muito evidente e imbricada na sua ancestralidade.

Assim, convidamos **aqueles amantes ou não de aventuras**, para embarcar nessa viagem-pesquisa e se permitir adentrar nas profundezas do rio Tocantins

rumo a nossa pescaria cheia de conhecimentos, encantamento, desafios e relação de amorosidade. Pois, tenha consciência que essa viagem, traz muitos desafios como remar contra correnteza, tempestade, banzeiro. Não sinta medo, pois, garanto que o barco não vai afundar, porque, como toda viagem-pescaria, requer um bom planejamento, e esta foi bem planejada como muita amorosidade.

Para iniciarmos nossa viagem-pesquisa em busca do pescado que almejamos fisgar (conhecimentos outros), que apresentamos a primeira seção intitulada: Primeiras remadas rumo a nossa pescaria que traz o meu memorial, as inquietações, motivações, objetivos, questão-problema, objeto para essa viagem-pesquisa. A segunda seção, nos direciona para: um mergulho sobre a temática que tem como subseções: um mergulho ainda mais na temática da pesquisa; *lócus* da pesquisa; Parentes da pesquisa; a lamparina que vai clarear e direcionar a nossa viagem-pesquisa; aspectos éticos; caminhos para uma pescaria dialógica; a abertura da pesca; e o período defeso. Trazemos as contribuições de outras pesquisas que nos antecederam. Mostramos os seguintes aspectos: histórico, geográfico e social do local em que a viagem-pesquisa aconteceu. Em seguida, apresentamos os parentes que trouxeram suas vozes para compor está viagem-pesquisa. Doravante discutimos sobre a metodologia que vai clarear e direcionar na navegação. E para que nosso leitor possa compreender e se situar no ambiente da pesca pontuamos o que é período defeso e abertura da pesca em Limoeiro do Ajuru, no Pará.

A terceira seção: “O leme condutor da viagem: conhecimentos necessários à pesquisa” que apresentamos a cronologia de Bakhtin suas contribuições para a pesquisa em Ciências Sociais; concepções bakhtinianas acerca do conhecimento, como e este acontece na relação de alteridades. A seguir problematizamos como os conhecimentos construídos pela(o)s pescadora(e)s são concebidos ciências. A seguir, “Um diálogo do conhecimento se faz necessário” analisamos a materialidade da pesquisa tomando como base os conhecimentos que foram evidenciados nas narrativas partir dos círculos de diálogo, nas anotações de diário de campo. Para tanto, trazemos os conhecimentos dos parentes da pesquisa para analisar a partir da concepção bakhtiniana, por meio de categorias: do que material é feito e por quê?; como se faz e por quê é feito?; e, como medir?; correlacionando-as ao aporte teórico e metodológico como base nos conceitos: conhecimento, alteridade, dialogismo e temporalidade para análise das materialidades.

Na quarta seção, finalizamos como as considerações finais em que revelam o Acordo de Pesca como uma organização político-social, um espaço, um movimento em prol da luta de classe da(o)s pescadora(e)s quando constroem formas de fazer seus instrumentos de trabalho, de saber como fazê-los e de quais materiais consistem, para a finalidade deste do uso da pesca em que trabalhadora(e)s ribeirinha(o)s primam por um projeto de pesca coletivo da vida concreta que propõe uma heterociência.

## 2 MERGULHO SOBRE A NOSSA TEMÁTICA

Nesta seção, iniciamos nosso mergulho em busca do nosso peixe que almejamos capturar, mas sabemos que temos toda uma etapa a ser seguida, um caminho a percorrer. Para isso, precisamos ir em busca de várias estratégias que nos auxiliem nessa viagem-pesquisa como: buscar e levar os conhecimentos que reverberam acerca do nosso objeto **dessa viagem-pesquisa**; conhecer o local em que iremos jogar nossa rede para que não corrêsemos risco de repente rasgar a rede, encalhar o barco ou até mesmo quebrar a hélice; conhecer quem vai nos ajudar a pegar esse peixe, pois sozinha(o)s sabemos que não iremos conseguir fazer isso. Portanto, precisamos de uma lamparina que possa clarear e direcionar este percurso.

Mediante isso, nessa seção, discutimos sobre a Análise Dialógica do Discurso (ADD) na perspectiva bakhtiniana **que tem como base...** “objeto é um ser expressivo e falante” (Bakhtin, 2017, p. 59). O autor declara veementemente que a presença concreta dos sujeitos nas interações envolto com os objetos é essencial à comunicação discursiva. Neste sentido, ele adverte que “O sujeito como tal não pode ser estudado como coisa” (Bakhtin, 2017, p. 66), e nos faz refletir que nossos sujeitos devem ser compreendidos na sua totalidade, levando em consideração sua singularidade e a relação dialógica estabelecida entre o sujeito e o objeto; **como também, entre os sujeitos**. Assim, defendemos que os conhecimentos da(o)s pescadora(e)s não podem ser negados, e sim, devem ser evidenciados.

### 2.1 UM MERGULHO AINDA MAIS NA TEMÁTICA DA PESQUISA

Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de um outro galo  
que apanhe o grito de um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem  
os fios de sol de seus gritos de galo,  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos.  
(João Cabral de Melo Neto, 1994)

Nesta subseção iniciamos fazendo analogia com o poema “Um galo sozinho não tece uma manhã” de João Cabral de Melo Neto, que nos mostra que sozinho

não é possível realizar esta “viagem-pescaria”, pois ao realizá-la a(o)s pescadora(e)s precisam de outrem. Nessa proposição não seria possível continuar nossa pescaria-viagem sem que pudéssemos lançar mão dos conhecimentos de outros que nos antecederam. Por isso, foi necessário ancorarmos o nosso barco a outros barcos plenos de conhecimentos, para conhecermos os caminhos a serem navegados, para depois jogarmos nossas redes.

Bakhtin (2020) nos chama atenção para a interpretação-compreensão da **arquitetônica**, propondo que ela se realize a partir de uma posição externa, extra localizada, exotópica, uma posição diferente e ao mesmo tempo não indiferente. Postam-se assim dois centros de valor, aquele do eu e aquele do outro, que são "os dois centros de valor da própria vida", em termos dos quais se constitui a arquitetura do ato responsável. **É preciso que estes dois centros de valor permaneçam reciprocamente outros como base espaço temporal e axiológico que se mantenha uma arquitetura de dois ou mais pontos de vista.**

Partindo da compreensão de que é na interação entre sujeitos que nos apropriamos do discurso dos outros, Volóchinov diz:

Tudo que há essencial na percepção avaliativa do enunciado alheio, tudo que pode ter alguma significação ideológica se expressa no material do discurso interior. O enunciado alheio é percebido não por um ser mudo, que não sabe falar, mas por um ser humano repleto de palavras interiores. **Todas suas vivencia -o** assim chamado o fundo da apercepção- são dadas na língua do seu discurso interior que ocorrer e é apenas que elas entram em contato com o discurso exterior percebido (Volóchinov, 2017, p. 254).

Desse modo, jogar e tirar a rede nas bancas de teses e dissertações através de uma minuciosa procura sobre o “peixe” que queremos pescar, o resultado pode nos revelar alguns questionamentos como: Se esse “peixe” existe? Onde encontrá-lo? Se ainda existem outras espécies além dessa? Com isso, acendeu uma lamparina para partir de um diálogo entre “eu”, a(o) pescadora(o) de primeira viagem e o “outro” pescador(a)es mais “catitas”<sup>15</sup> que já pescaram diversos cardumes com suas redes, anzóis e, “buiaram”<sup>16</sup> **no peixe**, e que agora podem mostrar seus peixes e guiar como e onde jogar rede para pegar peixes ainda maiores e melhores.

Nessa discussão Volóchinov (2017) afirma que:

---

<sup>15</sup> Esse termo é usado pelos sujeitos (refere-se ao sujeito que tem experiência em determinado assunto) a **pesquisa para se referir que tem experiência em determinado assunto.**

<sup>16</sup> É um termo usado pelos pescadores para dizer que pegaram muito peixe.

Entretanto, o verdadeiro objeto de estudo deve ser justamente a inter-relação dinâmica entre essas duas grandezas: o discurso transmitido (“alheio”) e o discurso transmissor (“autoral”). Pois, na realidade, eles existem, vivem e se formam somente nessa inter-relação e não isoladamente, cada um por si (Volóchinov, 2017, p. 255).

Para tanto, entendemos que para pegar um bom peixe precisa estar ciente de conhecimentos relacionados à pesca que vão desde o local adequado, tipo de rede, utensílios certos, conhecimento da maré, do tempo, da lua e até o meio e transporte necessário para ir e vir, ou seja, para a construção desta viagem-pesquisa precisamos buscar estudos que nos antecederam relacionados à temática com intuito de corroborar neste estudo. Partindo dessa compreensão, iniciamos nosso mergulho em busca de “peixes” com a delimitação dos descritos.

Realizamos a primeira consulta, no mês de abril de 2022, no banco de dados Coordenação de Aperfeiçoamento da Pessoa de Nível Superior (CAPES), Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Pará (PPGED-UEPA) e o Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Pará (PPGED-UFPA).

Neste primeiro momento pesquisamos no banco de dados da CAPES o descritor “Acordo de Pesca” em que foram encontradas nove (9) dissertações seis (6) teses. “Quando se colocou “Acordo de pesca **alteridade**” **Sucupira não existe dados** - programa de língua e conhecimentos da Amazônia - não existem dados cadastrais para a pesquisa realizada. Já no *google* acadêmico não encontramos lembrando que utilizamos as aspas para refinar a procura.

Passamos a combinar dois descritores “conhecimentos da(o)s pescadora (e)s” “alteridade e pescadores”, “Acordo de Pesca”. Definimos o período de 2010 a 2022. **Em que** encontramos uma tese para o descritor “conhecimento de pescadora(e)s”; para “alteridade da(o)s pescadora(e)s” não encontramos registro, tratando do descritor “Acordo de Pesca” não encontramos escrito. Para “conhecimentos sociais” foram encontradas onze (11) escritos, sendo nove (09) dissertações e três (03) teses.

Então, no dia 05 de janeiro de 2023, optamos pelo *google* acadêmico em que encontramos estudos como artigos dissertações e teses relacionados à temática, mas nenhum que analisasse as relações de alteridade nos conhecimentos dos pescadores artesanais do Acordo de Pesca em Limoeiro do Ajuru. No campo de estudo do conhecimento da área da educação.

Desse modo, confirmamos a partir dessas produções acadêmicas, que pesquisas voltadas para os conhecimentos dos pescadores artesanais ainda não são **priorizadas nos cursos** de pós-graduações nas universidades brasileiras. Isso foi perceptivo nos levantamentos realizados nos bancos de teses e dissertações **em que poucos foram os trabalhos encontrados que se aproximasse da nossa temática.** Logo, percebemos a importância de trazer para os debates esses conhecimentos advindos desses parentes.

Quadro 1: Levantamentos de dissertações e teses

<b>Tipo</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Universidade</b>	<b>Ano</b>
Tese	Doriedson do Socorro Rodrigues	Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da colônia de Pescadores artesanais z-16 – Cametá-Pará	Universidade Federal do Pará	2012
Tese	Egídio Martins	Pescadores artesanais da colônia z-16: relações de produção-formação e práxis política Belém	Universidade Federal do Pará	2017
Dissertação	José Domingos Fernandes Barra	A relação trabalho e educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá/Pa: uma alternativa econômica ou uma prática de resistência?	Universidade Federal do Pará	2013
Dissertação	Suzi Carolina Moraes Rodrigues	Acordos de pesca como instituição social de governança dos territórios pesqueiros em prol do manejo sustentável dos recursos pesqueiros: o caso de Limoeiro do Ajuru- PA	Universidade Federal do Pará	2021

Fonte: elaborado pela pesquisadora, 2023.

A primeira tese de doutoramento colhida para análise foi de Doriedson do Socorro Rodrigues, defendida em 2012, intitulada: “Saberes Sociais e Luta de Classes: um estudo a partir da colônia de pescadores Z-16-Cametá-Pará”. Ela comporta um descritor: saberes sociais que traz a discussão epistemológica a relação entre saberes sociais e luta de classes, analisando-se a atuação dos pescadores artesanais ligados à entidade representativa, a Colônia Z-16, a partir da problemática.

Apesar do título não fazer referência diretamente a nossa pesquisa, mas lendo o corpo da tese percebe-se uma relação com a temática, pois o autor analisa os saberes sociais que se dão a partir das colônias Z-16 de Cametá, que está relacionado com os pescadores artesanais dessa localidade. No entanto, a nossa pesquisa analisa os conhecimentos dos pescadores artesanais que acaba sendo

conhecimentos de uma determinada classe, mas se difere, não apenas por trazer o lócus diferenciado, Limoeiro do Ajuru, e por ter como objetivo analisar a constituição das arquitetônicas dos conhecimentos da(o)s pescadora(e)s artesanais partícipes do Acordo de Pesca, no município de Limoeiro do Ajuru-Pa.

Rodrigues traz a importância do trabalho sobre esses sujeitos e como está impregnado **em suas práticas e/ou organizacionais os saberes** como instrumentos de luta de classe que oportuniza uma tomada de consciência. Nessa relação de trabalho entre esses sujeitos destaca a negação por parte do capital produção-formação em que chama atenção para os saberes sociais desses. Para tanto, esse trabalho contribui para tecer uma compreensão sobre meu objeto de estudo, por trazer em seus corpos elementos para a compreensão do que é **saber e estrutural e organizacional desses sujeitos** e como o capital interfere na forma como saber é construído.

A segunda tese de doutoramento escolhida de Egídio Martins intitulada: **Pescadores artesanais da colônia Z-16: relações de produção-formação e práxis política**, que foi defendida em 2017 em Belém pela Universidade Federal do Pará. Que traz o descritivo de pescadores artesanais tece uma compreensão que os pescadores artesanais desenvolvem atividades que vão além da técnica de pesca **articulando de produção-formação e de práxis política**, em seu cotidiano de existência em que se propôs analisar a práxis política. Para isso, o autor apoia-se a concepção de lutas classe pautada na concepção marxista.

A primeira dissertação escolhida a partir dos descritores Acordo de Pesca, foi do José Domingos Fernandes Barra, defendida em 2001 pela universidade Federal do Pará intitulada: **A relação trabalho e educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá-PA: uma alternativa econômica ou uma prática de resistência?** Traz como objetivo: apreender a importância do seu trabalho e como ele está impregnado no seu saber e nas suas práticas econômicas e/ou organizacionais. Barra contribui para elucidar o debate acerca dos saberes por ter uma compreensão da relação trabalho educação enquanto prática econômica atrelada a luta de resistência desses sujeitos.

A segunda dissertação abarca o descritor “Acordo de Pesca”, de Susi Caroline Moraes Rodrigues defendida em 2021, intitulada: **Acordos de pesca como instituição social de governança dos territórios pesqueiros em prol do manejo sustentável dos recursos pesqueiros: o caso de Limoeiro do Ajuru- PA.** O

trabalho tem por objetivo analisar o processo de criação dos acordos de pesca, sobretudo as suas implicações como mecanismos de governança territorial em prol do desenvolvimento local no município de Limoeiro do Ajuru, expondo a pesca em suas vertentes simbólicas e culturais. Logo, contribui para compreender que o Acordo de Pesca é um movimento social de luta que atua como instrumento mediador de conflitos nos territórios que garante o manejo sustentável dos recursos pesqueiros.

No entanto, podemos assegurar que nossa pesquisa traz elementos novos que irão somar. Tanto com Rodrigues (2012), quanto com Martins (2017), Barra (2010), Rodrigues (2021) **trazem elementos em seus estudos que irão contribuir muito na compreensão e construção desta dissertação.** Mas não avançaram em seus estudos acerca da construção do conhecimento que acontece na relação dialógica de alteridade entre a(o)s pescadora(e)s artesanais. Logo, trazemos elementos nossos que torna nossa pesquisa inédita.

Partindo dos avanços nas pesquisas dos autores, propomos ampliar as discussões acerca dos conhecimentos que acontecem nas relações dialógicas estabelecidas entre a(o)s pescadora(e)s artesanais participantes do Acordo de Pesca tomando como base as concepções bakhtinianas e os estudos acerca do conhecimento.

Ao analisarmos a materialidade da viagem-pesquisa, a partir da categoria bakhtiniana de conhecimentos, possibilitou compreendermos como e de que forma é constituído o conhecimento da(o)s pescadora(e)s. Logo, é fundamental a realização da pesquisa por trazer análise do discurso como foco para análise dos conhecimentos da(o)s pescadora(e)s artesanais à luz dos conceitos de Bakhtin e o círculo com intuito de ampliar os estudos dos autores e da linha de pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia, no curso de Pós-graduação em Educação (PPGED-UEPA).

## 2.2 LÓCUS DA PESQUISA

Qualquer pescaria que seja realizada exige do pescador conhecimentos variados sobre seus ofícios, nas quais ajudam a realizar uma pescaria produtiva. Um destes é conhecer em detalhes a destreza do rio que irá jogar sua rede. Este é um conhecimento indispensável para que se tenha êxito e uma boa pescaria.

Assim, para realizarmos a nossa viagem-pescaria, é indispensável apresentar o *lócus* de pesquisa – o rio, o lugar que o barco aporta – e relacioná-lo com o contexto histórico, político e geográfico em que se encontram os sujeitos da pesquisa, e o que esse lugar tem a nos revelar enquanto espaço e vivências dos sujeitos desta.

Mas antes de apresentarmos o *lócus* da pesca faremos uma breve apresentação histórica, geográfica e política do município de Cametá – Município do qual Limoeiro do Ajuru fazia parte até o ano de 1961 quando ocorreu a aprovação da emancipação na Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Isso é necessário para compreender os fatores que influenciaram as transformações e as práticas culturais sociais e econômicas do lugar da pesquisa. Com isso, muito da história de Cametá ainda reflete e refrata na cultura, na economia, na linguagem, na política e nos aspectos sociais desse grupo social.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2017). Cametá pertence à mesorregião Nordeste Paraense e à Microrregião de Cametá, possui uma área correspondente 3.081,367 km<sup>2</sup> e apresenta uma população estimada em 120.896 habitantes. Limita-se ao norte com o município de Limoeiro do Ajuru, ao sul, com o de Mocajuba, a leste, com o de Igarapé-Miri e a oeste, com o de Oeiras do Pará.

Conforme as informações do IBGE (2017), Cametá foi fundada no dia 29 de dezembro de 1935, por Feliciano Coelho de Carvalho, que ao ancorar sua caravela encontrou a tribo Camutás, tornando-se o mais antigo município do Baixo Tocantins. Cametá carrega em seu nome suas raízes da ancestralidade cuja origem é Tupi e deriva da junção “Cáa” e “Mutã”, sendo que “Cáa” significa mato ou floresta, e Mutã uma espécie de degrau que era feito pelos indígenas nas árvores para morar. Os modos de vida dessa ancestralidade se mantêm até os dias de hoje imbricados na cultura, na economia, na alimentação, no transporte, nos instrumentos e na linguagem, que pode ser observados no seu cotidiano, em atos e marcas culturais como dormir na rede, usar remédios caseiros, usar a pesca e a caça para a alimentação, usar instrumentos de pesca, remar, feitura e uso do casco, na realização da pesca, na agricultura, como se observa na figura a seguir.

Figura 1: Modos de vida herdados da ancestralidade



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2022.

Essa imagem mostra um modo de vida em que no ato de se alimentar e de construir seus utensílios, esses povos nos revelam um modo singular de vivências coletivas herdadas de suas ancestralidades, que valoriza e faz sua existência enquanto um povo das margens de rios, igarapés e lagos que, por ter sua cosmologia nas águas, é considerado o povo das águas e é nesses espaços de construção e formação que se constitui fortemente à sua vida cultural.

Os ribeirinhos constroem suas casas perto de rios, lagos ou igarapés, porque a água tem uma forte relação com a cultura. As crianças estabelecem uma relação com a água; desde pequenas nadam, pescam, interagem de diversas formas com o rio. Brincando elas aprendem, aprimoram sua relação de confiança com a natureza e se fortalecem como pessoas em uma aprendizagem em que não existe só o escrito, garantindo também o falar, o sentir, o viver-agir em um processo educacional que retoma o sentido real e concreto de um currículo escolar. Instaura-se uma ciência outra, que se faz sentir no balançar das ondas, no movimento do conhecimento das marés, no olhar da troca da temporalidade do dia e da noite, na tessitura das talas que revelam saberes locais e globais, correlacionando vida e cultura.

Esses conhecimentos advindos desses povos ribeirinhos participantes do Acordo de Pesca compreendem e respeitam a sua vivência coletiva, como também outros povos para a realização de diálogo entre mundos. A relação dos povos com a natureza baseada em um compromisso ético-político na perspectiva dialógica e ecológica.

Diante disso, o Acordo de Pesca – enquanto conjunto de orientação organizadoras da pesca nas comunidades – embasou a discussão desta pesquisa. A comunidade escolhida fica localizada na zona rural de Limoeiro do Ajuru/PA. Esse município que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2017), pertence à mesorregião do nordeste paraense e à microrregião de Limoeiro, tem uma área correspondente a 1.490.186 km<sup>2</sup>. Limita-se ao norte com o Rio Pará, ao leste com o Rio Tocantins, ao sul com o município de Cametá, ao oeste como o município de Oeiras do Pará e tem aproximadamente 29.632 mil habitantes, em que estão distribuídos na zona urbana e na zona rural, como mostra a figura 2.

Figura 2: Mapa do município de Limoeiro do Ajuru-Pará



Fonte: imagem do *google maps*, de Limoeiro do Ajuru-Pará.

Ao se referir ao município de Limoeiro do Ajuru, Sena (2007) esclarece:

É possível que, o local onde está instalada a atual sede do município de Limoeiro do Ajuru, tenha sido fruto de uma doação de um comerciante cametaense chamado Manoel Vasconcelos. Segundo a pesquisa, isso data do ano de 1772.

Em 1853 por força da Lei no 228, o povoado de Janua-Coeli emancipou-se do município de Cametá. Por ser na época maior que o povoado de Limoeiro em número de habitantes, acabando sendo o 1º Distrito de Cametá. Neste caso, então, o povoado de Limoeiro ficaria dentro dos limites geográficos da Vila de Janua-Coeli. Uma vez detectado, o povo de Limoeiro obteve um grande avanço em relação à Vila de Janua-Coeli, tanto no aspecto populacional como no habitacional. Desse modo o povoado de Limoeiro foi elevado à categoria de Vila de Limoeiro por aclamação da lei número 924 de 06 de junho 1896 (Sena, 2007, p. 18).

Sena (2007) afirma que a primeira tentativa de emancipação ocorreu em 1955 quando o Estado do Pará era governado pelo General Alexandre Zacarias de Assunção. Em que, em seu governo criou vários municípios inclusive transformou a região leste do município Cametá em município – que mais tarde se tornará Limoeiro do Ajuru – por meio da Lei 1127, de 11 de março de 1995.

Por conta da divergência política da época entre o Zacarias de Assunção e o Joaquim de Magalhães Cardoso – Magalhães Barata –, muitos municípios criados pelo general Zacarias de Assunção deixaria de existir, isso ocorreu em razão de um mandado de segurança impetrado pelo general Magalhães Barata junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), **que acatou a decisão e decidiu por inconstitucional** a criação do município pelo governador Zacarias de Assunção, ou seja, os municípios que Zacarias criou foram revogados a pedido de Magalhães Barata.

Com isso, a emancipação da região leste do município de Cametá acabou sendo extinta por conta desse decreto, voltando a ser Vila Limoeiro e a pertencer ao distrito de Janua-coeli, no caso Cametá. Em 1960, voltou a surgir novamente um grupo pró-emancipação da Vila de Limoeiro, liderado pelo Bernardino da Costa Silva, deputado estadual eleito pela região tocantina, que apresentou à Assembleia Legislativa o projeto de emancipação da região leste do município de Cametá, em que foi aprovado no dia 29 de dezembro 1961.

Segundo Sena (2007), dois foram os principais fatores que motivaram para o pedido de emancipação de Limoeiro do Ajuru: a população que habitava essa localidade estava sofrendo com a falta de políticas públicas, por conta da distância da sede do município (Cametá); eram desassistidos, não tendo acesso a saúde e a educação, principalmente. A segunda **foi a necessidade de urgência de uma organização política administrativa que fiscalizasse a região**, pois nessa época a exploração de maneira desordenada que era feita na região pelas empresas “Santo Antônio e Cocal” ambas da sede instalada no município de São Sebastião de Boa Vista. A maior parte dessas riquezas naturais era exportada e não arrecadava tributos para essa região.

Limoeiro do Ajuru é um dos 144 municípios do estado do Pará. Quando emancipado já era habitado pôr maioria ribeirinhos e agricultores. É uma região banhada pelo rio Tocantins e pelo Rio Pará. Trata-se de um município composto por várias ilhas e rios que apresentam tradições religiosas católicas, evangélicas e de religiões afrodescendentes.

Trata-se de um município que a maioria da população reside na zona rural às margens dos rios, igarapés e furos. Como isso, a maioria sobrevive do extrativismo do açaí e da pesca artesanal.

Dependendo da época do ano, cada festejo ganha destaque na economia do município, pois o período de safra do açaí se torna a base da economia dessa localidade que compreende o mês de julho a dezembro. No entanto, é válido ressaltar que com o manejo do açaí já é possível ter o açaí o ano todo, mas com menos intensidade para outros meses que não fazem parte da safra. A pesca é o que mais movimentava a economia desse município **inicia**. Destaque para a abertura da pesca que inicia no dia primeiro de março e vai até dia 31 de outubro. A partir de novembro ocorre o período de defeso em que fecha a pesca para a reprodução de cada espécie<sup>17</sup>.

Trata-se de um município muito jovem de apenas 51 anos de emancipação, mas que já traz um histórico de exploração de seus recursos naturais, que nas últimas décadas se agravou com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí como pode ser confirmada no relato abaixo:

Olha, minha prezada, a Hidrelétrica ela veio pra cá para baixo não veio contribuir em nada, ou contrário, muito peixe que tinha foi extinto porque ficaro preso lá em cima como, a icanga, o aruanã, jatorana, o próprio Curimatá iraqi tanto e tanto outro peixes. Ficaro tudo preço lá pra cima. Então pra mim, essa parte a represa, até a energia nós fica sem. Às vez, nem isso nós tem direito, fiquemos só com a consequência dela, né? A água pelo menos... A água, naquela época nunca nos vivemos uma coisa dessa tão poluída. Você não vê aquele puder de bichinho na água. Você não foi lá esse tempo? Viu a água como está? Aquela quantidade de bichinho. Aquela época não tinha nada disso. Não existia esse bicho na água. Não se sabe o efeito dessa cuisa pela sujeira da barragem, se acumula, né? Esse limo de lá. Permitti lá da barragem pra cima quase um parmo esse limo fica espalhado. Quando dá o vento forte que suspende a maresia que passa na represa tudinho. Isso vem e a água não presta pra nós. Quem sabe se essa cuceira que tá aparecendo não é dessa água. Não se sabe por que ainda não se teve um estudo [...] antigamente colocava a água no pote, antes ia no porto enchia o bardinho pô, pô e coloca no pote pronto. Agora a gente não pode fazer assim, né (Honorato, Diário de campo 28 /01/2023).

---

<sup>17</sup> As espécies de pescado que mais são encontradas na região são: o mapará (*Hypophthalmusedentatus*) a tainha (*mugilliza*), a pescada branca (*plagioscion squamosissimus*), a sarda papa (*Pellonasp*), o dourado (*Brachyplatystoma Rousseaui*), o filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*) e a caratinga (*Geophagus brasiliensis*). Segundo relatos dos pescadores, várias espécies que existiam em abundância em épocas passadas, hoje já não se encontram como o mandubé (*Ageneiosus brevifilis*), o tambaqui (*colossomamacropomum*), o curimatã (*prochilodusnigricans*) (Diário de campo, 2022).

Atrelado a esses conhecimentos, Limoeiro é um município de lutas contra as amarras sociais que fez do Acordo de Pesca um movimento de resistência para a(o)s pescadora(e)s dessa localidade. Essa(e)s pescadora(e)s a partir desse movimento social fizeram da abertura da pesca um momento único e singular contribuindo, assim, para que esse evento tornasse Patrimônio Histórico Cultural e Material.

Limoeiro é uma localidade que apresenta o fascínio da vida Amazônica Ribeirinha carregada de encantos, religiosidade submersa na cultura desse povo que reflete e refrata dialetos, conhecimentos na Amazônia, como representa a figura seguinte.

Figura 3: Imagem da entrada da Ilha Saracá



Fonte: arquivo da pesquisadora, 2022.

Para uma apresentação geográfica, histórica e cultural do *lócus* onde acontece a pesquisa, a Ilha Saracá, apresentada na imagem acima, buscamos construir a partir das narrativas dos parentes da viagem-pesquisa e também outros colaboradores, que nos ajudaram nesse processo com informações acerca do local, isso ocorreu pela falta de registro e de literatura sobre a localidade, assim como proporcionar conhecer essa localidade a luz dos conhecimentos dos que ali habitam.

Segundo Sena (2007), a Ilha Saracá, antes da emancipação do município Limoeiro do Ajuru, pertencia ao distrito de Janua-coeli no município de Cametá-PA. Com isso, muitos de seus aspectos culturais sociais, econômicos da região estão relacionados ao município que pertencia anteriormente.

A Ilha Sacará fica localizada na zona rural de Limoeiro do Ajuru-PA, que faz divisa com a Ilha Araraim e Pautinga que esta divida em quatro comunidades: Sacará de baixo, antigo rio Paxiba, Sacará de Cima, antigo Gregório e Sacará da Costa que é composto pelo furo do Abacatal, furo Caverna e Igarapé grande. Trata-se de uma ilha cercada pela água que compõem rios, igarapés e pequenos furos.

O acesso a ilha é feita exclusivamente por transporte aquático, sendo que os principais utilizados pelos moradores são o casco<sup>18</sup>, o rabudo<sup>19</sup>, a rabeta<sup>20</sup>, o barco de maior porte e a voadeira. Por se tratar de rios estreitos medindo aproximadamente 30m de largura, quando a maré está baixa em alguns furos só é possível o acesso em transportes pequenos como rabudos e cascos. Outra forma das pessoas conseguirem se locomoverem é por pontes de madeira e açazeiro que os próprios moradores construíram, o que facilita a locomoção.

A principal fonte de renda da região gira em torno da pesca artesanal, do extrativismo do açaí e do cacau. Também a criação de animais como o porco, a galinha e o pato, geralmente, para o consumo próprio.

Suas casas, na sua maioria, ainda são de estilo palafitas construídas de madeira, cobertas de palha, telha de barro ou telha Brasilit, mas hoje já encontramos algumas feitas em alvenaria.

Segundo relato, essa localidade recebeu esse nome em decorrência de um senhor chamado João Sacará que foi provavelmente o primeiro habitante do local:

Segundo meu avô porque fui o primeiro nome do homem que fez o primeiro tapiri para mora lá o João Saracá. Fui o primeiro homem que habitou aqui na Ilha Saracá. E assim fui crescendo e aumentando a população. Hoje eu não sei dizer quantas família tem porque as pessuas vão casando se juntando e vai aumentando, mas acho que sem exagerar tem mais de 120 famílias por aí, assim. Só no rio que eu moro tem mais de trinta famílias (Honorato, diário de campo, 28/01/ 2023).

Segundo os levantamentos feitos juntos aos moradores da localidade, a origem dos moradores são essencialmente pessoas que imigraram de Cametá, que aos poucos foram constituindo novas famílias, construindo suas casas e se

---

<sup>18</sup> Casco é um meio de transporte a remo muito utilizado pelos ribeirinhos, que é feito de forma artesanal um só tronco de árvore especifica escavado a machado e alargado ao calor do fogo.

<sup>19</sup> É um tipo de transporte à motor que vem substituindo o uso do remo. Esse nome é atribuído porque o motor que fica acoplado na proa, o casco apresentar um eixo de aproximadamente 2m de comprimento que fica do lado de fora, o casco é como se fosse um rabo.

<sup>20</sup> A rabeta é um tipo de transporte que é movido à um motor que fica acoplado ao casco. Sendo que, esse casco é feito com tábua de madeira em um formato mais largo e achatado.

apropriando de propriedades nessa localidade. Como pode ser confirmado no relato abaixo:

O meu avu, Aber de Jesus Ferreira. Ele não era naturar de lá. Era do Porto grande de Carapajó de Cametá. De um lugar chamado Gerarda. Lá no centro. Muito no centro do Porto Grande. E de lá eles começaram a convidar outras pessoas pra pescar lá pra baixo. Cametá tem uma ilha por nome Saracá bom de pesca. Vai sargando o peixe quando já tem um bucado vai embora. Assim eles faziam. Pegava o peixe levava. Comiam, comiam até acabar e tornavam a ir pegar. Não era permanente. Era de vez em quando. Ficou com aquilo. Quando chegou o inverno eles vinham fazer uma chupana e moravam naquela ilha. Ele, os pescadores, que vinham e permaneciam com ele. Cada um fazia sua chupana, tapiri. Chama de tapiri para servir de abrigo e proteger da chuva do sol e descansar. Fui, fui e com o passar de um certo tempo ele resolveu largar lá o centro com a família dele a esposa e os filhos e fizeram uma casinha melhor e ficaram vivendo. Em 1919 isso. (Honorato, diário de campo, 28/01/2023).

A memória do seu Honorato faz emergir que a Ilha Saracá foi, longo do processo histórico, palco para a realização da pesca artesanal e permanece até hoje. Esse atravessar ao *lócus* da pesquisa permite o contato com a diversidade cultural amazônica. Banhada de conhecimentos da história da comunidade pesquisada que as narrativas da(o)s moradora(e)s fluíram como as águas que cercam essa ilha, assim, permitiu mergulhar nelas. Esse mergulhar em buscar evidenciar os conhecimentos que se materializaram na prática cotidiana que a memória propicia as (re)produções dos conhecimentos em um tempo-espço que marca a vida da(o)s moradora(e)s desse lugar.

### 2.3 PARENTES DA PESQUISA

Nesta subseção apresento os protagonistas desta viagem-pesquisa, aqueles que mostraram e provaram que nas relações dialógicas estabelecidas entre parentes<sup>21</sup> com parentes, entre parentes e natureza. Os conhecimentos são construídos, fruto da relação de alteridade que acontece na arquitetura dos conhecimentos do Acordo de Pesca.

Ao aceitarem nosso convite para participarem dessa construção foram convidados a estabelecerem uma relação dialógica a partir de círculo de diálogos. Dessa forma contribuíram significativamente na construção desta viagem-pesquisa

---

<sup>21</sup> É um termo usado pelos pescadores que não tem relação com parentesco, mas uma forma herdada de suas ancestralidades para se dirigir aos seus.

no momento que abriram as portas de suas casas para nos receberem com muito afeto e amorosidade, o que permitiu que esse momento se tornasse único e singular, permeado por conhecimentos intrínsecos em suas vidas, é claro, regada com um delicioso cafezinho oferecido carinhosamente pelos participantes.

Iniciamos esclarecendo para todos quais eram os objetivos desta viagem-pesquisa, a metodologia para sua realização e assegurados o direito ao seu anonimato bem como a sua retirada da pesquisa se julgar necessário. Para tanto, usamos como critérios de inclusão, todos que residissem no *lócus* da pesquisa, fossem pescadora(e)s artesanais e participantes do Acordo de Pesca.

Apesar de ser permitido o uso dos nomes nas pesquisas por parte dos sujeitos, optamos por manter o anonimato pela questão ética da pesquisa. Sendo assim, utilizaremos nomes fictícios, assim nomeamos cada sujeito como parente **seguinto de um nome que vai diferenciar um do outro**. Quando me refiro aos sujeitos da pesquisa de parente é porque essa, é a forma que eles se dirigem um ao outro no seu contexto de vida, que não tem a ver com parentesco, mas sim uma forma de tratamento herdada de seus ancestrais. Os sujeitos da pesquisa foram quatro pescadoras e dois pescadores, que aceitaram trazer suas vozes para compor esta pesquisa através de suas narrativas imersas na sua relação de alteridade no seu contexto de vida.

Além destes, quero lembrar também daqueles que participaram da produção de dados por outras formas de coleta, entre eles: Manoel, Pedro e Dona Raimunda que trouxeram suas vozes e seus conhecimentos por meio de relatos de vida e da história da localidade, para nos ajudar na construção deste trabalho.

Mediante isso, apresentamos a baixo um quadro descritivo que tem como objetivo trazer um panorama dos sujeitos da pesquisa, que aqui denominamos de parente. Esse quadro revela o tempo de profissão de cada parente, idade, gênero, raça/cor, **experiência que cada acerca dessa profissão**, quanto tempo que participa do acordo de pesca, qual sua função dentro desse acordo. Tudo isso, se faz necessário para compreendermos como esses parentes se constituem enquanto sujeitos de conhecimentos.

Quadro 2: Demonstrativo dos parentes da pesquisa

<b>Sujeitos</b>	<b>Idade</b>	<b>Tempo de profissão</b>	<b>Gênero</b>	<b>Raça/cor</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Tempo de participação no acordo de pesca/função</b>
<b>Parente 1</b> Rita de Cássia	31	Sempre pescou	Feminino	Parda	Ensino médio	Desde início/secretária
<b>Parente 2</b> Leidiane	40	22 anos	Feminino	Morena	7ª série	Desde o início/participante
<b>Parente 3</b> Marcilucia	43	26 anos	Feminino	Parda	Nível Superior	Desde o início/participante
<b>Parente 4</b> Maria de Jesus	40 anos	Sempre pescou	Feminino	Preta	Ensino Médio	Desde o início/participante
<b>Parente 5</b> Adelino	55 anos	Sempre pescou	Masculino	Moreno	7ª série	Desde o início/coordenador
<b>Parente 6</b> Paulo	49 anos	Sempre pescou	Masculino	Preto	5ª série	Desde o início/participante

Fonte: elaborado pela pesquisadora, 2023.

A primeira parente foi identificada como Rita de Cássia. Ela é pescadora, ribeirinha e mãe, tem 31 anos, declara-se parda. Em suas narrativas, nos revelou que a pesca sempre fez parte de sua vida, sendo que essa foi a profissão que sempre exerceu. No Acordo e Pesca é muito participativa, na qual exerce a função de secretária e atrelado a isso, atua na função de secretária do conselho da pastoral da criança da Comunidade Cristã local. Apesar de demonstrar um pouco de timidez, posiciona-se de forma crítica e contundente, principalmente, quando se trata de sua atuação nos movimentos sociais. Rita, nos afirmou que apesar das dificuldades conseguiu concluir o ensino médio, mas a falta de oportunidade não permitiu que ela cursasse o nível superior.

Segunda parente, é a Leidiane que tem 40 anos. Ela é pescadora, ribeirinha e participante do Acordo Pesca desde sua implementação, declara-se morena. Quanto aos seus estudos, estudou até a antiga 7ª série do Ensino Fundamental, pois as dificuldades financeiras e a falta de oferta, na época, impossibilitaram que ela prosseguisse nos estudos, mas isso não impediu o seu engajamento na luta nos movimentos sociais. É uma pessoa bem comunicativa, de posicionamento firme. Isso tem contribuído para seu engajamento no Acordo de Pesca e, também, luta para promover mudanças estruturais e sociais junto com outras pescadoras,

exemplo, a criação de uma associação de mulheres na comunidade que tem como objetivo central **oportunizar as mulheres mudanças sociais e políticas.**

A terceira parente é Marcilúcia, tem 43 anos. Exerce a função de pescadora há 23 anos, declara-se parda, participa do Acordo de Pesca desde quando foi implementando, concluiu o nível superior – Graduação em Pedagogia –, mas não atua como professora. Ela é uma pessoa um pouco tímida, mas quando necessário tem posicionamento firme e, é envolvida no movimento da pesca

A quarta parente foi Maria de Jesus, pescadora, ribeirinha, tem 40 anos e sempre pescou, concluiu o Ensino Médio; declara-se preta, participa do acordo de pesca desde sua fundação, em que é uma das responsáveis em fazer a divisão do dinheiro com os participantes do Acordo de Pesca. Ela é uma pessoa bem comunicativa de posicionamento firme e muito engajada na luta por mudanças estruturais e sociais. Junto com outras mulheres da localidade conseguiram implementar uma associação de mulheres com objetivo de oportunizar as mudanças sociais e políticas. Pela falta de oportunidade não conseguiu cursar o nível superior.

O quinto parente é o Idalino, tem 56 anos, pescador, ribeirinho, iniciou na pesca quando ainda era criança ajudava seus pais na atividade da pesca. Ele é uma pessoa muito envolvida nos movimentos sociais da localidade sendo que foi um dos organizadores que implementou o Acordo de Pesca, no município de Limoeiro do Ajuru. É coordenador do Acordo de Pesca, colaborador do Conselho Pastoral do Pescador (CPP), representante do Movimento Conselho da Pesca (MPP), vice coordenador da Associação Comunitária de Jesus, estudou até a 7ª série do Ensino Fundamental. Apesar de pouco estudo, sua vivência de luta no movimento social da(o)s pescadora(e)s lhe permitiu adquirir muitos conhecimentos e consciência de classe e política. Hoje é a pessoa que mais representa a(o)s pescadora(e)s na a pesca nos encontros municipais, estaduais e nacionais.

Parente Pedro tem 49 anos, é pescador, ribeirinho, declara-se pardo. Desde criança ajudava seus pais nas atividades da pesca. **Nessa relação estabelecia com seus pais na atividade da pesca** permitiu que Pedro aprendesse o ofício e a profissão, a exemplo, a técnica do taleiro, o que hoje ele utiliza para identificar o cardume do peixe no rio. Ele foi um dos idealizadores e fundadores do Acordo de Pesca na localidade em que participa **de forma efetiva desse movimento.** Quanto ao estudo Pedro, nos afirmou que estudou até a antiga quarta série porque teve que ajudar os pais no sustento da família.

## 2.4 A LAMPARINA QUE VAI CLAREAR E DIRECIONAR A NOSSA VIAGEM-PESQUISA

Para prosseguir e termos êxito na nossa viagem-pesquisa, precisamos de direcionamentos da nossa lamparina<sup>22</sup> para nortear e clarear nossas ideias. Com isso, o intuito de alcançar os objetivos propostos, trazemos o método Análise Dialógica do Discurso (ADD) que se ancora na concepção bakhtiniana, que nos ajudará a interpretar e analisar as narrativas a(o)s pescadora(e)s.

Tal escolha pelo método, parte da compreensão que a ADD traz possibilidades de uma análise como várias categorias presentes na concepção como: conhecimento, dialogismo, alteridade e temporalidade que possibilitou um olhar voltado para esse outro como produtor do conhecimento. Em consonância com o método Bentes (2020) diz que:

A ADD preocupa-se com a análise das situações de comunicação em que ocorre o discurso, que são atos bilaterais proferidos por pelos menos dois participantes, em um ato único e irrepetível. Sendo assim, como principal instância, o objeto de pesquisa é sempre [...] O ser humano que participa da situação de comunicação, que age em termos de um ato ético, que obtém uma resposta, que proferiu o discurso em um tempo e um lugar específicos por meio dos signos ideológicos (Bentes, 2020, p.75).

Essa concepção metodológica direciona para uma proposta e pesquisa que permite compreender a linguagem como fenômeno social, em que diferentes vozes do discurso interagem e se confrontam desvelando diferentes pontos de vista ideológicos, presentes assim, influenciando a construção de significados e da formação do conhecimento. Isso permitiu realizar uma análise que levou em consideração a singularidade, os conflitos de ideias, a compreensão de sentido dos sujeitos da pesquisa.

De acordo com essa concepção definimos no nosso objeto de análise: **As formas de como se constituem os conhecimentos dialógicos entre a(o)s pescadora(e)s artesanais advindos de suas relações estabelecidas na prática do Acordo de Pesca da Ilha de Saracá.**

---

<sup>22</sup> A lamparina é um utensílio muito utilizado pelos pescadores na prática a pesca e, também em suas residências para clarear principalmente quando não possuía energia elétrica. Aqui ela é usada no sentido metafórico.

A concepção dialógica emana alinharmos com a perspectiva da abordagem qualitativa no posicionamento de Minayo (2001) quando declara que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (2001, p.21-22).

Este aspecto de olhar o objeto na sua particularidade e na totalidade é fundamental por que dialoga com a compreensão dos fenômenos sociais, que ocorrem na relação dialógica na perspectiva bakhtiniana entre pescadora(e)s na arquitetônica dos conhecimentos do acordo de pesca no tempo-espaço – cronotopo – que analisará os conhecimentos envoltos às relações de alteridade nesse movimento social em sua totalidade partindo de uma realidade concreta.

Alinhamos também a esta discussão sobre a pesquisa, o posicionamento de Brandão (2007) sobre os princípios da pesquisa participante que:

O ponto de origem da pesquisa participante deve estar situado em uma perspectiva da realidade social, tomada como uma totalidade em sua estrutura e em sua dinâmica. Deve-se partir da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações (Brandão, 2007, p.19).

Uma pesquisa social pautada no princípio da participação dos sujeitos, baseada na sua realidade social, a exemplo, o Acordo de Pesca, que se configura como uma luta social que parte de uma realidade concreta individual e coletiva contextualizada historicamente, levando em consideração as relações ocorridas nos círculos de diálogos, em que as interações discursivas tiveram como foco central as orientações advindas desse movimento social da(o)s pescadora(e)s.

Nesses círculos, as interações se deram, a exemplo, de forma singular nesta pesquisa quando o taleiro “topa”, o mapará que sinaliza o início do “borquei”, em que se joga a rede formando um círculo, tomando esta prática concreta como analogia aos círculos de diálogo, em que as palavras, as vozes dos parentes circulam por meios das narrativas trazendo os conhecimentos valorados sobre a pesca coletiva.

Assim, estabelecemos um diálogo aos moldes do pensamento de Volóchinov (2019), de que é a interação verbal que se dá na relação dialógica estabelecida entre esses sujeitos, vivenciando práticas de pesca reais que só foi possível retomá-las por essas narrativas, ou seja, pela linguagem como princípio fundamental e

constitutiva desses sujeitos, com amorosidade desinteressada, nesses eventos únicos e irrepetíveis na comunicação discursiva (Bakhtin, 2020).

Para a construção do objeto de análise por meio destas narrativas e os apontamentos do diário de campo, realizamos o círculo de diálogos com todos os partícipes, onde foram realizados três encontros com a presença de todos os participantes. Estes encontros ocorreram de forma livre para o registro, sem que precisássemos de um roteiro fechado e extenso. Foram utilizadas palavras do cotidiano dos sujeitos desta viagem-pesquisa. Nesta perspectiva, a partir da realidade deles, propomos um diálogo a respeito da relevância dessas palavras para a vida dos partícipes e o sentido que elas têm. Esses encontros foram gravados, filmados e registrados e, posteriormente, analisados com base no método dialógico do discurso, como possibilidade na construção do conhecimento com o intuito de compreender as vivências dos sujeitos desta investigação.

Dessa forma, o estudo parte da concepção de conhecimento de Bakhtin (2011) e o círculo, em que a relação “eu” e “outro” são fundamentais para analisar diferentes formas de conhecimentos, que se dão nas organizações sociais através da tensão nas lutas e conflitos na coletividade, que dialoga com o ponto de vista de Volóchinov (2018) que afirma:

Toda palavra serve de expressão ao "um" em relação ao "outro". Na palavra, eu dou forma a mim mesmo do ponto de vista do outro e, por fim, da perspectiva da minha coletividade. A palavra é uma ponte que liga o eu ao outro. Ela apoia uma das extremidades em mim e outra no interlocutor. A palavra é o território comum entre o falante e o interlocutor (Volóchinov, 2018, p. 205).

Para tanto, os participantes da viagem-pesquisa foram seis pescadora(e)s, sendo quatro mulheres e dois homens participantes do Acordo de Pesca, da Ilha Sacará, de Limoeiro do Ajuru-PA, A escolha de quatros mulheres foi devido ao engajamento maior delas na luta por resistência das condições opressoras, e também como modo de reconhecimento de sua importância enquanto sujeitos sociais.

Os instrumentos utilizados para a construção da materialidade foram: a gravação de voz, filmagens com celular e o diário de campo. Para isso, os participantes foram previamente solicitados a assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com intuito de conhecer o perfil da(o)s participantes e

anotar as informações necessárias para a análise, como: escolaridade, principal fonte de renda, tipo de moradia, participação em movimentos sociais e culturais, denominação religiosa, comercialização de seu produto, beneficiário de algum programa social do governo, condições de trabalho, números de pessoas que moram na mesma casa, energia elétrica e água encanada, entre outros.

Para a sistematização desse corpus, no decorrer da viagem-pesquisa, foram realizadas categorias que emergiram com base na premissa de que a construção dos conhecimentos acontecem nos momentos de alteridade: eu-para-mim, eu-para-outro e o outro-para-mim, que contribuíram com a formulação das categorias de análise, criadas por nós, face às narrativas da(o)s pescadora(e)s, tais como: Como se faz e por quê é feito?; Do que material é feito e por quê?; e, Como medir?; Estas correlacionadas ainda às concepções de: conhecimento, dialogismo e temporalidade, para uma análise na totalidade a partir do referencial teórico, do círculo de diálogo e do diário de campo, transcrição das narrativas, que se apresentam no estudo.

No entanto, abrimos um parêntese aqui para justificar a forma como vamos realizar a transcrição das vozes dos sujeitos da viagem-pesquisa, pois quando nos propomos a fazê-la tínhamos, muito claro que o objetivo desta viagem-pesquisa era: analisar a constituição das arquitetônicas dos conhecimentos da(o)s pescadora(e)s artesanais partícipes do Acordo de Pesca, no município de Limoeiro do Ajuru-Pa. Um dos desafios era a forma de fazer isso sem que anulasse as vozes desses sujeitos, sem ter que abrir mão das suas individualidades, pois trata-se de pessoas que carregam em sua construção sociocultural, uma linguagem que reflete sua realidade e através da escrita trazemos a vida para a arena teórica.

Para isso, é indispensável exercermos nosso ato responsável com base na escuta responsiva, em que fazemos a escolha ética de trazer as vozes desses sujeitos, não apenas para compor este trabalho, mas fazer parte da construção, ser autores e protagonistas deste processo, respeitando a sua singularidade, principalmente, a forma peculiar de se comunicar.

Nosso desejo aqui, é garantir uma prática de escuta desses coletivos em diferentes âmbitos que assegure não apenas trazer suas vozes, respaldo ao direito de autoria e protagonismo, sendo seus representantes para expressar o seu viver-agir. Isso pressupõe uma escuta que reconheça e valorize o lugar do outro. Pois, historicamente, as vozes desses sujeitos foram excluídas dos discursos acadêmicos

em detrimentos das vozes legitimadas, pois a linguagem nesse espaço exerce uma relação de poder que é usada para excluir aqueles que não se encaixam nesse modelo.

Nosso compromisso altérico é de romper com uma prática muito comum de fazer pesquisa, no que se refere à transcrição da fala, pois ao fazer transcrição da fala, tende a fazer adequação para atender ao padrão de língua dominante, o que anula, exclui e contribui para a manutenção de um modelo de linguagem única, excludente e segregadora. No momento que, essa transcrição passa por esse processo de “adequação” deixa de dar espaço para aqueles que não se encaixam, neutralizando o sujeito a participar do evento como autor. Em relação a isso Bakhtin (2017) aponta que:

A falsa, a tendência de reduzir tudo a uma única consciência a dissolver nela a consciência do outro (do intérprete). *As vantagens essenciais da distância* (espacial, temporal, nacional). Não se pode entender a interpretação como empatia e colocação de si mesmo no lugar do outro (a perda do próprio lugar). Isso só é exigido para os elementos periféricos da interpretação. Não se pode entender a interpretação como passagem da língua do outro para a minha linguagem (Bakhtin, 2017, p. 35).

O autor defende a ideia de que a linguagem é socialmente construída, e está sempre em constante mudança, refletindo uma característica, o grupo social em que é utilizada. Assim, não podemos reduzir a linguagem dos partícipes desta viagem-pesquisa, em um único modelo e linguagem, **isso não nos permite uma análise voltada para a realidade deles e, também perceber a relação de poder que emergem a partir dela.**

Assim, a transcrição das falas que respeite a singularidade e individualidade dos participantes, se faz necessário neste trabalho para registrar e trazer as vozes para compreendermos diversos aspectos, a comunicação e também dar o direito a autoria e protagonismo do estudo.

Aqui surge um questionamento: como pensar e oportunizar uma educação democrática se na universidade ainda (colocamos ainda porque acreditamos na mudança dessa concepção), está presa há um modelo de linguagem única, excludente e opressora que representa a linguagem hegemônica que, infelizmente, a universidade por muito tempo tende a manter um poder e domínio por meio de uma linguagem padrão. Em relação a isso Bakhtin (2020) se posiciona da seguinte maneira:

A categoria de língua única é uma expressão teórica dos processos históricos da unificação e centralização linguística, uma expressão das forças *centrípetas* da língua. A língua única não é dada, mas, no fundo, sempre indicada em cada momento de sua vida, opõe-se ao heterodiscurso real. Ao mesmo tempo, porém, é real enquanto força que supera esse, que lhe impõe certos limites, que assegura certos *maximum* de compreensão mútua e se cristaliza na unidade real, embora relativa, da linguagem fala (do dia a dia) com a linguagem literária, com a “linguagem correta” (Bakhtin, 2020, p. 39-40).

O autor mostra que a língua historicamente exerce um poder com aqueles que não a dominam e revelam a complexidade de relações entre indivíduo, linguagem e sociedade, e, também forças opressoras que levam um processo de exclusão usada para manter o poder, que faz diferença no modo de agir na vida e na participação da dinâmica social.

Partindo dessa compreensão, nosso posicionamento ético, estético e político, de trazer o conhecimento vivido de forma singular possibilita uma escuta responsiva outra. Nosso compromisso altérico é de colocar o mundo da vida para o mundo teórico como forma de trazer os conhecimentos advindos da prática de pesca, pois se trata de pessoas que trazem, em seus enunciados, uma linguagem que representa mais do que uma simples forma de se expressar, mas representa uma luta e resistência que contrapõe ao sistema linguístico dominante, para respeitar as singularidades e diversidades linguísticas.

Bakhtin nos possibilita um estudo de linguagem, que possamos ir além das análises do sistema gramatical de língua unitária e de falante, porque concebe a linguagem que centra na prática discursiva, ou seja, na relação dialógica e, também no olhar o sujeito com um ser expressivo responsivo.

Essa concepção de linguagem nos permite dialogar acerca dos conhecimentos evidenciados nas narrativas dos parentes da pesquisa, a partir de relações sociais que o sujeito constrói seus conhecimentos por meio da linguagem, e através dela atua na sociedade a ponto de construir com outro uma relação de alteridade, logo, a linguagem que se manifesta antológica na relação do eu-para-mim, eu-para-o-outro e do outro-para-mim, vai dando sentido às experiências vividas, o construto da realidade em que expressam seu ato responsável e ético por meio de suas narrativas contadas.

Nessa relação discursiva do mundo vivido as vozes dos parentes se entrelaçam e se constituem. Nessa relação de alteridade que seus atos responsivos que o torna um ser ético. Ao trazer suas vozes, podemos não apenas mostrar seu

posicionamento ético, mas dar visibilidades a esses sujeitos que ao longo da história foram invisibilizados e passaram e passam por um processo de desumanização que se segrega opressora.

Mediante isso, fizemos nossa escolha ética de registrar a fala dos sujeitos exatamente como foram ditas, respeitando sua múltipla linguagem sem fazer qualquer ajuste na sua linguagem, para que eles se sintam parte desse processo. Esse é o nosso compromisso alteritário, o respeito com outro que nos completa-incompleta. Para quem ler este trabalho possam de fato poder escutar e aprender como esses sujeitos.

Sabemos que a prática de transcrição da fala faz se necessária na pesquisa, para que se possam ter elementos de análise. Porém, no momento que se faz a transcrição tende-se adequar a fala do sujeito da pesquisa, para se manter a manutenção da hegemonia da língua.

É claro que precisamos esclarecer que o objetivo aqui não é desconsiderar a forma, pela qual a pesquisa vem se desenhando, mas mostrar outra possibilidade de fazer ciências que respeitem as singularidades do indivíduo, e principalmente de dar oportunidades, para que as classes sociais que não se encaixam nesses modelos, possam trazer suas vozes, para que sejam ouvidas, pois essas vozes trazem conhecimentos que pode ajudar na construção do conhecimento.

Bakhtin traz em sua obra, a compreensão de autor e autoria, tem como base que o texto é dialógico, logo ele é fruto da relação entre diferentes sujeitos e visões. Nessa concepção o autor é um ser ético, político, social, cultural que está posto em relação com outro, em que nessa relação vai se constituindo.

Nessa proposta **que nós apoiamos na concepção de autoria na perspectiva bakhtiniana** para pensarmos nesse lugar de autoria a partir dessa relação, que essa concepção vai estabelecer o que pensa a partir da ideia de autoria. O autor aqui não pode ser compreendido como ser isolado do mundo, mas como ser expressivo que se encontra em um tempo-espaco, que na relação dialógica com o outro vai se alterando.

Nesse sentido, esta pesquisa-viagem traz as vozes dos Parentes em sua singularidade, sem fazer qualquer adequação a língua padrão como forma de refletir o discurso que atravessam esses sujeitos. **Importante também para que os sujeitos entendam que esse lugar na pesquisa é um lugar de relação, que é composta por múltiplas vozes que estão aqui, e também participando dessa construção coletiva.**

Bakhtin (2017) concebe uma concepção de linguagem plural e de uma concepção de falante plural vocal, que vai além do que a linguística que tem o sujeito como um elemento relevante para os estudos dos fenômenos linguísticos, mas que acaba tratar como um ser abstrato, genérico. Isso contribui para um estudo apenas dos fenômenos linguísticos a variação do que o sujeito como um ser expressivo responsivo, o que deixa de perceber diferentes, e na singularidade. Mediante isso, é importante (re)pensar a pesquisa na região amazônica, haja vista que se trata de uma região que apresenta uma população diversa.

Como optamos não apenas, nesta pesquisa, trazer as vozes desses parentes, mas trazer a vida para a arena teórica, pois é na prática discursiva que esses sujeitos se organizam e promovem sentido as experiências de vida, transformam a realidade e evidenciam o conhecimento sem precisar se desvincular do mundo da vida.

Isso nos faz pensar uma pesquisa como um lugar que respeite a singularidade que nela precisa ou conseguem habitar, mas para isso precisamos (re)pensar o papel da pesquisa enquanto produtora de conhecimento e como isso vem sendo feito.

Na dinâmica sócio-histórica do Acordo, a(o)s pecadora(e)s criam múltiplos horizontes interpretativos da realidade. Cada um constituindo uma certa posição avaliativa dessa realidade, através de sua linguagem vão instaurando elementos verbais que ajudam nessa compreensão ao outro.

Esse outro fala, é preciso garantir sua fala como autor-criador, em que cria essa luta pela sua participação no processo, pois para a concepção bakhtiniana a escuta é **ponta** fundante no processo de compreensão respondente. Assim, sendo, as narrativas aqui apresentadas têm como objetivo a escuta como transcrição enquanto interpretante, tem a compreensão correspondente pensar, pois as narrativas trazem vozes posicionadas ideologicamente em uma arena discursiva de cultura da pesca, que na sua relação entre os sujeitos e natureza são ganhando sentidos.

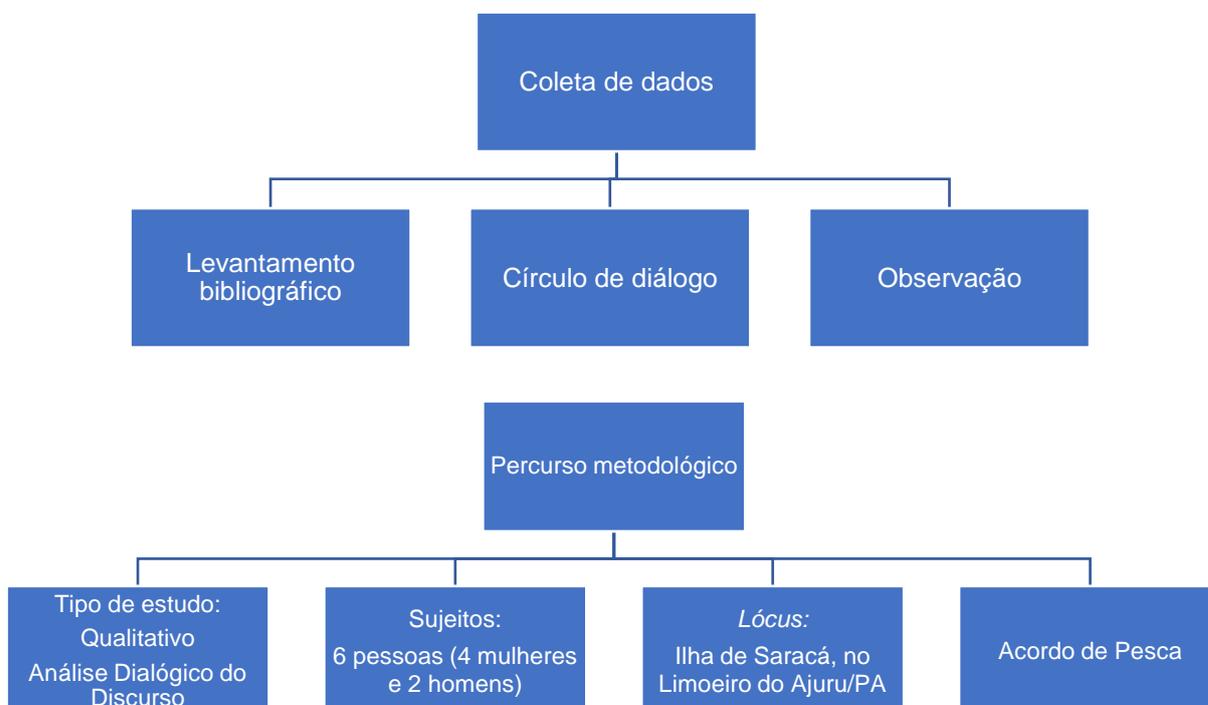
Autoria compreendida pelo Bakhtin propõe uma análise do discurso a totalidade, logo é imprescindível levar em consideração autor, autoria como ponto fundante na análise, para que possamos de fato dar escutas a esses sujeitos silenciados.

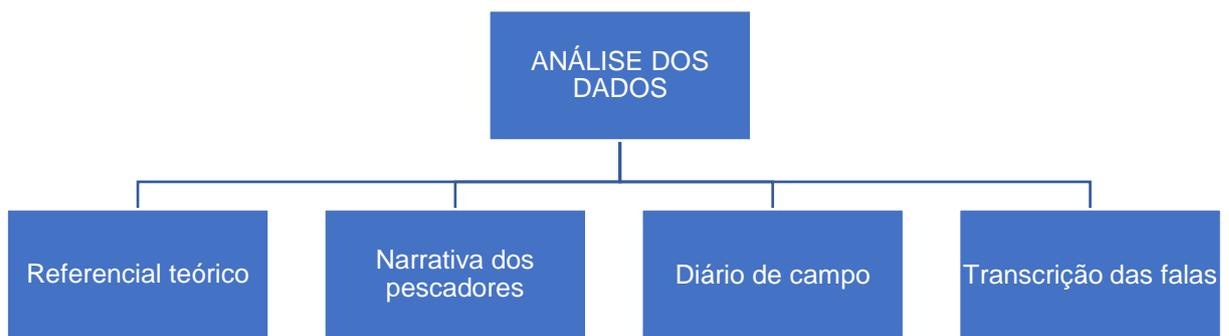
Logo, fazer a transcrição na fala na pesquisa sem fazer adequação na perspectiva bakhtiniana é fundamental para trazer vozes desses sujeitos mantendo plurivocidade, para que seja ouvida, para que possamos refletir a realidade social e as estratégias, que ele utiliza para se dirigir ao outro, pois suas formas de se expressar é constituída, e sentidos que revela conhecimentos que encontram nas vozes esses sujeitos e também ar protagonismo e autoria para que eles possam compor este trabalho.

Por isso, esta seção de metodologia que organiza e orienta esta viagem-pesquisa encontra-se no início da discussão teórico e metodológica, trazendo como materialidade as narrativas de vida desses sujeitos pescadora(e)s, os(as) quais narraram sobre as formas de como se constituem os conhecimentos mediados pelo Acordo de Pesca. Os diálogos foram estabelecidos na relação entre o eu pesquisadora e o outr(a)os pescadora(e)s participantes deste coletivo da pesca.

Para tanto trazemos o organograma 1, que traz o percurso metodológico da pesquisa para uma melhor compreensão como foi realizado esta viagem pesquisa.

Organograma 1: percurso metodológico da pesquisa





Fonte: elaboração da autora (2024)

## 2.5 ASPECTOS ÉTICOS

Esse pensamento é possível, pois só reconhecendo o conhecimento do outro, um conhecimento alheio, podemos conhecer e reconhecer o outro como ser expressivo e dialógico.

A escuta responsiva com o outro garante um posicionamento ético-político de resistência que reconhece o outro como sujeito de conhecimento, expressa em suas práticas e lutas, como é o caso dos pescadores de Saracá, que problematiza temáticas em suas práticas, que acontece na relação dialógica, que ajuda a potencializar o diálogo ético-político:

Ele deixou de apenas existir, porque passou a existir em si e para si (essas categorias surgiram aí pela primeira vez) e para outro, porque se refletiu na consciência do outro (da testemunha do juiz): como isso ele mudou radicalmente, enriqueceu e transformou-se (Não se trata de ser outro) (Bakhtin, 2017, p. 28).

Para o autor, conhecimento está ligado à compreensão que o sujeito tem de si e se constitui através do olhar e da palavra do outro, em um espaço-tempo como um ser expressivo que dialoga com o conhecimento, pois este [...] está voltado para o individual na relação de vivências. É o campo das descobertas, das relações, das interações, das comunicações (Bakhtin, 2017, p. 58).

Bakhtin (2017, p. 58) afirma que a compreensão do conhecimento exige do indivíduo responsabilidades, as quais necessita da “complexa dialética do interior e do exterior” que requer “a capacidade de conhecer e a capacidade de se exprimir a si mesmo”. “Aqui estamos diante da expressão e do conhecimento”, ou seja, o ato bilateral na apropriação de conhecimento pelo sujeito:

Aqui surge algo absolutamente novo: os super-homem, o supra eu, isto é, a testemunha e o juiz do homem total (do eu total); logo, já não é o homem, já não é o eu, mas o outro. O reflexo de mim mesmo no outro empírico, através do qual eu preciso passar para sair na direção do eu-para-mim (Bakhtin, 2017, p.28).

Mediante isso, entendemos que precisa a importância de esclarecer aos partícipes de todos os aspectos que envolvem a pesquisa como objetivos, procedimentos e a importância da realização da pesquisa enfatizando que suas participações são de caráter voluntário e se sentirem a vontade de desistir da pesquisa são livres para se retirar a hora que desejarem. Pois compreendemos e respeitamos que a pesquisa precisa ter em seu construto, precisa garantir atitudes éticas, principalmente quando se trata de pesquisa com seres humanos que deve ser respeitado seus direitos de escolha.

Assim, pôr a nossa pesquisa ter como sujeitos a(o)s pescadora(e)s artesanais, logo, seres humanos, submetemos o projeto ao cometer de ética na plataforma Brasil, e estamos no aguardo do parecer.

Para tanto, adotamos como medida ética que todos os participantes assinassem o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), em que se assegura o anonimato preservando a identidade de cada partícipe, mas é válido salientar que todos permitiram o uso de seus nomes.

## 2.6 CAMINHO PARA A PESCARIA DIALÓGICA

Oh! Que saudades que tenho  
Da aurora da minha vida,  
Da minha infância querida  
Que os anos não trazem mais!  
Que amor, que sonhos, que flores,  
Naquelas tardes fagueiras  
À sombra das bananeiras,  
Debaixo dos laranjais!  
Como são belos os dias  
Do despontar da existência!  
- Respira a alma inocência  
Como perfumes a flor;  
O mar é - lago sereno,  
O céu - um manto azulado,  
O mundo - um sonho dourado,  
A vida - um hino d'amor!  
Que auroras, que sol, que vida,  
Que noites de melodia  
Naquela doce alegria,  
Naquele ingênuo folgar!  
O céu bordado d'estrelas,  
A terra de aromas cheia,  
As ondas beijando a areia  
E a lua beijando o mar!  
Oh! dias da minha infância!  
Oh! meu céu de primavera!  
Que doce a vida não era  
Nessa risonha manhã...  
Achava (Casimiro de Abreu, 1858)

O percurso da pesquisa não foi apenas uma viagem. Ao fazer uma analogia como poema de Casimiro de Abreu, não foi um simples deslocamento ao *locus* de pesquisa, foi uma viagem ao tempo-lugar, entenda tempo aqui não como tempo linear, cronológico, mas uma viagem pelas temporalidades que se cruzam e entrelaçam que vão constituindo um cronotopo<sup>3</sup> – tempo-espço – de lembranças do passado que traz uma compreensão do passado a parte de relação com o presente em um contexto e espaço diferente, que permite tecer uma reflexão minha no outro

,que nos proporciona mudanças de atitudes e concepções. Memória que se dá na relação, que aumenta minha consciência a materialidade do signo, em que o futuro ressignifica o passado em que temos o mesmo evento, mas temos memórias diferentes, posições valorativas diferentes (Bakhtin, 2017, p. 60).

Essas viagens que foram realizadas pelos rios, igarapés, pelos livros, pelas teses, dissertações e principalmente pelo tempo, tempo de começar, tempo de parar, tempo (des)conhecer, tempo da maré, tempo da lua, tempo de pescar, tempo de lembrar, de recordar, tempo de escutar, tempo da convivência. Todos esses “tempos” trouxeram novas vivências e experiências em que pude vislumbrar novamente a abertura da pesca, momento único e singular, de encanto e magia de uma esperança, também pude perceber mudanças e transformações da natureza.

Essa viagem-pescaria foi marcada por leituras epistemológicas que pudessem equilibrar o barco para não naufragar mediante a tantas tempestades e ventanias, que levantava maresia gigante, que às vezes o leme não conseguia direcionar a embarcação, mas com muita amorosidade e comprometimento conseguimos fazer isso, e chegar ao que nos propusemos fazer pescar o “peixe”.

Assim, no dia primeiro de março de 2022, partimos em uma deliciosa viagem rumo ao Limoeiro do Ajuru. No percurso, conduzida pela imensidão das águas, contemplação a uma natureza exuberante ao som dos pô, pô, pô<sup>23</sup>, o vento batendo no rosto, uma euforia para vivenciar a abertura da pesca. Na embarcação já podia ouvir as narrativas das pessoas sobre as **expectativas para o seguinte**. Percebemos a valoração que eles dão a esse momento único e singular, que é a abertura da pesca. Para onde virávamos, ouvíamos que o assunto era o que iria acontecer no dia seguinte: “Amanhã uma hora dessas quero estar saboreando aquele mapará assado”**;** Mas credo! “Será que presta?”. “Já comprei até um isopor para gelar”. “Bão mesmo é o avoador!”.

Seguindo meu itinerário de viagem, chegamos às 12h na cidade de Limoeiro de Ajuru recepcionada com um banquete típico limoeirense: açaí, camarão, peixe assado e muito carinho. Como o barco não pode ficar parado, almoçamos e viajamos com meu pai como condutor-guia do rabudo para vivenciar os preparativos para o dia seguinte.

---

<sup>23</sup> Tipo de embarcação à motor muito utilizado pelos ribeirinhos como meio transporte no seu dia a dia. O nome “pô-pô-pô vem do som que o motor emite quando está em funcionamento.

Por baixo de um sol escaldante, seguimos viagem de rabudo até a Amorosa, uma ilha próxima da sede do município onde fica um dos Acordos de Pesca. Esse acordo é formado por pescadores que cuidam da preservação do entorno dessa ilha. Lá conhecemos a residência (figura 4 - Casa feita pelos pescadores que serve de abrigo no período defeso) construída por eles que serve de abrigo para os pescadores quando estão pescando. Nesse encontro estabelecemos uma relação dialógica junto a esses sujeitos com intuito de compreender como se constitui o conhecimento na vida desses.

Figura 4: Casa feita pelos pescadores que serve de abrigo no período defeso.



Fonte: acervo da pesquisadora, 2022.

A foto acima traz a imagem de uma casa tipo palafita construída na Ilha Amorosa pela(o)s pescadora(e)s a partir da necessidade que eles sentiram em ter um local, que servisse de suporte para fazer alimentação e abrigo no período defeso. Período esse, que eles se organizam para **vigiarem o rio conforme foi abordado anteriormente**. Trata-se de uma casa construída coletivamente feita toda de madeira, coberta com palha, como três cômodos: sala, quarto e cozinha. Percebemos que, essa casa tem uma valoração que vai além de uma simples residência, pois carrega as marcas tanto das águas, da relação com a natureza e o

homem e, também, o processo e opressão e tensão que esse coletivo está submerso.

Ao adentrarmos na casa nos deparamos com universo de vivências amazônicas um modo de vida que revela toda uma existência e cultura própria. Essa cultura é evidenciada no teto, na parede, em cada esteio, na estrutura da casa, no fogão a lenha, o que é utilizado para fazer a comida, nas várias cordas amarradas que servem para atar a rede, na altura que a casa é construída respeitando o fluxo da maré, entre outras, que referencia e mostra a manutenção da cultura, que fortalece a identidade enquanto povos ribeirinhos. Isso revela totalmente a singularidade desses povos, em que esses elementos fortalecem a resistência cultural, social e política.

Mas também se configura como um espaço que revela a desigualdade social, política produzida pelo capital, que imprime um tempo-espaço em que a modernidade provoca mudanças no modo de viver-agir desses coletivos. Mas, mantém seu processo, opressão e subalternização. Isso **Poe** se confirma quando esses coletivos têm que abrir mão.

**Essa foto retrata as vivências suscitadas por essas águas fizeram** com que emergisse lembranças de minha infância e suas muitas significações. Recordo-me da relação profunda entre moradores da comunidade e a natureza, tanto relacionada ao trabalho como outras dinâmicas culturais que informam o cotidiano local.

No dia seguinte acordamos às 4h da manhã, para não perder nem um momento. Eu e meu pai, meu companheiro inseparável nessa viagem-pesquisa, saímos de rabudo ao local do borqueio<sup>24</sup>. Era uma manhã em que caía uma chuva fraquinha. Ainda um pouco escuro já se ouvia os barulhos dos barcos e pescadora(e)s se dirigindo ao local para capturar o pescado. A brisa com aquele friozinho maravilhoso batia no meu rosto. Como a maré estava agitada o casco pulava na maresia. Isso dificultou um pouco para que chegássemos no local.

Passou um filme na minha cabeça, lembranças da minha infância voltaram à tona. Tempo em que saímos com nosso pai para pescar na proa, o casco remando para ele jogar a malhadeira. Quando a gente via o miritizeiro boiando pensávamos que era a cobra grande, que estava vindo em nossa direção e, eu fechava os olhos

---

<sup>24</sup> Borqueio, como é conhecida a pesca do mapará pelos pescadores do Baixo Tocantins, que consiste num ritual que descrevo a seguir .

e rezava para que ela não nos pegasse, e quando se aproxima via que não era cobra, era um galho solto flutuando.

Ao aproximarmos dos cascos com as redes se ouvia a conversa dos pescadores que estavam preocupados com a chuva, a maré correndo muito: “Se essa chuva não passar o peixe vai tudo para o perau.<sup>25</sup>”. “A correnteza desse jeito vai enrolar a rede e a gente vai perder o peixe”. “Borá ter fé, parente que vai dar certo.”. Ficamos por umas duas horas no silêncio, que às vezes era quebrado pelo canto do galo, da saracura e pelo **pó, pó, pó** dos barcos que se aproximavam. De vez em quando um oferecia um cafezinho, contava uma piada, relatava um caso e assim ficamos até o dia amanhecer.

Figura 5: Momento em que os pescadores estão à procura do cardume.



Fonte: acervo da pesquisadora, 2022.

Esse momento, como pode ser observado na foto acima, mostra que o silêncio torna a(o)s pescadora(e)s sensíveis para ouvir as vozes das águas, que ecoa nas almas, onde passam a entender cada movimento, cada sinal da maré, o canto das gaivotas. Parece que as vozes das águas ensinam, mostram caminho para realizar uma boa pescaria e um momento de muita aprendizagem que o tempo não é determinado cronologicamente.

Apesar de já ter vivenciado várias vezes a abertura da pesca, sentia algo diferente, era outra emoção, não era mais as mesmas pessoas dos anos anteriores.

---

<sup>25</sup> É a parte funda de um rio que fica próximo a ribanceira.

Consegui perceber outra valoração que não tinha antes, a emoção tomava conta de mim, uma ansiedade e uma vontade que tudo desse certo, porque o que queríamos era ver o esforço e a dedicação daquela(e)s pescadora(e)s recompensados por uma pesca produtiva. Ver e ouvir meu pai todo orgulhoso me ensinando, dando dicas e como fazer para observar melhor, procurando o melhor ângulo para que fizéssemos nosso trabalho e falando para os seus amigos, que nós estávamos fazendo uma pesquisa sobre a(o)s pescadora(e)s. Foi um dia cheio de emoção em que recebi muito afeto, carinho e cuidado, por parte dos pescadores, para que pudesse realizar meu trabalho da melhor forma possível.

Com o passar das horas vi o remo do taleiro dando o primeiro sinal que poderia lançar a rede no rio, porque o cardume do peixe tinha sido localizado. Momento único e singular marcado por muita emoção, euforia e dedicação dos pescadores em realizar tudo certo para que nada atrapalhasse esse momento. Ouvíamos os gritos: Borá! Bora! Rema! Rema! Fecha o borqueio! Não para! Não para! Começa o **maponga<sup>26</sup>** e batiam na água para que o peixe fosse à rede de pesca. Em seguida, o mergulhador adentra no rio para mergulhar e dá o nó na rede. Esse período é marcado por muita tensão, pois qualquer vacilo pode ser fatal, pois a o mergulhador pode se enrolar na rede e vir à óbito. Mas tudo deu certo, e com uns minutos o mergulhador amarra os dois cabos e é aquela festa dos pescadores.

Figura 6: Momento da retirada dos peixes capturados no “borqueio”.



Fonte: acervo da pesquisadora, 2022.

---

<sup>26</sup> É um tipo de bater na água que os pescadores fazem na hora do **bloqueio** para fazer com o que o peixe se assuste e corra para a rede.

Na foto a acima mostra momento singular que os pescadora(e)s estão em mais um dia de pesca, que se organizam coletivamente para a captura do mapará. Esse momento é atravessado por tensões, amorosidade e comprometimento ético e político ..... nos revela um conhecimento outro quanto a(o)s pescadora(e)s, protagonizam um momento único e singular que evidencia conhecimentos, que são construídos na relação dialógica. Ela é uma forma de conduzir o borqueio, jogar a rede, na forma e como conduzir o casco (que se configuravam como um encontro que ia além da construção do utensílio, mas se dava a partir das trocas e momentos que eles traziam suas experiências de vida), participação ativa no acordo de pesca, assim como, no engajamento do movimento.

A partir disso, as outras pessoas que estão nos barcos, cascos e rabudos assistindo ao borqueio se aproximaram e começaram a ajudar a(o)s pescadora(e)s, uns puxando as redes e outros batendo maponga. Começa uma luta de aproximadamente uma hora, com movimentos de muita força e dedicação para que tudo ocorra bem. Nesse momento, já começa o grande espetáculo dos peixes se movimentando no bloqueio, uns pulando para escapar e outros apenas nadando em círculo. Nota-se no rosto dos pescadores a felicidade de verem que todo esforço valeu apena, pois foi mais um borqueio abençoado como pode ser observado na foto acima.

Quadro 3: Demonstrativo dos encontros com o corpus da pesquisa

VIAGEM	LOCAL	OBJETIVO
28/02 - 02/03/2022	Sede do município, Ilha Amorosa, Prainha. Ilha Saracá	Vivenciar a abertura da pesca; Definir o lócus da pesquisa;
08/08/2022 <sup>a</sup>	Ilha Saracá	Contato no lócus; Presentão o objetivo e a metodologia da pesquisa; Realizar o primeiro círculo de diálogo;
17 - 21/01/2023	Ilha saracá, Sede do município	Segundo e o terceiro círculo de diálogo; Levantamento histórico de Limoeiro do Ajuru;
28/01/2023	Belém	Levantamento histórico da Ilha Saracá.

Fonte: elaborado pela pesquisadora, 2023.

O segundo contato já definido, qual acordo de pesca iremos realizar nossa pesquisa, com o lócus da pesquisa foi realizado no dia primeiro quando apresentamos o objetivo da pesquisa, a metodologia e esclarecemos que a

participação seria de forma voluntária, assegurando o direito de se retirar da pesquisa se julgar necessário, bem como manter o anonimato dos participantes, como consta no documento designado como Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para tanto, é válido ressaltar que a escolha do acordo de pesca da Ilha Saracá como lócus da pesquisa foi por identificar que nesse acordo de pesca apresenta **na relação mais materializada desses sujeitos uma organização de trabalho.**

Nesse segundo contato, mais direto com os parentes da viagem-pesquisa, ocorreu no dia 08 de julho de 2022– fomos apresentados aos participantes pela liderança do acordo de pesca pelo Adelino, o qual enfatizou a importância de o Acordo de Pesca estar abrindo as portas para a Universidade, bem como o desejo que a pesquisa possa estabelecer uma parceria como a comunidade local para ajudar no fortalecimento desse movimento. Esse momento foi marcado por angústias e incertezas por parte d(o)s pescadora(e)s em que traziam em suas narrativas a insatisfação com a falta de políticas públicas e assistência para esses.

Dentro dessa relação dialógica estabelecido com os parentes possibilitou a constituição da materialidade desta viagem-pesquisa, pois através as narrativas conseguimos elementos que permitiu a compreensão dos conhecimentos que circulam no Acordo de Pesca. Dentre essas, a do Pedro que como a voz embargada, destaca-se por rememorar sua juventude marcada pela fartura de pescado, as festas e suas aventuras nos rios.

Além dessas atividades, nós conhecemos os rios e os igarapés que compõem a ilha, um passeio fascinante sobre as águas em que lembranças da minha infância emergiram quando passamos nas frentes das casas, as pessoas tomando banho no rio, crianças brincando de pira pega na água, roupa no varal secando, os matapis na ponte. Diante disso, ao adentrarmos na arquitetura da viagem-pesquisa permitiu termos a dimensão das práticas de vida da(o)s pescadora(e)s à luz do Acordo de Pesca, em que **podemos identificar que a natureza é um principal elo de existência e sobrevivência física, material e simbólica de manutenção das práticas culturais, tradição, ancestralidades, vividas coletivamente e, o que já demonstra suas raízes ancestrais.**

Logo, esse primeiro contato com a arquitetura dos conhecimentos da pesca permitiu uma vivência com esse coletivo, que trouxe muitas questões que serviram

para o direcionamento nesta viagem-pesquisa, como: a escolha da Ilha Saracá, como *locus*, a confirmação que seria possível a realização da viagem-pesquisa a partir **em quanto objetivamos, métodos e concepção de conhecimento.**

## 2.7 ABERTURA DA PESCA

Nesta subseção trazemos um pouco sobre a abertura da pesca, que vivenciamos em Limoeiro do Ajuru com intuito de compreender e mostrar o que esse evento representa para a(o)s pescadora(e)s dessa localidade. Trata-se de um evento que acontece no encerramento, o período defeso, que iremos abordar a seguir. Esse momento é estabelecido em uma relação dialógica de alteridade entre esses sujeitos, em que vários conhecimentos da pesca são evidenciados.

Para tanto, é válido ressaltar o quanto foi gratificante vivenciarmos esse momento único e singular que é a abertura da pesca. Trata-se de um evento que valora e ganha sentido e significados sobre as vidas da(o)s pescadora(e)s. Em relação a isso, Loureiro (1995) diz que:

Essa leveza que, num outro ângulo na mesma perspectiva e na forma de uma poética do imaginário, é a que vem sendo trazida até nossos dias pela sociedade amazônica, no seu devaneio inundado de poesia. Sem ignorar a grandeza natural visível em torno e da qual não duvidam, os homens não se percebem por uma visão direta, objetiva, pragmática, pesada. Mas, indiretamente, como se todo aquele denso mundo de floresta e água se transformasse num vitral de transparência pura, através do qual uma outra realidade é contemplada. (Loureiro, 1995, p. 77).

Desse modo, esse momento é carregado de sentidos e significados no viver-agir da(o)s pescadora(e)s. Assim, a abertura da pesca deixa de ser apenas uma atividade na prática de vida e passa a penetrar em uma profundidade de sentidos e significados. Ao vivenciarmos isso, reafirmamos os nossos objetivos em trazer os conhecimentos da pesca que se dá na relação dialógica do Acordo de Pesca como borqueio, o taleiro, o mergulhador, matapi, a rede de malhar, dentre outros, que revelam os conhecimentos da pesca que estão intrínsecos em suas vidas

**Na Amazônia apresenta com linguagem e conhecimentos próprios** em que se observa o impossível se tornando possível, o incrível se torna **crível** em que o sobrenatural se torna natural (Loureiro, 1965). Isso pode ser observado na vivência, na relação de alteridade entre pescadora(e)s e no contexto da abertura da pesca.

É válido ressaltar, por tudo que foi mencionado, a abertura da pesca em Limoeiro do Ajuru, tornou-se Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Pará pelo Projeto de Lei (PL) Nº 26/2017, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), no dia 2 de março de 2019, sancionado no dia 8 de abril de 2019, e publicado no dia 9 de abril no Diário Oficial do Estado.

Figura 7: momento em que os pescadores estão assistindo o "borqueio"



Fonte: arquivo da pesquisadora, 2022.

Antes do amanhecer começa o barulho o pô, pô, pô em que é possível perceber a movimentação dos pescadores se deslocando rumo ao rio, em busca de mais um dia de pesca, mas não é um dia qualquer, trata-se da abertura da pesca que acontece todo dia 01 de março quando se encerra mais um período defeso. Nesse dia vivencia-se uns dos momentos mais esperados pelos pescadores. Momento marcado pela contemplação da natureza, devaneio dos pescadores, emoção que toma conta e envolve todos em um só sentimento de dever cumprido.

Como se fosse uma romaria, todos saem rumo ao rio formando uma imagem como se fosse um cívico como se o tempo não existisse. Tempo, esse tempo que não é o tempo cronológico, mas o tempo que a natureza estipula. Ela determina quando é o tempo de começar, tempo de parar, tempo de jogar a rede, tempo do devaneio, tempo de sonhar, tempo de imaginar.

Nesse movimento que se dá entrelaçamento de vozes, em que as narrativas vão se materializando numa construção tempo-espaco marcado pela subjetividade por aspiração de lutas e resistências, que as relações dialógicas de alteridade, que os conhecimentos vão sendo construídos.

Logo, compreendemos que a abertura da pesca ao passar dos anos se enriquece de novos significados e de novos sentidos **que é revelado contexto historico, social e cultural de vida dos sujeitos.** Isso permite a transformação permanente dos sentidos, significados e seus meios de realização de transmissão.

## 2.8 PERÍODO DEFESO

O período de defeso foi desenvolvido a partir do ano de 1967, com intuito de regularizar a prática da pesca realizada no Brasil. O período acontece quando o pescado está no período de reprodução das espécies, que ocorrem todo o ano e obedece à reprodução em cada região. **O espaço e o tempo que compreendem esse período ocorrem à suspensão da pesca** para que haja a reprodução da espécie como forma de garantir a continuidade da espécie.

Para que os pescadores possam sobreviver sem que comercializem o pescado, recebem o valor de um salário mínimo por mês para que possam manter a pesca suspensa durante esse período. Mas, na maioria das vezes, demoram tanto para receberem o dinheiro que quando isso acontece já acabou o período de defeso e, também, tem casos que eles não conseguem receber esse recurso. Isso faz com que alguns usem isso como justificativa para irem ao rio pescar, não respeitando o período defeso.

Em Limoeiro do Ajuru o período defeso inicia dia primeiro de novembro e encerra no dia primeiro de março. Durante esse espaço-tempo a(o)s pescadora(e)s, a partir de suas organizações internas, asseguradas pela instrução normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), nº 29 de 31/12/2002 (IBAMA, 2002), estabeleceram os Acordos e Pescas como forma de resistir ao sistema capitalista que forja realidades fazendo com que alguns pescadores violem a lei que proíbe a realização.

Como o poder público **Polícia Ambiental e nem o IBAMA** não fazem a fiscalização dos rios para que o período defeso seja respeitado por todos. Com isso, a(o)s pescadora(e)s assumem essa responsabilidade, então, formam grupos que

fazem a fiscalização para que não seja feita a captura do pescado nesse período, garantindo, assim, a reprodução da espécie.

Na maioria das vezes isso é realizado sem equipamentos necessários em noites escuras e chuvosas quando são desafiados pela natureza e pelo homem, pois eles recebem ameaças de morte como mostra o enunciado: "A gente faz isso porque a gente gosta e precisa, mas é muito perigoso. A gente sai de nute. Às vezes a nute tá um breu, chovendo. Correndo risco de vida, né? Porque até ameaça de morte a gente recebe" (Diário de campo, 28/02/2022).

Apesar de todas essas dificuldades e desinteresse do poder público, no final do período, que culmina com a abertura da pesca, é um momento único e singular que reflete e refrata a felicidade dos pescadores em celebrar esse dia com muita alegria e peixe, com fartura como afirma parente Honorato: "Minha filha, isso é uma beleza, uma benção de Deus que a gente a recebe. É uma fartura sem tamanho!" (Honorato, Diário de campo, 28/01/2023).

Esse momento é tão esperado que tem todo um ritual que relatamos de forma fiel e encantadora para, a partir das observações registradas no diário de campo, esse momento único e singular que a(o)s pescadora(e)s **valoração sentimentos e significados à luz dessa atividade.**

Logo, compreendemos que o período defeso foi instituído com objetivo de garantir a reprodução das espécies. **Isso que** revela um compromisso ético com o outro, mas também gera tensão quando a(o)s pescadora(e)s entram em conflitos com quem desrespeita esse período, provocando mudanças e transformação social e humana, tendo, como resultados novos sentidos e novos significados revelados no contexto histórico, social e cultural de vida dos sujeitos.

### 3 O LEME CONDUTOR DA VIAGEM: CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS À PESQUISA

#### 3.1 O CONHECIMENTO, O DIALOGISMO, A ALTERIDADE E A TEMPORALIDADE

Na viagem-pesquisa rumo à pescaria nos deparamos com as correntezas das águas dos rios que nos levam de margem a margem banhada pelas vozes dos pescadores artesanais do Acordo de Pesca, da Ilha Saracá como seres expressivos e falantes (Bakhtin, 2017). Para isso, vamos discutir o conceito de conhecimento, dialogismo, alteridade e temporalidade a partir das seguintes obras:

1) Por uma metodologia das ciências humanas (Bakhtin, 2017a), escrito no final de 1930, início dos anos 1940 e publicado em 1975, com a edição brasileira: **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas da ed. Russa Seguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2017, p. 57-79;

2) Fragmentos dos anos 1970-1971 (Bakhtin, 2017b). Edição brasileira: **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas da edição russa Serguei Botcharov. São Paulo: editora 34. 2017, p. 21-56;

3) BAKHTIN, M. M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Organizado por Augusto Ponzio e Grupos de Estudos dos Gênero do Discurso (GEGe/UFSCar). Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco, São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

4) **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem, publicado na ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1929 (Volóchinov, 2018).

5) **Nuevo diccionario de La teoría de Mijaíl Bajtín** organizado por Pampa Arán (Áran, 2016).

Para começar, trazemos uma breve cronologia da vida, obra, concepção e influências que contribui para a construção de sua teoria. Apresentamos um fluxograma destacando em períodos construídos a partir das informações contidas nas obras: **Questão de estilística no ensino da língua**: 2019; e **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência

da linguagem, 2018 e **Por uma escuta responsiva: a alteridade como ponto de partida** (2018).

Quadro 4: Cronologia de Bakhtin

1895 a 1913	1914 a 1920	1921 a 1975
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nasceu em Orel, no Sul de Moscou na Rússia;</li> <li>• Bakhtin não frequentava a escola;</li> <li>• Estudava junto com seu irmão, em casa, com uma governanta alemã contratada pelo seu pai;</li> <li>• Mantinha uma rotina de estudo bem intensa e diversificada;</li> <li>• Teve contato com a leitura desde sua infância;</li> <li>• Com 12 anos já tinha realizado muitas leituras de diversas áreas como: Literatura Filosofia, História, Geografia;</li> <li>• Falava russo, alemão, francês, italiano o que permitiu que leve os filósofos em suas línguas originais- Kant em alemão;</li> <li>• Com 16 anos começou a frequentar escola para concluir o segundo grau.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Início da I Guerra mundial;</li> <li>• Ingressou na universidade;</li> <li>• Foi morar em uma cidade no interior</li> <li>• Começou a docência;</li> <li>• Encontrou vários filósofos;</li> <li>• <b>Acaba</b> com a aristocracia;</li> <li>• Implantado a República da Rússia;</li> <li>• Concluiu a universidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Casou-se com Elena;</li> <li>• Formação do Círculo Bakhtiniano com Volóchinov, Medvedev, dentre outros pensadores;</li> <li>• Condenado ao exílio no Cazaquistão;</li> <li>• Após a Segunda Guerra Mundial retomou a docência como professor de literatura;</li> <li>• Aposentou-se pela Universidade de <b>Sarank</b>;</li> <li>• Faleceu em 1975.</li> </ul>
Principais publicações: 1919 - O artigo: Arte e responsabilidade; 1929 - O livro Problema na obra de Dostoievski; 1929/1930- As introduções aos volumes XI e XII das obras escolhidas de Tolstói; 1965- A obra François Rebelais e a cultura popular medieval e do renascimento.		

Fonte: elaboração própria a partir da resenha de Questão de estilística no ensino da língua (2019); Marxismo e filosofia da linguagem (2018), Por uma escuta responsiva: a alteridade como ponto de partida (2018).

No quadro 5 mostramos que Bakhtin, filósofo Russo, nasceu em Orel, no Sul de Moscou, na Rússia, no dia 17 de novembro de 1895. Era de uma família aristocrata. Sua contribuição nas ciências sociais foi de suma importância por trazer em seus escritos um olhar voltado para a vida, para o sujeito e para ajudar a compreender a realidade e a interação social, olhando o mundo como único e singular.

O contexto histórico e político que Bakhtin vivenciou influenciaram os intelectuais do Círculo, acrescido de suas descobertas intelectuais o que permitiu pensar que a produção de conhecimento ocorre na relação dialógica entre sujeitos, por sua vez apresenta a linguagem não como objeto abstrato e tão pouco

desvinculada de seu contexto. Para Bakhtin (2020) a linguagem é uma atividade social, dialógica que se dá na interação verbal. Isso vai contra a divisão feita pelos estruturalistas que separam e dicotomizam a linguagem em “língua” e “fala, pois para os integrantes do **Círculo Bakhtiniano** a língua não é desvinculada de valores ideológicos.

Nessa escuta de vozes propiciada pelo diálogo, a escuta do outro é essencial para tecer uma compreensão acerca de como acontece o conhecimento. Para tanto, a concepção bakhtiniana oferece a oportunidade de analisar o termo **conhecimento** e abre caminhos para entendermos como o conhecimento vem sendo protagonizado em seus estudos. Isso ajuda a tecer a compreensão dos conhecimentos advindos dos pescadores nas práticas estabelecidas pelo Acordo de Pesca. Bakhtin (2017) afirma que:

O conhecimento da coisa e o conhecimento do indivíduo. É indispensável caracterizar os dois como limites: a pura coisa morta, dotada apenas de aparência, só existe para o outro e pode ser totalmente revelada, do início ao fim, por um ato unilateral do outro (o cognoscente). Tal coisa, desprovida de interior próprio inalienável e não utilizável, pode ser apenas objeto de interesse prático (Bakhtin, 2017, p. 57).

O outro para autor não é outro abstrato, mas um outro que na relação dialógica vai se constituindo no processo histórico social e se apropriando de novos conhecimentos. Tal conhecimento que resulta em seu posicionamento ético e político em grupos sociais se contrapondo ao processo de exclusão e dominação bem como tudo que está no entorno.

Para Bakhtin (2020), a interação entre o eu e o outro se dá pelo diálogo, o “eu” não se constitui por si mesmo. Nesse sentido, essa constituição se dá na relação dialógica em que o outro é o ponto para compreendermos que nesse sentido, o “eu” nasce no diálogo alheio, ou seja, na palavra do outro.

Por conseguinte, o conhecimento só pode ser uma construção dialógica dos significados, isso porque “o sujeito como tal não pode ser percebido estudado como coisa porque, como sujeito e permanecendo sujeito, não pode tornar-se mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser dialógico” (Bakhtin, 2017, p. 66). A relação dialógica entre pessoas – pelo menos dois –, no qual são incorporados valores e discursos sociais, ocorre por meio da recepção e

compreensão de enunciados, dos signos. Os significados dos diferentes signos são construídos a partir dessa relação.

Figura 8: representação da relação dialógica



Fonte: elaborado pela pesquisadora, 2023.

Assim, o conhecimento para o outro – o sujeito expressivo da pesquisa – ocorre no processo de interação entre sujeitos na sua prática da pesca, no processo de resistência e de defesa da subsistência da natureza, compreendendo de forma clara que os sujeitos partícipes desta pesquisa, segundo Bakhtin (2017, p. 58) são “elementos de expressão (o corpo não como materialidade morta, o rosto, os olhos, etc.); neles se cruzam e se combinam duas consciências (a do eu e a do outro)”.

A compreensão da relação do eu e do outro do ponto de vista dialógico traz inerente a essa discussão a visão de que o dialogismo tem “uma dupla e indissolúvel dimensão”, no pensamento de Brait (2005, p. 94-95) quando afirma que:

Por um lado, o dialogismo diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existe entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. É nesse sentido que podemos interpretar o dialogismo como elemento que instaura a constitutiva da natureza interdiscursiva da linguagem. Por outro lado, dialogismo diz respeito às relações que se estabelece entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, se instauram e são instaurados por esses discursos.

Partindo dessa concepção, afirmamos de que toda relação entre sujeitos são forma de conhecimento seja para a luta por melhores dias ou para a acomodação ou para ter outra posição. Então, podemos compreender que “[...] o diálogo<sup>27</sup> é não só a forma mais importante da interação discursiva” (Volóchinov, 2018, p.41), mas a

<sup>27</sup> “O conceito de diálogo e seus correlatos dialogismo, relação dialógica, pequeno e grande diálogo são uma marca identificadora não só do MFL, mas também do conjunto da obra do Círculo de Bakhtin” (Volóchinov, 2018, p.41).

forma de compreender as relações de nossos discursos no tempo-espaço e sentido. E com base nesse pensamento é possível compreender que o conhecimento do outro, o conhecimento alheio, se realiza na interação discursiva entre os participantes da viagem-pesquisa como seres expressivos e dialógicos.

A escuta responsiva garante um posicionamento ético-político de resistência que reconhece o outro como sujeito de conhecimento que expressa em suas práticas e lutas, como é o caso dos pescadores da Ilha da Saracá, que problematizam temáticas em suas práticas, que acontece na relação dialógica, que ajuda a potencializar as suas narrativas. Nos termos de Bakhtin (2017) diz que:

Ele deixou de apenas existir, porque passou a existir em si e para si (essas categorias surgiram aí pela primeira vez) e para outro, porque se refletiu na consciência do outro (da testemunha do juiz): como isso ele mudou radicalmente, enriqueceu e transformou-se (Não se trata de ser outro) (Bakhtin, 2017, p. 28).

Para o autor, conhecimento está ligado à compreensão que o sujeito tem de si e se constituir por meio do olhar e da palavra do outro em um espaço-tempo como um ser expressivo que dialoga com o conhecimento, pois este “[...] está voltado para o individual” e para o social, na relação de vivências. “É o campo das descobertas, das relações, das interações, das comunicações” (Bakhtin, 2017, p. 58).

Nessa compreensão, “Ele deixou de apenas existir, porque passou a existir a existir em si e para si [...] e para outro porque refletiu na consciência do outro” (Bakhtin, 2017, p. 28), o autor, nesse sentido, dialoga com Volóchinov (2018) que:

compreensão de um signo ocorre na relação deste com outros signos já conhecidos; em outras palavras, compreensão corresponde ao signo e o faz também com signos. Essa cadeia da criação e da compreensão ideológica que vai do signo ou outro depois para um novo signo é a única interrupção: sempre passamos de um elogio elosígnico, e, portanto, material, a outro elo também sígnico. Essa cadeia nunca se rompe nem assume uma existência interna material e não encarna o signo (Volóchinov, 2018, p.95).

Bakhtin (2017, p.58) neste dialogo com Volóchinov (2018) sobre o processo da interação social por meio dos signos para a consciência coletiva material, ele afirma que a compreensão do conhecimento exige do indivíduo responsabilidades, as quais necessita da “complexa dialética do interior e do exterior”, que requer “a capacidade de conhecer e a capacidade de se exprimir a si mesmo”. Aqui estamos

diante da expressão e do conhecimento”, ou seja, o ato bilateral na apropriação de conhecimento pelo sujeito. Sendo assim:

Aqui surge algo absolutamente novo: o super-homem, o supra eu, isto é, a testemunha e o juiz do homem total (do eu total); logo, já não é o homem, já não é o eu, mas o outro. O reflexo de mim mesmo no outro empírico, através do qual eu preciso passar para sair na direção do eu-para-mim (Bakhtin, 2017, p. 29).

Assim, para o autor o objeto do discurso é o outro. Com isso “o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado como coisa”. Logo, “o conhecimento que se tem dele só pode ser dialógico” (Bakhtin, 2017, p. 66).

Para Bakhtin é essencial fazer a distinção de conhecer o objeto, é conhecer o sujeito, pois para ele “cisão sujeito/ objeto” (Olmos, 2006, p. 52).

Fazer essa distinção entre o que é sujeito e o que é objeto, é importante para que se tenha a compreensão em sua especificidade, dentro do seu limite, pois “os sujeitos não conhecem os objetos, mas outros sujeitos”. Nessa lógica, “o sujeito que conhece participa do que é conhecido” (Olmos, 2006, p. 52).

Dessa forma, abrindo-se para o encontro com o outro, abre-se para o outro, mas também permanece voltado para si (Bakhtin, 2017, p. 30), assume que “eu tomo consciência de mim através dos outros: ele eu recebo as palavras, as formas e a totalidade para a formação da primeira noção de mim mesmo. Nessa compreensão que a alteridade, que os conhecimentos diversos acontecem e podem ressignificar e dar sentido um ao outro. Com isso se fortalece na relação dando sentido.

Assim, Bakhtin (2017) trata o conhecimento como dialógico. O conhecimento, que se dá na relação, está ligado a eles que resulta da relação dialógica, que acontece com a natureza ou quando os outros em suas vivências buscam para resolução de problemas e para a sua sobrevivência. Isso é bem definido no pensamento do autor quando discute os movimentos da alteridade: eu-para-mim, eu-para-o-outro, o outro-para-mim (Bakhtin, 2020, p. 23).

Figura 9: sumarização da ideia de relações entre sujeitos



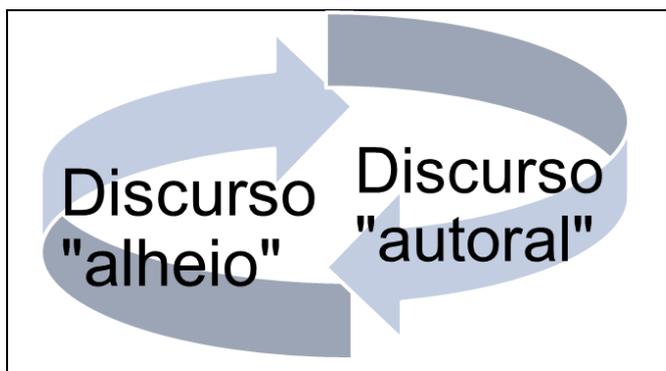
Fonte: elaborado pela pesquisadora, 2023.

A ideia da sumarização é mostrar o que na relação dialógica entre o do-eu para mim, do-eu-para-o-outro, do-outro-para-mim que nesse movimento alteritário e evidenciando que o conhecimento é para mostrar o quanto as relações estão em movimento evidenciando que a alteridade é o ponto de encontro entre o eu e o outro. Quanto mais próximo da Alteridade, mais próximo estará o eu do outro, enquanto que mais próximo o eu estiver do egocentrismo, mais distante estarei do outro. A tangente da vida é a relação do eu e o outro e vice-versa.

Volóchinov (2018, p. 255) confirma que “o verdadeiro objeto de estudo deve ser justamente a inter-relação dinâmica entre essas duas grandezas: o discurso transmitido (“alheio”) e o discurso transmissor (“autoral”).

A figura 10 pode representar esse entrecruzamento entre discursos alheios e discursos autorais.

Figura 10: discurso alheio e discurso autoral



Fonte: elaborado pela pesquisadora, 2023.

O “discurso alheio é o discurso dentro do discurso, o enunciado dentro do enunciado, mas ao mesmo tempo é também o discurso sobre o discurso e o enunciado sobre enunciado” (Volóchinov, 2018, p. 249).

O outro em Bakhtin não é outro abstrato, e sim um sujeito que possui uma história, que possui seus conhecimentos que podem não ter reconhecimento. Esses seus conhecimentos são incorporados pelo pesquisador como discursos alheios, nos termos que:

O discurso alheio é concebido pelo falante como enunciado do outro sujeito em princípio totalmente autônomo, finalizando o ponto de vista de construção e fora do contexto em questão. É justamente dessa existência independente que o discurso alheio é transferido para o contexto autoral, mantendo ao mesmo tempo o seu conteúdo objetivo e aos mesmos rudimentos da sua integridade linguística da independência construtiva inicial (Volóchinov, 2018, p. 250).

De acordo com a perspectiva de Bakhtin e o círculo, o discurso alheio refere-se à influência dos discursos outros na formação de nosso próprio discurso. O autor acreditava que o discurso não é uma atividade isolada, mas sim um processo dialógico que ocorre em interação com outras vozes e discursos presentes na sociedade.

O discurso alheio pode ser entendido como um conjunto de ideias, opiniões, e formas de expressão que são incorporadas e adaptadas pelo indivíduo em seu próprio discurso. Ao entrar em contato com diferentes discursos e interagir com outras pessoas, somos expostos a diferentes perspectivas, experiências e visões de mundo, o que influencia a maneira como falamos, pensamos e nos expressamos.

Dessa forma, o discurso alheio não é algo negativo ou restritivo, mas sim uma fonte de enriquecimento e diversidade em nossa própria expressão linguística. Bakhtin enfatizou a importância da interação e do diálogo na construção do discurso, afirmando que é através desse processo que formamos nossas **identidades-alteridade** e nos relacionamos com o mundo ao nosso redor.

Para tanto, a relevância do “conhecimento” advindo da concepção bakhtiniana está em colaborar para o reconhecimento e valorização dos conhecimentos evidenciados nas narrativas dos participantes por meios de seus discursos em diálogos, o que pode atribuir ao enunciado sentido e ideologia levando em consideração tempo-espaço na relação dialógica estabelecida entre a(o)s pescadora (e)s no Acordo de Pesca, na Ilha Saracá.

O sujeito dessa pesquisa é considerado na sua memória construída na sua interação social que tem como base a relação dialógica com o outro e com a cultura em que vive, pois para Bentes (2020, p. 68) “a memória está relacionada ao discurso como materialidade viva na relação humana entre pelo menos dois seres. Memória, portanto, é vida”. Trata-se de um processo ativo e criativo construído na relação dialógica e alérgica.

Dessa forma a memória não é algo estático, nem repositório de informações do passado, mas, sim, um processo em constante movimento que vai se transformando na relação dialógica a partir de diferentes vozes e pontos de vista. Assim, a memória não é apenas individual, mas coletiva, pois está sempre correlacionada à memória de um grupo e cultura, é um fenômeno social e discursivo que garante a temporalidade concreta e viva dos acontecimentos compartilhados por meio do discurso no tempo-espaço.

Aqui a memória tem um papel preponderante na construção do conhecimento, pois é através dela que o sujeito traz à tona as vivências acontecidas no presente-passado, conseqüentemente, criando-se ideias e discursos que constituem nossa compreensão para direcionar a atuação no futuro consolidada no aqui-agora. .

Por isso, concordamos com a ideia de Bakhtin (2017, p. 67) que:

A interpretação como correlacionamento com outros textos e reapreciação em um novo contexto (no meu, no atual, no futuro). O contexto antecipável do futuro: a sensação de que estou dando um novo passo (saí do lugar). Etapas do movimento dialógico a *interpretação*: o ponto de partida - um

dados do texto, o movimento retrospectivo – contextos do passado, movimento prospectivo - antecipação (e início) do futuro contexto.

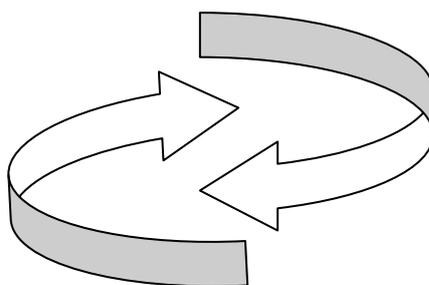
Nesse sentido, Bakhtin vai dizer que **o significado das palavras e do discurso** e também constituído pela temporalidade. Para isso precisa ser levado em consideração as circunstâncias históricas, sociais, culturais, em que o sujeito encontra submerso, pois para o autor a linguagem é vista como um processo dinâmico que se constitui na relação dialógica em um tempo-espço. Sendo assim, a temporalidade está **ligada...**

**Assim, na perspectiva bakhtiniana, a compreensão do conhecimento em qualquer sociedade, em qualquer período de tempo ocorre na relação dialógica com outro. Sendo assim, a temporalidade está relacionada diretamente a maneira como as ideias são articuladas, comunicadas e interpretadas, dando sentido, significado e relevância do conhecimento em diferentes contextos históricos, sociais, políticos e culturais. Pois, o discurso carrega tanto o contexto temporal em que foi produzido e const**

**Assim a compreensão entre memória e conhecimento é fundamental para a compreensão do sujeito e a sua linguagem na vida real.**

A figura 11 pode representar esse movimento prospectivo **ente discursos** Portanto, na perspectiva bakhtiniana, a temporalidade é essencial para compreendermos como o conhecimento é produzido, compartilhado e reinterpretado ao longo do tempo, refletindo as mudanças e evoluções sociais que ocorrem em diferentes momentos da história. A linguagem, como mediadora do conhecimento, reflete essa temporalidade e nos permite reconhecer a complexidade e a riqueza das interações culturais e sociais que moldam as nossas concepções e entendimentos sobre o mundo.

Figura 111: movimento prospectivo ente discursos



Fonte:

### 3.2 A ARQUITETÔNICA DOS CONHECIMENTOS DO ACORDO DE PESCA

Nesta seção trazemos a arquitetura dos conhecimentos do Acordo de Pesca, **que apresentam a partir e algumas informações levantadas** junto a Associação Colônia Z 45 de Limoeiro do Ajuru, a Secretária de Pesca do município, as associações de pescadores de Limoeiro do Ajuru.

O município **tem aproximadamente 15.000 de seus habitantes** que são pescadores legalizados nesses órgãos, ou seja, são pescadores de fato e de direito que sobrevivem da pesca. Portanto, a pesca é a principal fonte de renda, alimento e lazer do município, principalmente, para a população que reside ao longo das margens dos rios e dos igarapés. Sendo assim, a pesca é fator fundante na subsistência das famílias nessa região.

Essa(e)s pescadora(e)s vem sofrendo, ao longo do tempo, com a escassez dos pescados, ocasionada pelos impactos ambientais que afetou seus territórios. A comunidade pesqueira iniciou vários conflitos de luta e de resistência contra esses impactos ambientais. Esses conflitos aconteceram de várias formas, como pode ser observado na fala do parente Pedro: “A gente teve que lutar muito por causa que a construção da hidrelétrica trouxe muito prejuízo para nós” (Parente Pedro, círculo de diálogo em 08/07/2022).

Em relação a isso Vilhena (2017) colabora dizendo que com a implementação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí/PA, em 1965, gerou muitos impactos negativos para a região nos âmbitos econômicos, ambientais e sociais **em que podem estar recursos híbridos que afetam diretamente**. Com isso, levou à escassez de várias espécies de peixes, assoreamento dos rios, entre outros problemas como a carência de alimento na região. **Como forma e se adaptar a essa relação levou alguns a adotarem outros instrumentos como forma e captura do pescado que pode ser** confirma no relato a seguir:

Minha prezada, depois que essa mardita Hidreletra foi construída só se vir o peixe sumir, o rio secar olha ali(aponta para a praia em sua frente). Tá vendo aquela praia? Tudo aquilo era um grande puço onde a gente fazia aquele enorme bloqueio e pegava aquela porção e peixe que lotava barcos e barcos. Com o tempo fui secando tudo. Vira o rosto para o lado e fala: O parente lembra quando a gente broquiava aqui? Aí foi entrando o tá e puçá, a malhadeira malha 25 a onde começaram a pegar os peixe gito, mapari fifiti. Aí as coisas foi só piorando (Honorato, Diário de campo 28 /01/2023).

Esses impactos relatados pelo senhor Honorato, causaram tensões entre a empresa energética, mas também entre pescadores de localidades distintas por disputas de territórios, pois certas localidades passaram pelo processo de erosão e assoreamento dos rios, impactos causados pela construção da Hidrelétrica. Com isso, a(o)s pescadora(e)s que se sentiram obrigados a ir em busca de outra localidade, diferente da sua, para ter acesso aos recursos pesqueiros o que gerou tensões entre esses sujeitos. Mediante isso, Rodrigues (2012) nos afirma que:

a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, ao subsumir o modo de vida dos pescadores da região tocantina, foi-lhes forçando uma tomada de consciência frente à realidade propugnada por essa ação mínero-energética, resultando no fortalecimento de processos organizativos e na construção de saberes como elementos para refletir e direcionar suas práticas político-sociais de enfrentamento face à dinâmica sociometabólica do capital na região (Rodrigues, 2012, p. 220).

Essas tensões e danos impactaram o modo do viver-agir desse coletivo, que impulsionou a tomada de consciência, e mudança de posicionamento que permitiu a busca de medidas urgentes como forma de resistência contra processo de opressão que as comunidades estavam sofrendo e, também mecanismos para diminuir os impactos negativos sobre as vidas dessas famílias, com o intuito de gerenciar seus territórios e assegurar a manutenção da espécie pesqueira. **E uma das formas de organização foi o Acordo de Pesca que através da gestão compartilhada.** Como afirma o Parente Idalino, 2023:

Nós tava passando por um problema muito sério aqui. O povo de lá de Cametá tava invadindo tudo aqui. Como o assoreamento dos rios, eles não tem onde pegar o peixe, né. Começaram a invadir pra cá. Aí começaram o bate boca porque precisavam. Ai já viu, né. De um lado nós querendo manter o pouco peixe que ainda nos restava e eles querendo pegar para sua sobrevivência. Foi aí que nós se reunimos para encontrar uma solução que a gente chegou em um acordo: Nós definimos então regra para acabar com esse problema. Porque a gente precisava fazer alguma coisa que daquele jeito não dava para continuar (Idalino, círculo de diálogo em 8/07/2022).

Para isso, as lideranças locais, com intuito mostrar para a população o processo de opressão que estavam passando, e, a partir disso perceberem a necessidade de se organizarem enquanto classe, convocaram a população a elaborarem um acordo de forma coletiva entre pescadores, poder público, sindicatos e entidades não governamentais, um documento em que definiram normas e que a

partir daquele momento teriam que ser respeitadas dentro de cada território como problematiza Pedro:

A nossa intenção era mostrar para o pescador a situação que a gente tava porque tinha muita gente que não via isso. Povo só queria saber de ir pro rio pegar seu peixe não queria saber se era gito ou grande e vender, tava cego, não percebia que isso prejudicava todo **muito** porque pegava o peixe pequeno não deixa ele se reproduzir como era que ia ter peixe. O Dono do puça queria saber de ganhar dinheiro, não era saber se quem depus ia ficar na miséria. Acabava que quem ganhava dinheiro era o atravessador e o dono do puçã. Nós fica chupando dedo (Parente Pedro, círculo de diálogo em 08/07/2022).

Mediante isso, a(o)s pescadora(e)s da Ilha Saracá, organizaram-se e implantaram o Acordo de Pesca em Limoeiro do Ajuru, em 21 de maio de 2005, em assembleia geral, com a finalidade de reorganização e preservação da pesca local, contrapondo-se à pesca predatória. Como pode ser observado no artigo do documento do Acordo:

Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e cinco, em Assembleia Geral, reuniram-se na localidade Saracá Limoeiro do Ajuru-PA os moradores locais em conjunto com o Escritório Regional de Cametá do IBAMA no estado do Pará (conforme lista de frequência em anexo) onde, após os debates, decidiram em maioria simples o seguinte Acordo de Pesca (Associação Comunitária de Saracá de Cima, 21/05/2005, p. 1).

O Acordo de Pesca é um acordo firmado entre pescadora(e)s artesanais que juntos aos órgãos competentes como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) determinaram a proibição: puçá (rede de lancear rápido), rede de lancear camarão, tarrafa, piaba, ferrador, pindá, lanterna de carbureto, espingardinha, de fundo, zagaia, captura de peixe ornamental, sacudir chocalho na água, tapagem, inclusive nos igarapés, furos e rios, lançamento de qualquer veneno para pegar peixe, caça de animais silvestres da fauna brasileira e corte da mata ciliar da beira do rio, matas e furos, dentre outros que consta no artigo segundo:

Artigo 2º. Neste Acordo de Pesca fica proibido: puçá (rede de lance rápido) e rede de lancear camarão rede de lance rápido); tarrafa; piaba; ferrador, pindá lanterna de carboreto; espingardinha de fundo: zagaia, captura de peixe ornamental; sacudir chucalho na água; tapagem. Inclusive nos igarapés, furos e nos lançamentos de qualquer veneno para pega de peixe; caça de animais silvestres da fauna brasileira; e corte da mata ciliar da beira do rio, igarapés e furos (Associação Comunitária de Saracá de Cima, 21/05/2005, p. 1).

Esses acordos foram pensados, planejados e construídos de forma conjunta pelos pescadores, sociedade civil como forma de gerenciar seu território<sup>28</sup> para manter a espécie de peixe da região e resistir a opressão contra os danos causados pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí/PA, por meio de uma gestão organizada pela própria comunidade local, que a partir de seus conhecimentos, necessidades e desejos foram alinhando interesses pessoais e coletivos, regras, e metas, em comum acordo instituíram os seguintes objetivos:

- a) Conscientização da população para o cuidado com a natureza;
- b) Organização para resistir a opressão;
- c) Preservação do meio ambiente;
- d) Atuação e valorização dos pescadores na preservação da espécie;
- e) Contribuição e fortalecimento da pesca como fonte de renda;
- f) Conservação das espécies;
- g) Autonomia para gerenciar os territórios em que estão inseridos.

Assim, como os objetivos definidos, em consonância com a Instrução Normativa nº 29 de 31 de dezembro de 2002, surge o primeiro acordo de pesca em Limoeiro do Ajuru, que aconteceu em 1995, na Ilha Saracá e, posteriormente, outras localidades se organizaram, bem como vários outros acordos foram implementados no município com os mesmos ideais, sendo que hoje, segundo Parente Idalino, soma-se 15 acordos regulamentados no município.

Nesse período só é permitido alguns tipos de instrumentos que não capturam os peixes e os camarões **tamanho fora** do que é permitido pelo acordo para que não traga danos à natureza como pode ser confirmado no artigo terceiro do documento, Acordo de Pesca:

Artigo 3º. Neste Acordo de Pesca fica permitido: rede aberta para manejo do pescado, com tamanho do malheiro obedecendo o tamanho dos indivíduos aquáticos quando adultos; matapi grosso; pari grosso; pesca com caniço ou linha de mão; espinhel com anzol de número 07 para baixo; e paredão grosso. Artigo 4º. O manejo do peixe e do camarão será coordenado pela Comissão de Manejo de Pesca, quando houver (Associação Comunitária de Saracá de Cima, 21/05/2005, p. 1).

Assim, esses Acordos de Pesca emergem da organização social e política dos pescadores que revela uma luta de classe em que juntos criaram regras em comum acordo para garantir a defesa desses territórios.

Esse acordo trouxe a preservação da espécie do pescado na região. O documento intitulado Acordo de Pesca é uma expressão ético e estético dos pescadores para prevenir e proteger a alimentação dos pescadores locais e preservar a natureza, respeitando o uso controlado da pesca na localidade:

Artigo 1º Este Acordo diz respeito à área acima citada, localizada na bacia hidrográfica do rio Tocantins, no município de Limoeiro do Ajurú, na microrregião de Cametá, no estado do Pará; os Pontos de Referências deste Acordo de Pesca está expresso nas coordenadas geográficas: PTRO1- S01°59'44" e W049°20'12", PTRO2-S02°00'33" e W049°21'32", PTRO3-S02°00'27" e W049°21'55"; PTRO4-S01°57' 48 e W049 20'46" e PTRO5-S01°58'01" e W049°20' 28"; estão inclusos na área deste Acordo parte da ilha Saracá, ilha Bola, ilha Folha e ilha Lua e mais corpos d' água que as cercam, bem como igarapés, furos e enseadas de dentro da área; existe uma biodiversidade tanto de fauna aquática como terrestre, sobressaindo a de camarão e peixe, a vegetação é característica de várzea, sobressaindo o açazeiro; a principal organização social é a comunitária (Associação Comunitária de Saracá de Cima, 21/05/2005, p. 1).

O Acordo Pesca é uma produção concreta de vida. Essa prática são interações construídas, a partir de acordos estabelecidos entre o eu pescador com relação com o outro também pescador, em determinado tempo-espço, pela necessidade do sujeito, no que diz respeito à sobrevivência, a ser valorizado estabelecendo respeito entre eles, relação de convivência respeitando esse tempo e preservando esses espaços. Tempo deles de fazer esse grupo, de controlar, combater a pesca predatória com a finalidade de benefícios de proteger a natureza, controle da pesca, resistência ao sistema capitalista, combate a pesca predatória na perspectiva de um ambiente favorável a uma pesca artesanal que está expresso no artigo quarto:

4º. O manejo do peixe e do camarão será coordenado pela Comissão de Manejo de Pesca, quando houver quantidade, qualidade e tamanho adequado de pescado e camarão e que esteja fora do período do defeso da piracema e da reprodução do camarão (Associação Comunitária de Saracá de Cima, 21/05/2005, p. 1).

O valor social do acordo de pesca **que ocasiona esses pescadores para se relacionar na convivência social a respeito de si ao outro no lugar em que acontece a alteridade.** Esse acordo é fundamental quando eles trazem imbricados a luta e a

resistência no desejo de como eles passam essa ideia de finalidade, que é de benefícios para toda a sociedade na perspectiva de sobrevivência aos impactos negativos causados pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí, que ocorreu a partir de 1980, que pode ser observado no artigo de que garante a distribuição de a metade da produção para as famílias. “Artigo 5º”. A divisão do manejo do pescado: será garantido 50% para as famílias e pescadores locais, e 50% para turma que realizar o manejo.

Para a(o)s pescadora(e)s que necessitam se afirmarem quando sujeitos e se desprender das amarras sociais, o Acordo de Pesca assume um papel ainda mais importante, quando busca uma forma de gerenciar seus territórios, muitos encontram a oportunidade de lutar contra o sistema opressor por ter passado um processo de exclusão, essa expectativa não trata de superar as perdas do passado, mas buscar **novos caminhos que possam no presente** a transformação do futuro:

Artigo 6º. Os Agentes Ambientais Voluntários do Acordo de Pesca cumprirão o papel de: apoiar o monitoramento (estudo) e controle (fiscalização) deste Acordo e do meio ambiente local: orientar os comunitários locais e de outras comunidades sobre estes artigos, advertir as pessoas que descumprirem este estatuto: denunciar aos órgãos competentes aqueles que prejudicarem o Acordo de Pesca e o meio ambiente local; e outras determinações estabelecidas pela Instrução Normativa nº. 19 de 05/11/01 do IBAMA (Associação Comunitária de Saracá de Cima, 21/05/2005, p. 1).

Esse acordo de pesca traz a preocupação com o outro, quando tem o objetivo da preservação das espécies de peixes, evidenciando em seus corpos os interesses da comunidade. Esses documentos foram elaborados de forma conjunta com pescadores e sociedade civil como forma de gerenciar seu território, para manter a espécie de peixe da região por meio de uma gestão organizada pela própria comunidade local estabelecendo regras em comum acordo.

Além disso, Rodrigues nos afirma que esses acordos podem ser percebidos como ferramenta de governança:

**que a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, ao subsumir o modo de vida dos pescadores da região tocantina, foi-lhes forçando uma tomada de consciência frente à realidade propugnada por essa ação mínero-energética, resultando no fortalecimento de processos organizativos e na construção de saberes como elementos para refletir e direcionar suas práticas político-sociais de enfrentamento face à dinâmica sociometabólica do capital na região. (RODRIGUES, 2012, p. 35).**

O Acordo de Pesca estabelecido pela(o)s pescadora(e)s tem como eixo central a preservação das espécies e atuação dos pescadores como agente de transformação, de início, esse acordo firmado entre pescadores **local**, entidades, e poder pública se configura como um espaço que se entrelaçam os diversos sujeitos, que permitem uma perspectiva ética e política, que oportunizando o conhecimento e, que se contrapõe ao sistema opressor apresentando como mecanismo de resistência contra opressão causada pelo capital. **Embora o capital tende a usar isso como massa de manobra, em que forja a realidade, compreender que o conhecimento que emergem nesta relação.**

O Acordo Pesca é uma produção concreta de vida. Essa prática são interações construídas a partir de acordos estabelecidos entre o eu pescador com relação com o outro também pescador, em determinado tempo-espaço, pela necessidade do sujeito no que diz respeito à sobrevivência, ser valorizado estabelecendo respeito entre eles, relação de convivência, respeitando esses tempos e preservando esses espaços. Tempo deles de fazer esse grupo, de controlar, combater a pesca predatória com a finalidade de benefícios de proteger a natureza, controle da pesca, resistência ao sistema capitalista, combate a pesca predatória na perspectiva de um ambiente favorável a uma pesca artesanal que está expresso no artigo quarto:

**4º. O manejo do peixe e do camarão será coordenado pela Comissão de Manejo de Pesca, quando houver quantidade, qualidade e tamanho adequado de pescado e camarão e que esteja fora do período do defeso da piracema e da reprodução do camarão (Documento impresso: acordo de Pesca em Limoeiro do Ajuru, em 21 de maio de 2005).**

O valor social do acordo de pesca **que ocasiona esses pescadores para** se relacionar na convivência social a respeito de si ao outro no lugar em que acontece a alteridade. Esse acordo é fundamental quando eles trazem imbricados a luta e a resistência no desejo, de como eles passam essa ideia de finalidade, que é de benefícios para toda a sociedade na perspectiva de sobrevivência aos impactos negativos causados pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí, que ocorreu a partir de 1980, que pode ser observado no artigo de que garante a distribuição da metade da produção às famílias. **“Artigo 5º”**. Na divisão do manejo do pescado será garantido 50% para as famílias e pescadores locais e 50% para turma que realizar o manejo.

Para a(o)s pescadora(e)s que necessitam se afirmarem quando sujeitos e se desprender das amarras sociais, o Acordo de Pesca assume um papel ainda mais importante, quando busca uma forma de gerenciar seus territórios, muitos encontram a oportunidade de lutar contra o sistema opressor por ter passado um processo de exclusão, essa expectativa não trata de superar as perdas do passado, mas buscar novos caminhos que possam buscar no presente a transformação social-política:

Artigo 6º. Os Agentes Ambientais Voluntários do Acordo de Pesca cumprirão o papel de: apoiar o monitoramento (estudo) e controle (fiscalização) deste Acordo e do meio ambiente local; orientar os comunitários locais e de outras comunidades sobre estes artigos, advertir as pessoas que descumprirem este estatuto; denunciar aos órgãos competentes aqueles que prejudicarem o Acordo de Pesca e o meio ambiente local; e outras determinações estabelecidas pela Instrução Normativa nº. 19 de 05/11/01 do IBAMA (Documento impresso: acordo de Pesca em Limoeiro do Ajuru, em 21 de maio de 2005).

Logo, o Acordo de Pesca é fruto de uma organização participativa, a comunidade pesqueira que traz imbricado a preocupação com o outro, quando tem o objetivo da preservação das espécies de peixes, evidenciando em seus corpos os interesses da comunidade, mas também como espaço e tensões entre pescadora(e)s que revelam interesse **o capital interesses iniviuase seu interesse.**

### 3.3 UM DIÁLOGO COM OS CONHECIMENTOS DA PESCA FAZ-SE NECESSÁRIO

A Ciência em seu percurso histórico-científico na construção do conhecimento se apropriou de várias vertentes como forma de legitimá-lo como produção científica em que se constituiu de forma peculiar em cada época. Os métodos e as concepções científicas contribuiram para a produção de conhecimentos, bem como auxiliaram para várias descobertas que são utilizadas, inclusive para compreender como o processo educativo singular advindo do compromisso ético, político e social estabelecido pelo Acordo de Pesca ocorreu nesses coletivos de pesca, na Ilha de Saracá.

No entanto, muitas vezes, o surgimento desses métodos e concepções criaram barreiras que geraram empecilho epistemológico, o que vem contribuindo para que muitos conhecimentos como os construídos a partir desses coletivos não

se enquadrem nos protocolos científicos já estabelecidos. Isto é: que não são reconhecidos como Ciência.

O não reconhecimento do outrem é facilmente observado na corrente filosófica do positivismo, pois trata-se de uma corrente de pensamento que é marcada por valores que qualifica e legitima o conhecimento como verdade, se contrapondo a outros pontos de vista, em que o rigor científico é marcado pela razão, pois, para que o objeto seja reconhecido por este pensamento, este precisa ser qualificado, classificado, experimentado e comprovado (Oliveira, 2006).

A premissa de Descartes “Eu penso, logo existo” serviu como base para esse pensamento eurocêntrico voltado unicamente para si, uma ideia enraizada no olhar europeu, como se todo o conhecimento viesse de um único indivíduo, como se os outros não soubessem pensar ou não tivessem condições de produzir conhecimentos.

Essa visão de fazer ciência põe o senso comum e os conhecimentos advindos das classes menos favorecidas como ribeirinho(a)s e pescadora(e)s não serem reconhecidos, ficando à margem da construção do conhecimento. Com isso, o sujeito detentor do conhecimento científico foi privilegiado pela modernidade e os conhecimentos advindos dessa classe menos favorecida, desvinculado desse pensamento científico eurocêntrico, sendo negados, invisibilizados e inexistentes neste processo histórico do conhecimento.

Contrapondo-se aos métodos e concepções únicas de fazer ciência e ver o homem fechado sem totalidade, que infelizmente ainda reverbera, mas o nosso foco é potencializar novas percepções de fazer ciência outra, para compreender enquanto cognoscente e estar aberto ao cognoscível, que ocorrem na relação entre pescadora(e)s, ribeirinha(o)s e a natureza como fonte concreta dos acontecimentos com reflexões e percepções de mundo, como afirma em seu pensamento Bakhtin (2017), com relação à presença bilateral e do ativismo do sujeito nas ciências humanas:

A complexidade o ato bilateral de conhecer a penetração. O ativismo o cognoscente e o ativismo do que se abre (dialogicidade). A capacidade de conhecer e a capacidade e exprimir a si mesmo. Aqui estamos diante o conhecimento (compreensão) a expressão. A complexa a dialética o interior e exterior. O indivíduo não tem apenas meio e ambiente, tem também horizonte (Bakhtin, 2017, p. 58)

Os conhecimentos da pesca se dão na relação dialógica entre os sujeitos, que por muito tempo foram negados enquanto produção científica e sequer considerados como conhecimento, entretanto, a base da totalidade desse conhecimento da(o)s pescadora(e)s se dá articulado nas práticas da pesca (re)construídas e partilhadas livremente por nossos ancestrais que até hoje são utilizadas nesses coletivos.

Diante disso, muitos conhecimentos oriundos do coletivo de pesca foram inferiorizados e marginalizados, sofrendo um processo de desumanização. Compreender e respeitar o outro pela sua singularidade ainda é um desafio. Principalmente nos últimos quatros anos de um governo autoritário<sup>29</sup> que impôs uma política ante-dialógica, preconceituosa, excludente e arbitrária, que dificultou ainda mais estabelecimento do diálogo e o reconhecimento do outro, pois imerso em uma sociedade desigual, na qual se perpetua um discurso e padrões de normalidade e, quem não se encaixa nesse padrão é excluído.

Para tanto, este estudo traz o mergulho na forma como se constituem o conhecimento, que se eu por meio das narrativas em círculos de diálogos e conversas em travessias de barco, os quais evidenciaram o Acordo de Pesca da Ilha Saracá, em Limoeiro do Ajuru. Isso tudo se deu na relação dialógica na perspectiva bakhtiniana acerca da orientação na captura do pescado, instrumentos de pesca, todos os conhecimentos revelados nessa prática, evidenciando a importância das relações estabelecidas nas interações que ocorrem nas estruturas sociais.

Este mergulho parte do conhecimento na perspectiva de Bakhtin (2011) e do círculo, em que a relação “eu” e “outro” é fundamental para sua constituição como sujeito partícipe nas organizações sociais através de luta, conflitos que refletem contradições, que revelam alteridade e conhecimentos.

Neste entrelaçamento de vozes que se dá na relação estabelecida entre pescadora(e)s é primordial a escuta no ato responsivo, em que o pesquisador escuta com atenção o outro, e, após precisa dá uma resposta de acordo com o seu olhar e ponto de vista. Nesse aspecto Bakhtin (2020) nos faz refletir que:

[...] é um ato, de pensamento, de sentimento, de desejo, de fala, de ação, que é intencional, e que caracteriza a singularidade, a peculiaridade, o monograma de cada um, em sua unicidade, em sua responsabilidade de ser

substituído, em seu dever responder, responsabilmente, em que a partir do lugar que ocupa, sem álibi e sem exceção (Bahktin, 2020, p. 11).

A escuta de vozes propicia o diálogo de ideias, de conflitos além de propor uma escuta essencial do outro. Mostrar que os pescadores artesanais são sujeitos éticos, políticos e culturais, por isso buscamos a partir deste trabalho evidenciar os conhecimentos da pesca em que eles trazem suas vozes para mostrar à sociedade os seus projetos e vida. Voz esta que há séculos tem sido reprimida e subestimada com rótulos, estigmas e preconceitos que os invisibilizam, oprimem.

O movimento dialógico (passado-presente-futuro) de Bakhtin (2017, p. 67) e do círculo será o leme condutor desta viagem-pescaria por direcionar o construto teórico-metodológico para enlaçar sentido das vozes nas narrativas dos pescadores artesanais dessa localidade no tempo-espaço.

Nesta pesquisa, consideramos a temporalidade do movimento dialógico (passado-presente-futuro) que se fez presente nas narrativas de vidas da(o)s pescadora(e)s artesanais, principalmente, sobre os conhecimentos e práticas de pesca que aconteceram no Acordo de Pesca. Aqui, neste estudo, nos comprometemos estabelecer uma relação livre com os partícipes, no que diz respeito à construção da materialidade a partir da concepção ética e estética, conforme a posição de Bakhtin, (2017), que declara:

O ser que se autorrevela não pode ser forçado nem tolhido. Ele é livre e por essa razão não oferece nenhuma garantia. Por isso o conhecimento aqui não nos pode dar nada nem garantir, por exemplo, a imortalidade como fato estabelecido com precisão e dotado de importância prática para nossa vida (Bakhtin, 2017, p. 59).

O compromisso e o desejo “emotivo-volitivo” de cada uma dos pescadora(e)s da Ilha Saracá como seres de totalidade são revelados livremente em suas narrativas, de vidas de forma singular, a partir de suas vivências coletivas que nos permitiram visualizar, a exemplo, na prática de “bloqueio”, como conhecimento. Pois, para Bakhtin “o ser da totalidade, o ser da alma humana, o qual se abre livre ao nosso ato de conhecimento, não pode estar tolhido por esse ato em nenhum momento substancial” (Bakhtin, 2017, p. 59).

Portanto, compreende que esse ser partícipe tem seu livre arbítrio para retomar suas narrativas de vida, trazendo seus conhecimentos das pescas, que emanam na relação de alteridade. Para tal, tomamos como **objeto dessa travessia**

**os conhecimentos dialógicos construídos entre os pescadores artesanais advindos de suas relações que se dão na prática do Acordo de Pesca da Ilha de Saracá.**

#### 3.4 UM MERGULHO NESSE RIO CHAMADO CONHECIMENTOS DOS PESCADORES DA ILHA SARACÁ

E nessa relação dialógica do eu com o outro, “toda palavra serve de expressão a ‘um’ em relação ao ‘outro’” (Volóchinov, 2018, p. 205). Os contextos que estão relacionados aos modos de viver-agir da(o)s, pescadora(e)s, ribeirinha(o)s não podem ser negada(o)s, e a escola como espaço educativo não pode deixar de trazer as discussões sobre a pesca, os manejos do trabalho, o que seria o Acordo de Pesca, e qual a relevância deste acordo para a preservação do meio ambiente enquanto luta de classe e fazer a relação, se a escola valoriza estes conhecimentos ou simplesmente ignora esse processo. Marx (2009) afirma que:

Para se ter uma compreensão adequada da realidade, não se pode nem partir e nem permanecer no mundo das ideias. É preciso buscar a conexão que elas têm com a realidade objetiva. Só essa conexão permitirá entender o que os homens pensam, por que pensa desse modo e também as ideias errôneas que eles criam ao seu respeito (Marx, 2009, p. 12).

É importante dar visibilidade aos conhecimentos socioculturais que se dão nas relações de alteridade construídas no Acordo de Pesca, como ato concreto, que são necessárias a esses sujeitos que ocupam um *lócus* social de luta, de resistência contra um sistema capitalista excludente e opressor, que historicamente os têm invisibilizados e silenciados.

Por isso que, esta viagem-pesquisa traz e valora os conhecimentos construídos na relação de alteridade do eu-para-mim, eu-para-o-outro e o outro-para-mim, que são importantes para a divulgação da ciência outra na sociedade. Isso ocorreu por meio das narrativas reais em círculos de diálogos e conversas em travessias de barco entre pescadora(e)s artesanais no Acordo de Pesca, como forma de romper com esse modo de fazer ciência marcada pelo idealismo e pelo empirismo que se preocupam em apenas criar realidades e narrar fatos, respectivamente, que se apresentam. Marx (2014) pontua que:

Segundo o Idealismo, a atividade intelectual cria realidade social. O empirismo, por sua vez, simplesmente narra os fatos como embora de modo não intencional, o conhecimento da realidade social, contribuindo assim, para reproduzi-la segundo o interesse da classe dominante (Marx, 2014, p. 10).

O contraponto de base dessa nova ciência outra considera que as relação dialógica se dá nas interações, e é indispensável a participação da(o)s pescadora(e) artesanais com sua histórica social, real, vivida nos coletivos de pesca construindo conhecimentos, e a partir dessa prática com base na orientação estabelecida pelo acordo pesca, enquanto forma de organização ético, político e social.

Nessa esteira de discussão Oliveira (2016) nos faz pensar que o conhecimento é um processo educativo, que ajuda a compreender, que o objeto pode ser visto de várias perspectivas: histórica, lógica, ideológica, sociológica, filosófica, política, dentre outros, para serem considerados como epistemologia. Portanto, pensar a busca e a construção desse conhecimento enquanto ciência, é indispensável a participação coletiva dos sujeitos.

Na concepção Freireana (2014) o saber se dá na relação de dialogicidade a partir das inquietações e questionamento que o homem faz com sua realidade, nos termos que:

[...] educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se-á como prática da liberdade, sem superar a contradição entre educandos. Como também não seria possível fazer fora do diálogo (Freire, 2014, p. 95).

Para os conhecimentos advindos da relação de alteridade entre pescadores, são os conhecimentos vindos de povos tradicionais que foram construídos ao longo dos anos e transmitidos de geração por meio da oralidade e das experiências que se dão na relação do homem com a natureza. Sendo um conhecimento não científico que são frutos de conhecimentos de gerações a partir da busca pela sobrevivência, construindo seus utensílios e estratégias de compreensão de como capturar o peixe, qual a relação entre lua e maré, assim como construir seu próprio material de pesca, dentre outros.

Na perspectiva Bakhtiniana, Miotello (2018) discute que os conhecimentos se dão na relação de alteridade estabelecida na relação concreta entre o eu e o outro por meio da comunicação discursiva. Nos termos que:

Tu não te constitui a ti mesmo, tu é constituído'; o pensamento correto seria 'Eu sou pensado e penso, logo eu sou'. Isso faz toda a diferença, eu sou pensado, alguém pensa em mim, alguém fala comigo, alguém manda seus signos, os seus valores, as suas idéias na minha direção, e aí eu me constituo (Miotello, 2018, p.19)

O 'eu' se constitui nas relações de alteridades que acontece na relação dialógica do eu-para-o-outro, do-outro-para-mim e do-eu-para-mim dentro de uma arquitetônica, em que o ato do outro transforma o sujeito.

Bakhtin se contrapõe a modernidade com seu posicionamento epistemológico e antropológico, em que a construção do conhecimento deve levar em consideração o contexto sociocultural que o sujeito está inserido, pois quando ele chega à escola ele traz linguagem e conhecimento que é fruto de sua relação de alteridade, o qual deve ser respeitado e valorizado. Essa perspectiva de heterociência parte da realidade, das suas vivências que leve em consideração o outro na sua singularidade.

A valoração aqui dos conhecimentos é por que são oriundos da prática de pesca como atos coletivos revelados nas suas narrativas, para que estes possam ser reconhecidos e valorados como conhecimentos outros. Desse modo, primamos por uma ciência com sujeitos, com vozes e posicionamentos, ou seja, no dizer de Arán (2006) as ciências humanas, então, se deparam com um contexto dentro do qual ou cuja profundidade sem reside uma pessoa, um sujeito com voz, um homem falante.

Freire (2014) faz reflexão sobre a forma como a educação vem sendo reproduzida no Brasil:

[...] a educação como prática de dominação, que vem sendo objeto desta crítica, mantendo a ingenuidade dos educandos, que pretendem, em seu marco ideológico (nem sempre percebido por muitos dos que realizam). É doutriná-los no sentido de acomodação ao mundo da opressão (Freire, 2014, p. 92).

Para Freire (2006) é preciso conscientizar os sujeitos que desejam se libertar de toda essa farsa, que se instituiu na trajetória história na teoria do

conhecimento, como forma de dar resposta a essa desigualdade epistemológica, então, se faz necessário que os sujeitos envolvidos tomem consciência dessa prática de dominação, que deixa à margem a classe menos favorecida no ato de fazer ciência diferente.

Para romper com essa concepção de fazer ciência única e sem voz coletiva, precisamos libertar-se desse modelo de educação que ainda reverbera. Oliveira (2016) chama atenção para a necessidade de mudança na forma de pensar a educação com o objetivo de relacionar ciência à vida: “[...] o conhecimento científico não é o único considerado válido, sendo necessário dialogar com outras formas de conhecimentos. Bem como transformar o seu conhecimento como sabedoria de vida” (Oliveira, 2016, p.106).

Para tanto, a educação precisa se apropriar de novas abordagens que valorizem os sujeitos na construção conhecimento, implementando um processo educativo, que leve em consideração a realidade vivida pelos sujeitos, seu modo de existir, sua trajetória de luta pelo processo formativo.

Contra a marginalização e exclusão nesse processo de participação na construção de uma ciência, que inclua conhecimentos advindos de grupos minoritários e outros povos, sobretudo, a exemplo, a(o)s pescadora(e)s da Ilha Saracá com base no encontro das palavras enquanto ato responsável, no acordo de pesca como projetos coletivos de vida, conforme as premissas de Bakhtin (2020) que afirma:

A expressão do ato a partir do interior e a expressão do existir-evento único no qual se dá o ato exigem a inteira plenitude da palavra: isto é, tanto o seu aspecto e conteúdo-sentido (palavra-conceito), quanto o motivo-volitivo (a entonação da palavra) na sua unidade (Bakhtin, 2010, p. 84).

A prática de pesca enquanto o existir-evento se realiza dos conhecimentos, que se dão na relação entre esses povos tradicionais<sup>30</sup> ribeirinhos, são conhecimentos apreendidos de geração a geração principalmente pela oralidade e na construção de instrumentos que auxiliam sua prática cotidiana, como aponta Loureiro (1995):

---

<sup>30</sup> Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (inciso I Art. 3º Decreto 6.040 / 2007).

O pescador sonhador, perdido na solidão das águas, tenta ultrapassar a familiaridade redundante do cotidiano, buscando explicações que ele desentranha da ambiguidade do mundo entorno, no qual o dia-a-dia adquire dimensão cósmica. Reconhecer o que há de inexplicado ou descobrir o que de submerso se pode encontrar nas explicações habituais, eis o sentido da navegação desse ser imaginário dentro de si mesmo e em face às coisas (Loureiro, 1995, p. 62).

A pesca para eles vai além de um processo de captura de pescado. Tem uma valoração singular com ele mesmo, com o coletivo e com o mundo, por isso persevera o amor à natureza com muita luta e resistência. Isso tudo vai além de uma postura contemplativa, compreendendo que suas vidas coexistem, nesse sentido, retomamos o que nos diz Loureiro (1995) sobre a existência original do homem amazônico:

É através dessa espécie de sfumato existencial que o homem teogônico da Amazônia resgata para seu mundo de rios e floresta o sentido original de poesia da existência. Devaneio que é meditação ontológica. É como se esses trabalhadores das águas ou da terra que povoam essa região, assumissem uma atitude tropicalmente platônica. Como se eles reemplumassem a alma com a asas recordação, revelassem na incansável busca desse oceano a beleza universal da primeira origem da floresta, dos rios, do sol, da lua, do fogo, de uma outra realidade, da bela existência numa terra sem males (Loureiro, 1995, p. 75).  
[...] É como se os caboclos da Amazônia nesse convívio evanescente com a natureza por via do imaginário, fossem objetivando sua imaginação criadora através de uma poética da existência, que se revela em todos os diversos extensos espaço culturais que constituem a Amazônia (Loureiro, 1995, p. 76).

Para tanto, evidenciamos neste estudo que os conhecimentos se articulam como na arquitetônica dos conhecimentos da pesca, incluindo nessa perspectiva outros horizontes como: o clima, a fase da lua, a maré e também destacamos as orientações filosóficas-políticas do acordo de pesca, que são utilizadas na construção e produção dos utensílios, na captura de pescado, seu percurso nos rios escuros em um cenário cósmico entrelaçado em seu imaginário, que faz brotar do real ao surreal em que as águas servem de elemento mediador em uma relação mais ampla com o Maravilhoso.

**Temos** o intuito de compreender como se dá esses conhecimentos e essas estratégias que são construídas na relação dialógica estabelecidas no Acordo de Pesca. Nesse deslocamento de margem a margem em entrelaçamentos de vozes, o qual percebeu quais as mudanças e fatores contribuíram para isso: é fundamental para ter uma compreensão acerca da alteridade que constitui esses sujeitos, pois

dentro desse processo do Acordo de Pesca a(o)s pescadora(e)s adquirem conhecimentos dentro do tempo-espaço – o que estamos designando como cronotopo – em uma esfera discursiva em que na relação entre esses sujeitos, e destes com a natureza, criam mecanismo de sobrevivência e resistências contra as amarras sociais que se encontram veladas.

Diante disso, na próxima sessão, iniciamos a discussão sobre conhecimentos que se encontram intrínsecos na relação do Acordo de Pesca.

### 3.5 ARQUITETÔNICA DOS CONHECIMENTOS DA(O)S PESCADORA(E)S ARTESANAIS

Sabemos que existe uma relação entre pescadora(e)s e a natureza de forma muito evidente, mas não são apenas esses fatores que vão defini-las/os como a(o)s pescadora(e)s, podemos lembrar que a compreensão destes sujeitos se organiza de forma singular, contemplando-os como constitutivos de pensamentos, ambientes e seus horizontes. Nesse sentido, é necessário superar esse modo de reconhecê-los meramente como alguém que vai buscar somente o peixe, sem ter consciência do ato de pesca no mundo.

Para isso é preciso interpretar a realidade em todos os aspectos: social, cultural, econômico, regional, étnico e o de linguagem, levando em consideração a noção de alguns conceitos fundamentais para esta análise, por isso convocamos na perspectiva de Bakhtin e do círculo, a noção de conhecimento, de dialogismo, de temporalidade e a arquitetura dos conhecimentos: da alteridade do eu-para-mim, do eu-para-o-outro e do outro-para-mim, fazendo correlação com as categorias advindas da materialidade em questão: O que é feito e por quê?; Como se faz e porque se faz?; e, Como medir?

Figura 12: círculo de diálogo com os participantes da pesquisa



Fonte: registros fotográficos da pesquisadora, 2022.

Na figura 11 apresentamos a riqueza do diálogo, no qual a(o)s participantes estão em um dos círculos de diálogos realizados na viagem-pesquisa. Na imagem maior, e nas demais imagens mostramos instrumentos confeccionados e utilizados por eles, para realizarem a pesca. E nas imagens menores mostramos alguns dos conhecimentos da(o)s pescadora(e)s evidenciado no diálogo, há uma compreensão do tempo, da leitura da maré, qual o instrumento que será utilizado, se é para pegar o peixe, se para pegar o camarão graúdo ou os pequenos. Nessa riqueza de conhecimento, a(o)s participantes da pesquisa apresentaram cada instrumento que utilizam para pescar e alguns conhecimentos que estão intrínsecos a sua prática como pescadora(e)s que pode ser observado no quadro 6, a seguir.

Quadro 5: arquitetura dos conhecimentos dos participantes da pesquisa

<b>Participantes da pesquisa</b>	<b>Instrumentos mais utilizados na pesca</b>	<b>Alguns dos conhecimentos</b>
Parente Rita de Cássia	Malhadeira, matapi, paneiro	Faz seu próprio caniço; Conserta malhadeira, matapi; Tece paneiro, matapi e rede; Descasca o camarão; Faz poqueca.
Parente Lei Diane	Malhadeira, matapi, caniço	Pesca de matapi; caniço; Faz seu próprio caniço; Conserta malhadeira, matapi; Tece matapi;

		Tece o paneiro; Pesca com matapi.
Parente Marcelucia	Malhadeira, matapi, caniço	Faz seu próprio caniço; Pesca de matapi, malhadeira, caniço; Conserta malhadeira, matapi; Tece matapi e paneiro; faz a puqueca; Descasca o camarão.
Parente Maria de Jesus	Malhadeira, caniço, matapi, paneiro	Conserta malhadeira, matapi; Tece matapi, paneiro; Faz poqueca; Descasca o camarão; Faz o paneiro; Pesca com matapi.
Parente Idelino	Matapi, malhadeira, rede de borqueio, caniço, paredão	Trabalhou muito com no borqueio; Faz seu próprio caniço; Conserta malhadeira, matapi; Tece matapi; Pesca de caniço, malhadeira e matapi.
Parente Pedro	Matapi, malhadeira, rede de borqueio, caniço, paredão, espinhel	Borqueia com turma; Trabalha como taleiro; Faz seu próprio caniço; Conserta malhadeira, matapi; e rede de borqueio; Tece matapi, rede, paneiro.

Fonte: elaboração da pesquisadora, 2023.

No **quadro cinco** há alguns conhecimentos da(o)s pescadora(e)s evidenciados nos círculos de diálogos realizados com esses sujeitos nas relações dialógicas. Isso nos mostra que a(o)s pescadora(e)s artesanais do Acordo de Pesca constroem os instrumentos para seu uso na sua atividade laboral criativa e consciente, como: o caniço, o matapi, a malhadeira, a rede de pesca, o paneiro, dentre outros.

No entanto, apesar de percebermos um envolvimento significativo das mulheres nessa prática foi perceptível, no quadro acima, suas participações nessa atividade ainda são secundarizadas, pois notamos que a função desempenhada por elas ainda é voltada mais para confecção dos instrumentos da pesca e no beneficiamento do produto, a exemplo, descascar o camarão. A pesca por apresentar alto grau de complexidade, e, por reflexo da sociedade capitalista e patriarcal que exige envolvimento proeminente dos homens na pesca. Isso reforça a invisibilidade da mulher nesse trabalho quanto ao debate da desigualdade de gênero.

Diante desse panorama, compreendemos que a participação das mulheres ainda é limitada no contexto da pesca, logo se faz necessário o reconhecimento do trabalho empreendido por elas, pois elas desempenham papéis indispensáveis para a organização e a manutenção de seu coletivo, quer seja por meio da manutenção

dos recursos da pesca, quer seja na manipulação dos produtos pesqueiros o que contribui para na renda familiar. Como também a participação ativa nas lutas coletivas, como: o Acordo de Pesca e a Associação de mulheres idealizada e implementada por elas, reconhecendo-se, desse modo, a importância na transformação social.

Para tanto, a maioria das parentes na viagem-pesquisa utilizam os mesmos materiais na prática da pesca como: matapi, malhadeira, caniço, entre outros. Reconhecer esses conhecimentos construídos por elas nesse grupo social revelam seu modo de vida na relação com a natureza e com outros pescadores na construção do conhecimento sobre o matapi, o “borqueio”, o pari, o paneiro, dentre tantos outros, que precisam estar ligados com a discussão de um projeto de pesca humanizadora .

Assim, compreender e respeitar singularidade das mulheres no ato da pesca se faz necessário e urgente para o reconhecimento delas na relação de igualdade de gênero, se contra a essa sociedade desigual, preconceituosa, excludente e arbitrária que dificulta o reconhecimento delas na prática do pescador.

### **3.5.1 O paneiro**

“Hei, traz o paneiro para ajuntar o peixe! (Diário de campo, 2022). É como esse enunciado do nosso parente que escolhemos para falar, nesta subseção, do paneiro um dos instrumentos mais utilizados no dia a dia desses partícipes **tanto na ou pesca** quanto nas atividades realizadas por eles como mostra a seguir.

Figura 13: demonstrativo do paneiro e algumas de suas utilidades



Fonte: arquivo da pesquisadora, 2022.

A imagem maior é de um paneiro seguido das imagens menores que são algumas das formas de utilidades **dele** pelos parentes. Em que no primeiro círculo temos o parente utilizando o paneiro de olho para retirar o mapará do casco; seguindo temos a foto que mostra o parente utilizando o paneiro tipo cesto de olho para retirar o mapará do borqueio para pôr no casco; a próxima foto traz o paneiro de olho tipo rasa sendo utilizado pelo parente do borqueio, na próxima foto mostra o paneiro fino tipo rasa sendo utilizado para transportar o material utilizado na confecção da puqueca. A última foto mostra o paneiro tipo rasa sendo utilizada para medir, armazenar e transportar o açaí, fruto muito consumido pelos parentes.

Tanto a parente Rita de Cássia quanto, a parente Leidiane, a parente Marcelucia, a parente Maria de Jesus, o parente Adelino Manoel e o parente Pedro utilizam o instrumento e a técnica de produção do paneiro. Esse é um instrumento muito utilizado pela(o)s pescadora(e)s na captura do camarão, no borqueio para retirar o peixe, no transporte da produção da pesca e dos utensílios, dentre outros. Em relação a isso, Maria de Jesus diz que:

O paneiro é uma coisa que a gente usa muito. Quando a gente vai para o mato apanhar o açaí a gente leva para disbulhar o açaí. A gente carece para despescar o matapi. Nem fala da vida da gente sem o paneiro, né?

Tudo que a gente faz a gente usa o paneiro (Parente Maria de Jesus, círculo de diálogo, 22/01/2022).

Para a parente Maria de Jesus nos revela na sua narrativa que o paneiro é um instrumento muito utilizado por eles nas atividades da pesca, por ter várias utilidades, pois trata-se de um instrumento que pode ser usado no cotidiano como: no despescar o matapi, transportar o produto da pesca, debulhar o açáí, dentre outros. Quando ela ressalta que “Nem fala da vida da gente sem o paneiro” valora a importância que esses instrumentos têm na vida da comunidade pesqueira.

Isso revela um conhecimento extraordinário que vai desde teçume a uso social mediado pelo Acordo de pesca, no que diz respeito ao uso do paneiro como parâmetro de medida. Este conhecimento revelado por meio desse instrumento vem sendo repassado dos ancestrais às comunidades de pesca.

Podemos observar essa confirmativa na narrativa do parente Idalino que diz:

A gente usa o paneiro desde quando me entendi, lembro quando a gente ía gapuiar para pegar camarão para pescar. Pegava o paneiro fino e gapuiava, pegava o camarão e ia pescar. Quando terminava de pescar já trazia o peixe no paneiro. Até hoje a gente faz isso quando chega do rio. São muita coisa que a gente faz com o paneiro, carrega o cacau do mato, a lenha, o açáí (Idalino, círculo de diálogo, 08/07/2022).

Idalino, no movimento de retrospectiva, evidencia atos do passado constitutivos do presente quando ele diz “A gente usa o paneiro desde quando me entendi, lembro quando a gente ía gapuiar para pegar camarão para pescar”, dando um passo, se deslocando nesse movimento de temporalidade valorando uso histórico-social do paneiro para a(o)s pescadora(e)s da região tocantina.

Ainda hoje o paneiro é confeccionado por estes com recursos naturais como arumã (*wama/aruma*), jacitara (*Desmoncus polyacanthos*), miriti (*Trithrinax* e *Astrocaryum*). Este conhecimento revelado de geração a geração que se mantém e passa por transformação como aponta a parente Rita de Cássia que traz na sua narrativa como aprendeu a tecer o paneiro e fez disso modo de sobrevivência:

Na época eu aprendi a fazer o paneiro porque via a minha vó fazer aí quis aprender também. Queria ganhar um dinheirinho para comprar as coisas, né? Nosso pai não tinha as condições, né?. Fazia para vender para os marreteiro de açáí. A gente fazia aquela porção de paneiro e vendia para os marreteiro de açáí de camarão. Ajudava muito em casa para comprar roupa alimento. Hoje já só faço para o uso porque ficou mais iscaço a arumã, a jacitara o muruti, né?. O pessoal faz de uma fita que eles comprar, mas eu

não gosto de fazer disso (Parente Rita de Cássia, círculo de diálogo em 17/01/ 2023).

Assim, a parente Rita de Cássia mostra que a construção de conhecimento se dá na relação dialógica quando ela afirma “eu aprendi a fazer o paneiro porque via a minha vó fazer”, mostrando que esses conhecimentos sobre da teçume do paneiro só foi possível porque existe um outro que socializa seus conhecimentos para serem reconhecidos ideologicamente, como cultura desses povos ribeirinhos. Em seguida, também aponta a importância do paneiro enquanto mercadoria na sobrevivência na comunidade. No entanto, a falta da matéria prima provocou mudança no modo do viver-agir, tomando posicionamento de só tecer para uso, devido a escassez dos recursos como: jacitara, arumã, o miriti por conta da imposição do capital, que estimula o desmatamento para o plantio de outras espécies mais rendáveis como o açaí e o cacau.

O parente Pedro mostra que essas matérias primas vêm sendo substituídos pela fita sintética:

Ah, parente, o povo começou a roçar o mato pra plantar o açaí, o cacau porque dá mais dinheiro né?. Aí furo cortando o arumã, o cipó, o mututizeiro. Aí fui diminuído, né? Que hoje já ta escaço para gente encontrar, né. Ai o povo inventou de tecer com um tipo de tala que a gente compra. Até que por um lado essa tala é bom porque a gente já deixa o arumã, o miriti e a jacitara crescer, né? (Parente Pedro, círculo de diálogo em 08/07/2022).

O conhecimento materializado na narrativa de Pedro reflete uma tensão que impulsiona para uma mudança de perspectiva em relação ao uso dos recursos na confecção do paneiro, quando ele de forma crítica diz “Ah, parente, o povo começou a roçar o mato pra plantar o açaí, o cacau porque dá mais dinheiro, né?” (Parente Pedro, círculo de diálogo em 08/07/2022). Isso revela que a lógica do capital provoca mudanças nestes, e o movimento no tempo-espaco que traz transformações no viver-agir desse coletivo.

Nas narrativas os parentes apresentam conhecimentos profundos sobre o paneiro, bem como o material mais adequado para produzir. Ela(e) expressa o tamanho, a durabilidade, quais os mais adequados para determinado tipo de utilidade, enfim, esses conhecimentos são construídos fora da escola em seu

contexto de vida, na relação estabelecida entre eles e entre a natureza a partir da prática e da observação.

O teçume do paneiro traz uma variedade de desenhos, formas que variam de modelos e de utilidades que se pretende, em função da técnica e do tipo de teçume utilizado para trançar a tala. A produção do paneiro para uso doméstico e na prática da pesca é herdada de suas ancestralidades, que foi passada de geração para geração por meio da relação entre esses(as) pescadores(as).

Para tanto, esse trabalho inicia com a retirada da matéria prima da natureza, apresenta suas técnicas na escolha do mais adequado para tecer o paneiro como dito pelo parente Pedro.

Quando eu vou tecer um paneiro, vu embora pro mato. Chegando lá eu escolho de que eu vu tecer o paneiro. Se for de uruma eu escolho aquele não muito maduro e nem muito verde porque senão, não dá porque na hora que a gente vai tecer o paneiro a tala quebra ai não presta. A mesma coisa quando a gente faz de muriti a gente escolhe aqueles braços não muito verde e nem muito maduro, né? A jicitara também (Parente Pedro, círculo de diálogo, 08/07/2022).

Assim o enunciado do parente Pedro traz o processo da escolha e retirada dos recursos que são indispensáveis no teçume do paneiro. Na relação do sujeito com a natureza foi possível a construção do conhecimento, pois quando ele afirma que para tecer o paneiro, o arumã não pode estar muito maduro. Isso é um conhecimento que se difere do que acontece não chão da escola, mas que traz uma ciência outra, heterociência. Isso também se confirma na narrativa da Parente Maria de Jesus:

Para mim fazer um paneiro fino que a gente usa para bater o matapi, eu uso um feche grande de urumã. Mas se eles estiverem tudo bom porque o arumã muito maduro ou verde demais a gente até tira a tala, mas na ora de tecer ela quebra tudinho, né? Para tecer o paneiro carece de arumã bom e no tamanho certo e a quantidade certa também porque senão não dá certo (Parente Maria e Jesus, círculo de diálogo, 08/07/2022).

Nesse teçume dialógico que o viver-agir da parente Maria de Jesus por meio do evento Acordo de Pesca traz o conhecimento aprendido e todo um projeto de vida, quando ela narra de forma singular e clara desde a retirada da matéria prima para tecer o paneiro, a escolha das talas, do tamanho, do tipo e da quantidade, pois, a partir do que almejam tecer o tipo certo de material que vão utilizar, o comprimento

de acordo com o tamanho do paneiro que vão requerer e classificar qual é o melhor ou não para cortar.

Depois de cortados o muriti ou o arumã ou a jacitara um destes é levado para suas casas e lá passa por um outro processo que eles denominam “tira a tala”, o processo é o seguinte:

A gente pega uma faca bem afiada e pega e vai tirando a tala bem com cuidado. O miriti é melhor para tira porque ele é mais grosso e corta com mais facilidade, mas a arumã é mais difícil porque ele precisa de mais cuidado. Eu primeiro depepo bem no meio e depois vu tirado o bagaço. A jacitara a gente tem que ter muito cuidado desde hora que a gente tira no mato. Ela tem espinho que se a gente pateta a gente se fura tudo (Parente Maria de Jesus, círculo de diálogo, 08/07/2022).

Assim, depois desse processo de raspar as talas, para deixar mais flexível e na espessura adequada para o teçume do paneiro fica mais fácil de manusear. “Para deixar a tala nos trinque a gente põe um pano bem grosso na coxa para não corta, né? Aí a gente raspa com cuidado para não decepar. Ai tá pronto” (Parente Pedro, círculo de diálogo em 08/07/2022). Nessa fase eles apresentam o conhecimento de saber a largura e a espessura necessária para a tala.

A partir dessa etapa, inicia-se o teçume do paneiro, que dependendo da durabilidade, tipo, tamanho escolhido e corte da tala. Cada modelo de paneiro tem sua maneira de teçume. Mediante isso, trazemos um quadro demonstrativo com os tipos de paneiros, utilidades, materiais e tipos de teçumes:

Quadro 6: a utilidade, tipo de teçume do paneiro

Tipo de paneiro	Utilidade	Material	Tipo de teçume
Rasa	Debulhar e transportar o açai	Urumã, jacitara, muriti, tala sintética	Trança a tala formando um x mais com teçume mais fechadinho.
Paneiro fino	Despesca o matapi e transportar o camarão, o cacau	Urumã	Trança as talas em x com uma tala <b>na cortando o x</b> que forma hexágono triângulos um sobre o outro.
Paneiro de “olho”	Transportar o peixe	muriti, urumã, jacitara	Trançar as talas formando x que forma um losango.
Cesto de “olho”	Armazenar o peixe salgado, o camarão frito	muriti	Trança a tala <b>em formando x</b> formando um losango.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2022.

O quadro acima evidencia a utilidade, nome e tipo de teçume do paneiro que foram mostrados no decorrer da nossa viagem-pescaria. Existem outros tipos de paneiros que não iremos evidenciar, apenas trazemos os quatros mais utilizados pelos parentes da pesquisa que serviram de parâmetro para a nossa análise.

Para tanto, utilizaremos três categorias:

- 1) Do que é feito e porquê?
- 2) Como se faz e porque se faz?
- 3) Como medir?

### **O paneiro tipo rasa:**

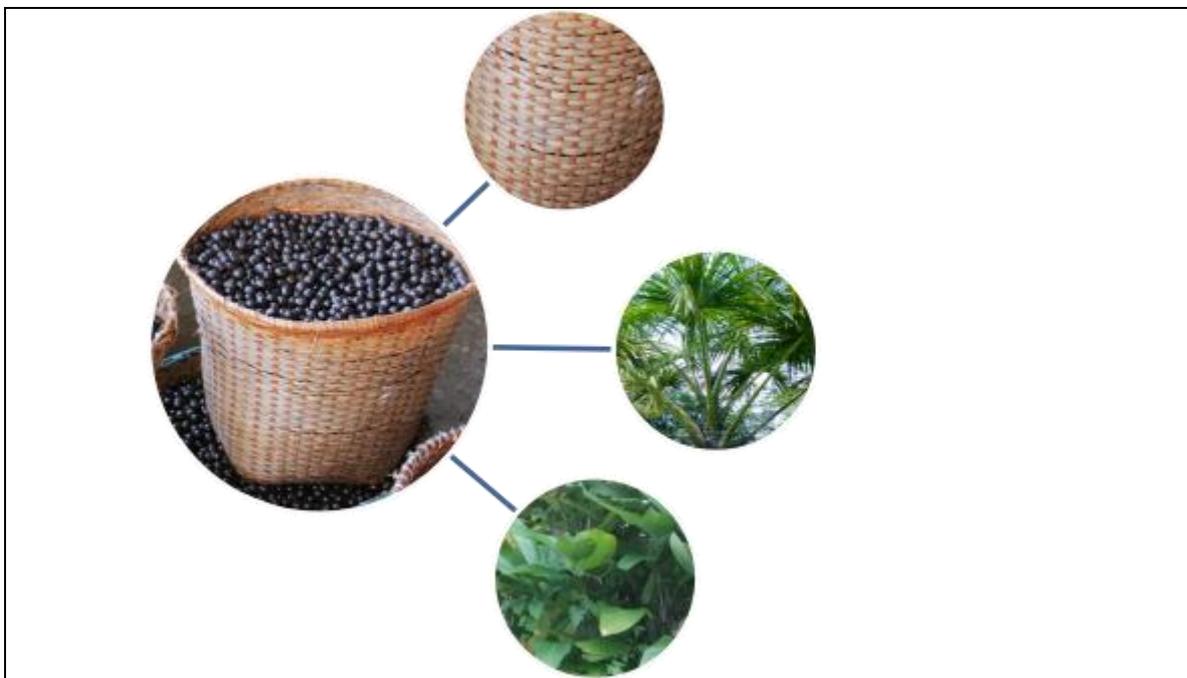
Como se pode observar no quadro (figura 13) o paneiro tipo rasa tem várias utilidades para os pescadores que pode ser afirmado na fala da Maria de Jesus “Nós usa muita a rasa para depulhar o açai, né? Quando a gente carece carregar peixe as coisas do mato pra tudo a gente usa a rasa” (Parente Maria de Jesus, círculo de diálogo, 08/07/2022).

Também tem a rasa de “olho” que tem a mesma função da rasa fina, mas ela é tecida com a jacitara e tem a durabilidade maior que a feito de muriti.

## Do que é feito e por quê?

**Tem falar um pouco sobre isso que seja uma introdução para esse tópico**

Figura 14: imagem do paneiro tipo raso



Fonte: Elaborado pela pesquisadora usando imagem do acervo da pesquisa.

Conforme foi citado anteriormente, os parentes utilizam o arumã, a jacitara, o muriti, por conta dessas matérias primas serem encontradas na natureza o que torna o custo mais barato. No entanto, aos poucos começaram a usar a fita sintética na fabricação por conta da escassez dessas matérias primas, e por essa fita apresentar uma durabilidade o que pode ser confirmada na narrativa abaixo da parente Maria de Jesus :

Eu gosto de tecer mais o rasa que é aquela que a gente coloca o açai. Que é um tipo de paneiro. Aqui como a gente tem muito muritizeiro é mais fácil para gente, né?, Já de arumã também pode fazer, né? Mas arumã cumo temos puco de tanto tirar e não plantar de vorta. Fui ficando iscaço, né. A rasa ela é mais fácil de tecer porque não precisar traçar muito a tala. Eu aprendi só olhando minha mãe fazer. Eu ficava olha ela fazer aí, fui, fui até que aprendi. Eu faço mesmo pro nosso uso, né? Hoje a gente já usa um tipo de tala que a gente compra. Ela é boa porque o paneiro dura mais, né? (Parente Maria de Jesus, círculo de diálogo, 08/07/2022).

## Como se faz? Por que é feito?

Para a confecção do paneiro tipo rasa e utilizadas talas de diferentes da matéria prima como palmeira e cipó encontrada na região tocantina sendo três

espécies de como: urumã, miriti e jacitara. A partir das narrativas dos parentes montamos o passo a passo do teçume e do paneiro.

**1º Passo:**

Retirada da natureza a matéria como o arumã, jacitara e o miriti para a confecção da rasa;

**2º Passo:**

Tira o bagaço do miriti ou do arumã ou da jacitara;

**3º Passo:**

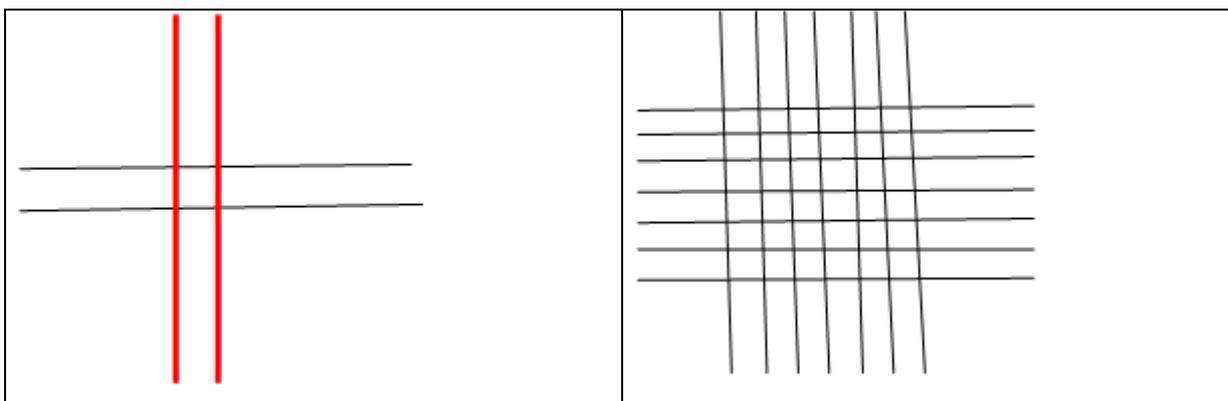
Limpa a tala e corta no tamanho adequada ao tamanho da rasa a ser confeccionada;

**4º Passo:**

Começa a tecer o primeiro fundo da rasa

A parente Maria de Jesus, descreve como ela tece o paneiro tipo rasa: “Primeiro a gente pega duas talas põe um na ilharga da outra emparelhada, ai pega mais duas trança no sento contrário tipo um quadrado, ai vai trançando no mesmo sentido até ficar do tamanho que a gente quer fazer a cesta” (Parente Maria de Jesus, círculo de diálogo, 08/07/2022).

Figura 15: ilustração para mostrar as etapas do teçume do fundo do paneiro



Fonte: elaboração da pesquisadora, 2022.

**5º Passo:**

Vira o fundo do paneiro;

**6º Passo:**

Começa a tecer a lateral sobrepondo uma tala em cima da outra fazendo tipo zig, zag até chegar no tamanho desejado;

### **7º passo:**

Pega as pontas das talas que sobra do teçume da lateral deixa uns tamanhos de dois palmos e vai amarrando formando o beijo do paneiro.

A rasa é muito utilizada na comercialização do açaí e feita dessa forma mais fechadinha para não varar os caroços do açaí. O parente Pedro diz que:

A rasa é um boa para debular o açaí por ela tem o “olho” bem fecha que não deixa o carroço do açaí guito vara. Uma rasa cheia de açaí dá certo uma lata, né? Aí o marreteiro não carece medir porque dá certinho, ai ele já sabe que quatro rasas cheia de açaí enche um saco (Parente Pedro, círculo de diálogo, 08/07/2022).

### **Como medir?**

A rasa é muito utilizada na venda e na compra do açaí, porque ela serve de parâmetros para saber a quantidade e o preço, pois uma rasa equivale uma lata. Com isso o comprador não precisa medir. Outra coisa: quatro rasas de açaí equivalem a um saco de açaí, pois tem lugar que comercializa o açaí em saco. Então, quando essa venda é feita em saco, eles já calculam o valor de quatro rasas que equivale a um saco. Isso facilita tanto a venda quanto o transporte do açaí, uma vez que, a rasa pode ser empilhada, conservando a qualidade do açaí, como afirma a parente Leidiane (2022).

A gente vende o açaí por rasa. Não carece pesar e nem medir, né? O marreteiro chega com a rasa a gente fica cinco, dez, quantas a gente carcular que dá pra vender. Aí a gente enche de açaí e no dia ele embarcar e leva. Não carece medir. É isso (Parente Leidiane, círculo de diálogo, 08/07/2022).

Na maioria das vezes a rasa é feita para uso próprio dos parentes, mas em alguns casos são feitos para ser comercializados principalmente pelos marreteiros de açaí.

## Paneiro fino

Figura 16: paneiro fino



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com fotos do arquivo da pesquisa.

A imagem maior (figura 15) é a foto de um paneiro fino seguido das menores: primeiro traz o tipo de teçume, seguido a planta arumã que é retirado do seu caule e as talas que são usadas na confecção do paneiro fino.

O paneiro fino é um utensílio muito utilizado pelos pescadores na sua prática da pesca em especial para depescar o matapi, pois trata-se de um tipo de paneiro que possui uma teçume mais fechadinho que não permite que saia o camarão.

### **Do que é feito e por quê?**

O paneiro fino é geralmente feito com a tala do arumã e há pouco tempo começou a usar a tala sintética na sua confecção. Como ele é mais usado para despescar o matapi, logo está sempre em contado com água, precisa de um material mais resistente, flexível que permite ter uma durabilidade maior e a flexibilidade torna-se mais fácil o seu teçume.

### **Como se faz? Com que se faz?**

O paneiro fino é feito de tala de arumã e apresenta um teçume mais fechado, por isso é mais trabalhoso sua confecção, o que demanda de um tempo maior e de

uma técnica mais elaborada do que a rasa. Para tecer esse tipo de paneiro é utilizado um fecho, **é meio de arumã de** aproximadamente dois metros de comprimento. Em seguida apresentamos o passo a passo da confecção a partir das narrativas dos parentes:

**1º Passo:**

Retirar o arumã do mato;

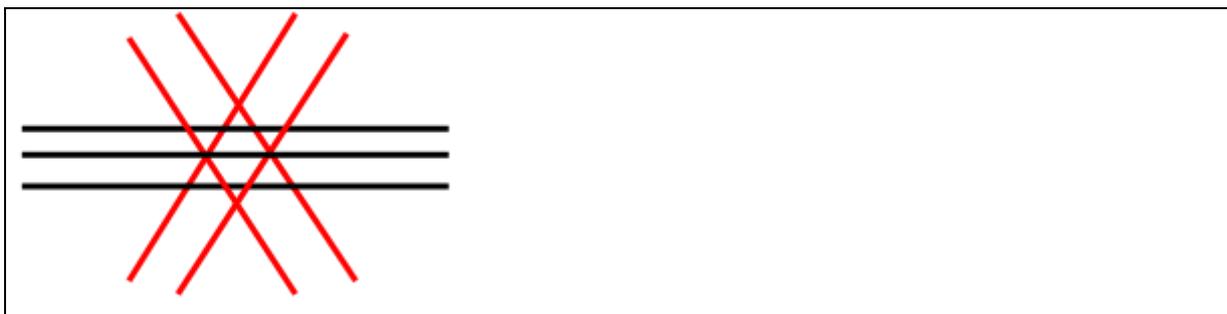
**2º Passo:** Tirar o bagaço;

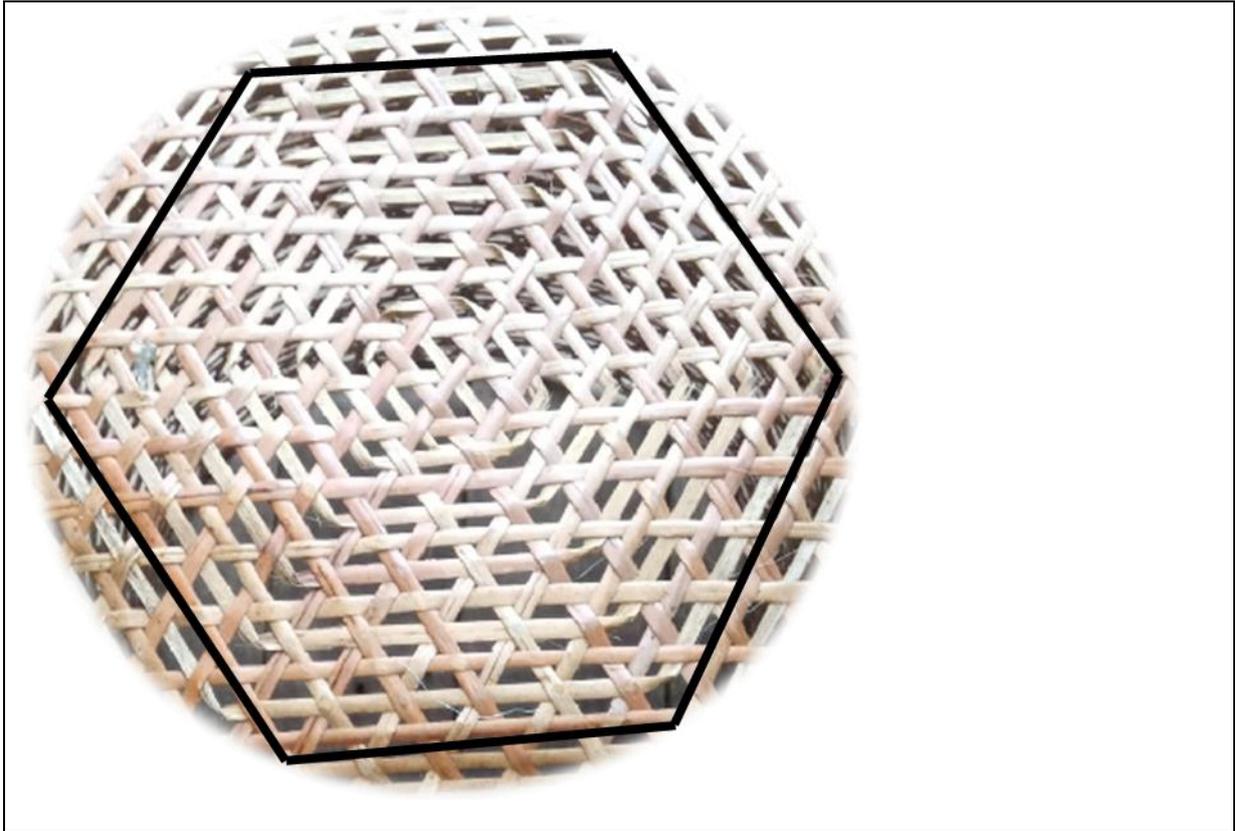
**3º Passo:** Limpa a tala e corta no tamanho adequado ao tamanho do paneiro que deseja confeccionar;

**4º Passo:** começa a tecer o primeiro o fundo.

Primeiro a gente pega duas talas e cruza formando um x, ai a gente põe no vão de cima uma tala, no vão do meio outra tala e no vão de baixo outra, depois torna fazer de novo um x igual o do primeiro, ai o primeiro olho do paneiro e feito. Depois vai fazendo assim até formar o fundo do paneiro (Parente Maria de Jesus, círculo de diálogo, 08/07/2022).

Figura 17: imagem ilustrativa para mostrar as etapas do teçume do fundo do paneiro





Fonte: arquivo da pesquisadora, 2022.

**5º Passo:**

Quando forma um hexágono do tamanho desejado, dobra-se o fundo;

**6º Passo:**

Em seguida vai sobrepondo tala por tala fazendo tipo zig, zag, indo para dentro e para fora tala **sobre tala** até chegar no tamanho desejado;

**7º Passo:**

Por último, amarra o beicho do paneiro.

**Como medir?**

O tamanho do paneiro fino vai depender das quantidades de matapi que o(a)s pescadora(e)s tem, pois a partir dessa quantidade ele sabe o tamanho de paneiro que ele precisa para despescar o matapi.

No entanto, até o pular do camarão no paneiro **trás** significado como afirma o parente Pedro:

O camarão dá mais até a lua cheia dela ele começa a falhar, Aí diminuía quantidade quando chega a lua minguante, mingua tudo. Quando o camarão pula no paneiro quando na beira não tem camarão é sinal que já

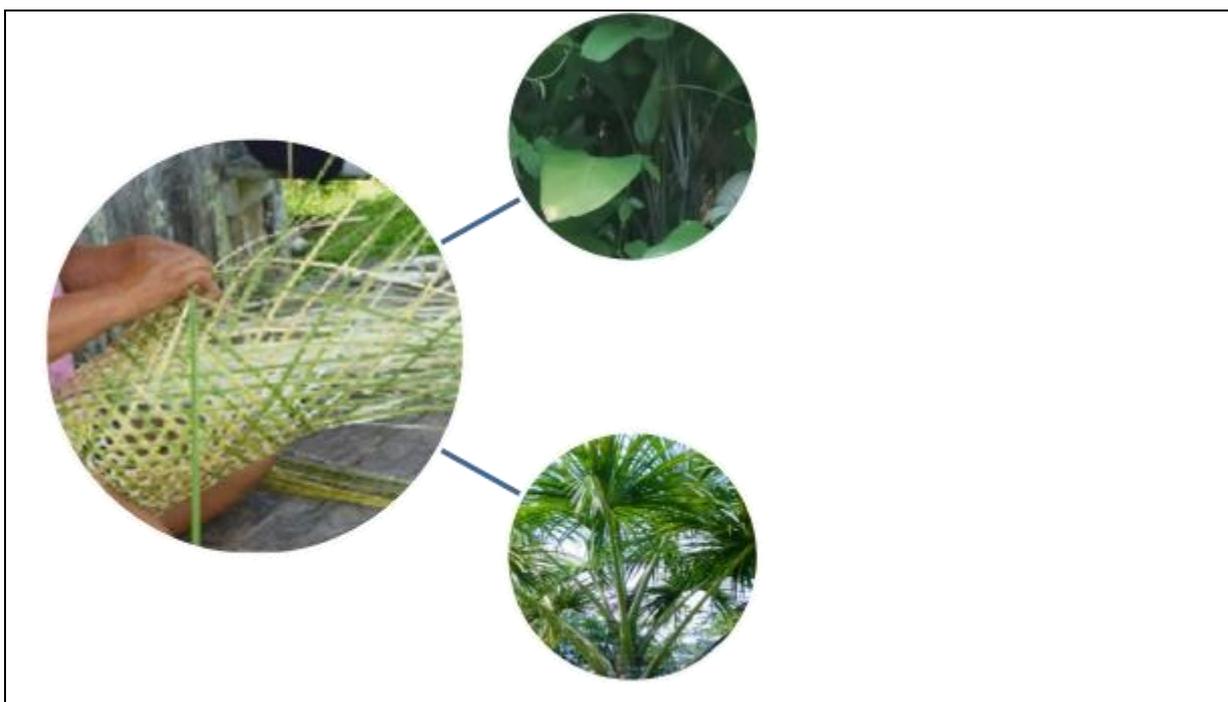
vai dá mais camarão, mas quando o camarão pula no paneiro que tem camarão na beira se prepare que vai falhar (Parente Pedro, círculo de diálogo, 08/07/2022).

Quando é lua cheia que dá mais camarão, usa-se o paneiro fino maior, pois se o paneiro for pequeno para a quantidade do camarão que se vai pegar, ele pula de fora do paneiro na hora de bater o matapi, conforme informações do parente Pedro.

### **Paneiro de “olho” e cesto de “olho”**

Paneiro de “olho” (figura 17) e o cesto de “olho” vão muito semelhante na sua teçume, o que difere é o tamanho que o paneiro de “olho” é feito em tamanho menor que o cesto.

Figura 18: paneiro de “olho”



Fonte: arquivos da pesquisadora, 2022.

A imagem mostra o paneiro de “olho”, sendo que, a imagem maior mostra como ele é tecido e as duas menores o arumã e o miriti, que são matérias primas utilizadas na sua fabricação.

## **Do que é feito e porquê?**

O paneiro de “olho” é o cesto, são dois tipos de paneiro semelhantes nas suas teçumes. Na maioria dos casos eles são tecidos com a tala do arumã, do miriti ou da jacitara e a pouco tempo começou a ser utilizada a tala sintética. Na fabricação do cesto de “olho” é mais usado o miriti, pois era um paneiro que se usava para armazenar o camarão salgado na época que não tinha o gelo. Como o sal estragava, o paneiro não adiantava fazer de outro material, pois a durabilidade é menor. Isso pode ser confirmado pela parente Rita de Cássia:

A gente fazia muito cesto na época quando a gente salgava o camarão. Nesse tempo não tinha gelo aí a gente fritava aquele monte de camarão e frita, colocava no paneiro e ia vender para Abaté”. Já o paneiro de “olho” é feito com a jacitara, o arumã e a fita sintética, pois esses materiais têm uma durabilidade maior e permitir que o parente use por mais tempo (Parente Rita de Cássia, círculo de diálogo, 17/01/ 2023).

## **Como se faz? Para que se faz?**

Por se tratar de paneiro de teçume mais aberto a sua produção é mais rápida, leva menos talas e a sua produção leva aproximadamente de 3 a 4 horas para ficar pronto. Isso se a tala já estiver pronta para a confecção.

### **1º Passo:**

Retirar a matéria-prima no mato;

### **2º Passo:**

Tirar o bagaço;

### **3º Passo:**

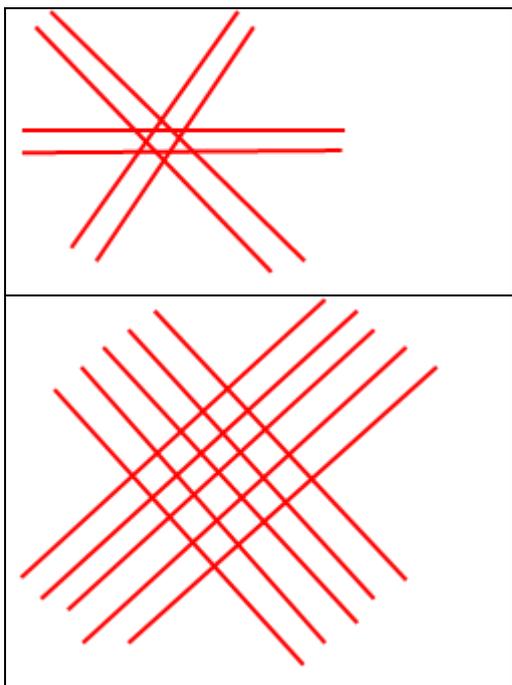
Limpa a tala e corta no tamanho adequado ao tamanho do paneiro que deseja confeccionar;

### **4º Passo:**

Começa a tecer o primeiro o fundo:

O paneiro de “olho” é mais fácil de fazer, né? A gente pega duas talas faz um x, aí a gente põe no vão de cima uma tala e no vão de baixo outra, depois torna fazer de novo um x igual o do primeiro, aí o primeiro olho do paneiro é feito. Aí a gente faz a mesma coisa na parte de cima e debaixo até formar o fundo do paneiro (Parente Maria De Jesus, círculo de diálogo, 08/07/2022).

Figura 19: imagem ilustrativa para mostrar as etapas do teçume do fundo do paneiro



Fonte: elaboração da pesquisadora, 2022.

#### **5º Passo:**

Quando forma um hexágono do tamanho desejado, dobra-se o fundo;

#### **6º Passo:**

Em seguida vai sobrepondo tala fazendo o mesmo processo do fundo até chegar ao tamanho desejado ao 6º Passo:

Por último, amarra o beijo do paneiro.

Esse tipo de paneiro geralmente ele é confeccionado pelos próprios pescadores para usar na prática da pesca e também para serem comercializados em município vizinhos:

Antigamente a gente fazia muito paneiro para vender. Me lembro da minha vó tecendo cesto. Aqueles cesto grande que a gente usava para colocar camarão frito pra vender, para colocar azeite, né? Só que agora a gente não salga mais o camarão pra vender, né? A gente não faz mais esse tipo de cesto. As vezes quando a gente precisa para usar no borqueio que eles usa para medir o mapará, aí a gente faz um ali outro aculá (Parente Leidiane círculo de diálogo, 08/07/2022).

#### **Como medir?**

O paneiro de “olho” e o cesto de “olho” é muito útil na prática da pesca, pois são utilizados para transportar o pescado, fazer a venda e calcular a quantidade. O

cesto serve de referência para calcular a quantidade de pescado na hora da venda. Pois, a venda não é realizada por quilo, mas por paneiro. Quando o marreteiro se aproxima do borqueio ele compra o paneiro de peixe. Ele diz: “Quero dez paneiro de peixe!” (Parente Pedro, círculo de diálogo, 08/07/2022). O(a)s pescadore(a)s enchem dez paneiro de peixe, entrega para ele. Isso facilita muito na retirada do pescado da rede, pois se fosse esperar pesar o peixe, para poder por na geleira iria demandar de mais tempo e esforço. E dizem:

Como isso, o não precisa pesar o pescado. Um paneiro de peixe equilave a 30 kg de peixe. Então, quando essa venda é feita paneiro já se quanto vai custa por quilo o peixe. Isso facilita tanto a venda como a captura do pescado uma vez que não é necessário pesar e assim esperar. Quando a gente borquei que pega o peixe avortado a gente vende lá mesmo o peixe. Tira o da boia e vende o resto. Tem vez da gente pegar 200, 300 paneiro de peixe. Não carece pesar. A gente o paneiro é melhor pra nós, né? O mareteiro chega e pedi quantos paneiro ele quer e a gente tira e vende (Parente Pedro, círculo de diálogo, 08/07/2022).

Nas narrativas dos Parentes mostram que o paneiro é feito para o uso na prática da pesca, em alguns casos para comercializar. Para essa confecção, três tipos de matéria-prima, retirada da natureza, são usadas arumã, jacitara ou muriti. No entanto, eles já vêm substituídos, em alguns casos, pela fita sintética. Isso revela que nessa relação entre esses parentes e a natureza acontece o conhecimento. Isso confirma a necessidade de evidenciar esses conhecimentos que acontece nesse encontro dialógico. Com esse ser expressivo-parente que ressalta a importância dessas matérias na sua prática. A partir das nossas análises confirmamos que, dentre as variedades de conhecimentos estão imbricados o processo de teçume do paneiro, **em que há necessidade de escolha e uso do paneiro**, que consiste em diversidade de forma de modelo.

As riquezas desses conhecimentos apresentados nas relações desses parentes são incontestáveis, pois quando falamos em pesca não temos a dimensão da grandiosidade dos conhecimentos que estão e que circulam na relação da pesca. Essa imensidão de águas que os cercam e fazem parte de suas vivências, os rios são suas ruas.

Esses conhecimentos que ecoa nas vozes desses sujeitos, os elementos carregados de simbologia, que revela no ato educativo, a arquitetônica de conhecimentos, ou melhor, o espaço aonde acontece o conhecimento no dado

tempo é o espaço em que o presente ressignifica o passo, que se materializa em suas narrativas de vida.

Esses conhecimentos é uma prática que vai passando de geração para geração que se perpetua até hoje, mas que sofrem transformações de acordo com suas necessidades. A gente pode perceber a temporalidade muito presente em suas narrativas, pois a todo momento eles fazem o processo de buscar no passado a resposta para o presente.

Esses conhecimentos do teçume e do paneiro, que inicia no processo da retirada dos recursos naturais pelos parentes, revelam técnicas de manufaturas de objetos, conhecimento sobre o recurso retirado da natureza para uso na produção.

Assim, compreender e respeitar o outro pela sua singularidade se faz necessário e urgente para o reconhecimento do “outro”. Desse “outro” Parente, que se encontra mergulhado em sociedade desigual, preconceituosa, excludente e arbitrária que dificulta cada vez mais o diálogo e o reconhecimento ao “outro”. E que esses conhecimentos advindos de suas relações sejam reconhecidos e visibilizados.

### **3.2 Cacuri ou paredão<sup>31</sup>**

Nesta subseção trazemos o cacuri que é um tipo de curral construído pela(o)s pescadora(e)s que é utilizado na captura do pescado, conforme mostra a figura 19. Trata-se de uma armadilha que é assentada geralmente nas beiras dos rios, praias e igarapés usada para capturar os peixes.

---

<sup>31</sup> Os parentes da pesquisa quando se refere a esse instrumento usa as duas denominações cacuri ou paredão. Mas, aqui neste trabalho, vamos usar o nome de cacuri.

Figura 20: imagem do cacuri



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2023.

Compreendemos que o cacuri, como é chamado pelos parentes da pesquisa, são tipos de armadilhas confeccionadas pela(o)s pescadora(e)s na captura do pescado, que conta com a ajuda do boto para capturar o peixe, pois é o boto que encurrala o peixe para dentro do cacuri ou paredão, como pode ser observado no enunciado “Sem esse apoio do boto não tem produção de pesca no cacuri”(Parente Idalino, 08/07/2022).

Logo, a(o)s parentes Rita de Cássia, Leidiane, Marcelucia, Maria de Jesus, Idalino e Pedro conhecem e já utilizam ou utilizaram o instrumento e a técnica de produção do cacuri.

Figura 21: demonstrativo de alguns dos recursos utilizados na confecção do cacuri



Fonte: elaborado pela pesquisadora, 2022.

A imagem do centro é um cacuri agrupada às imagens menores com alguns dos recursos utilizados na confecção do cacuri pelos parentes. Em que, no primeiro círculo, temos árvore de paxiubeira<sup>32</sup> (*Socratea exorrhiza*) de onde é retirada a tala usada na confecção do cacuri; seguindo temos a foto que mostra o cipó timboí que usa no teçume do pari; a próxima foto traz o açazeiro que é utilizado para fazer a estrutura do cacuri, mas também é tirada a tala para fazer o pari. Doravante, é a imagem da linha de nylon que ultimamente vem substituindo o uso do cipó no teçume do cacuri.

Para as análises da materialidade dos parentes relacionadas ao cacuri iremos analisar separadamente a narrativa de cada parente, uma de cada. Diferente do que fizemos com as narrativas relacionadas ao paneiro anteriormente. Isso porque trata-se de narrativas longas que precisam ser analisadas na sua totalidade por

---

<sup>32</sup>É uma espécie de palmeira típica da região Amazônica que chama atenção pelas enormes raízes. Os povos que habitam essa região utilizam muito na construção de instrumentos, armadilhas e casas.

apresentar uma riqueza de conhecimentos que precisam ser evidenciados de forma minuciosa.

Para tanto, iniciamos com a narrativa do parente Pedro, que é permeada por situações de vida trazidas no círculo de diálogo, momento em que o direcionamento era falar das relações dialógicas que acontecem no seu cotidiano.

Como já foi mencionado, o cacuri é um tipo de armadilha utilizado pela(o)s pescadora(e)s na captura do peixe. Hoje, por conta da escassez de algumas espécies de peixes, há diminuição da quantidade de cacuri, pois já não são tão utilizados quanto antes. Outro fator que também contribui muito para a não utilização dessa armadilha é o assoreamento dos rios causado pela construção da hidrelétrica de Tucuruí-Pa.

Com a diminuição das profundidades, os peixes vão perdendo seu habitat, logo a reprodução é afetada, pois como os rios ficam com pouca água, não existindo espaço para a reprodução e até sobrevivência dos peixes. Isso pode ser confirmado na narrativa do parente Pedro:

Muita gente deixa de fazer o cacuri porque não tem local para assentar. Olha, aqui na ilhargá antigamente era um rio muito fundo que dava muito peixe, era passagem de peixe. Quando a gente colocava um paredão era porção de peixe que a gente pegava. Só que agora tá tudo seco, como é que o peixe vai passar aqui? Ai não dá, né? É isso que acontece, né? (Parente Pedro, círculo de diálogo, 08/07/2022)

Neste sentido, acompanham-se processos de mudança cultural, tanto na utilização do paredão na captura do pescado quanto no produto utilizado na confecção, no qual os pescadores optam pelo produto industrial. Isso ocorre pela escassez de matéria-prima ou pela substituição do material com mais durabilidade. Assim, a(o)s pescadora(e)s vão se adequando às mudanças em decorrência desses fatores como pode ser observado na confecção do cacuri de assento que apresenta mudanças no tipo de material e no modelo, como também a não utilização deste instrumento por conta da transformação que a natureza vem sofrendo.

Tratando-se do material que é utilizado, o parente Pedro afirma que: “O pari a gente faz com tala de paxiubeira, mas tem gente que já faz com ripa de madeira” (Parente Pedro, círculo de diálogo, 08/07/2022). Observa-se também imbricado nessa narrativa uma tensão em que a denúncia que este parente traz acerca da

degradação do meio ambiente causada pela construção da hidrelétrica de Tucuruí-PA, que provocou a seca dos rios.

Para Pedro, essa mudança de material se dá por dois motivos: pela escassez de matéria-prima, que ocorre por conta do desmatamento da espécie e pela durabilidade dos recursos, que pode se confirmar quando ele prefere a paxiubeira por durar mais. Esse é o material retirado da natureza que vem sendo substituído pela ripa de madeira e corda de nylon trançado:

Então, depois de limpar bem a tala a gente começa a tecer o pari. Antigamente nós fazia com cipó chamado timboir. Hoje a gente tece com nalis número 10 por causa da iscassez do cipó porque o povo não tem consciência só faz tirar, tirar, né? Mas o nalis até que é melhor que o cipó por causa que dura mais, né? Quando a gente precisa refazer o pari a gente usa de novo o mesmo nalis. O cipó não dá pra fazer isso, né? Outra coisa, sai até mais barato, né cumpadre? (se direcionando para a pessoa ao lado). O cipó ficu muito iscasso e demais caro, não tem quem aguenta pagar o preço. Tá horrível! (Parente Pedro, círculo de diálogo, 08/07/2022).

Assim, a narrativa do parente Pedro mostra que a tala passa pelo processo de beneficiamento para depois iniciar o teçume, no entanto, ele denuncia que a falta de consciência das pessoas de preservar a natureza impulsiona para a mudança de comportamento, buscando outras formas de sobrevivência que se dá quando ele substitui o cipó pela corda de náilon trançado.

Isso de certa forma ajudou na busca de estratégias que pudessem auxiliá-los na solução de problemas. Revela o conhecimento apreendido nas relações dialógicas, todo um processo de vida com o outro, mostrando o ato do conhecimento quando ele narra na sua singularidade, de forma clara, seu ato responsivo, que possibilita compreender a relação entre os participantes; a relação com o Estado que impõe a hidrelétrica, conseqüentemente essas narrativas evidenciam que o conhecimento acontece na relação entre os parentes em relação à natureza nas suas práticas de vida.

Na confecção do cacuri, as matérias primas são os recursos retirados da natureza como o cipó, a tala de paxiubeira que vem também sofrendo mudanças. Exemplo desta mudança é a substituição da tala da paxiubeira pela ripa de madeira e do cipó das árvores pelo náilon. São vários os fatores que vem contribuindo para essa mudança, como a escassez da matéria-prima na natureza, que pode ser confirmada na fala do parente Pedro que ainda mantém essas modalidades de armadilha de pesca tradicional que ele afirma:

O pari a gente faz com tala de paxiubera, mas tem gente que já faz com ripa de madeira. Eu não gosto, não. Mas... A gente precisa conhecer quando a paxiubera tá bua pra tirá a tala, né? Tem que tá madura. Ela tando madura ela dura mais, fica mais forte, né? Para gente fazer um paredão com três currar, leva muita tala, mais de 40 pé de paxiubera madura. Primeiro a gente tem que escolher o pé de paxiubera madura, depois corta na artura que a gente quer o paredão porque carece que a gente conhecer lugar que vai colocar o paredão por causa que se for num lugar que a água cresce muito, tem que fazer bem arto para a água não cubrir tudo para o peixe não sair, né? Cumo a aqui a água no lançante chega até ali (aponta para a direção de uma árvore que serve de parâmetro de altura) eu faço o meu paredão de 8m de artura, mas tem parente que faz mais arto por causa que a terra dele é mais baixa, aí precisa ser mais arto, outro que faz mais baixo e, assim vai, cada cá com sua necessidade (risos). Eu me alembro quando meu pai ía pro mato cortar aquele monte de paxiubera pra tirar a tala. Vinha com aquela porção de tora de paxiubera buiado (ficou com os olhos cheio de lágrimas) a gente corria para ajudar ele (Fica pensando um pouco e depois retoma o diálogo). Pois, é depois de derrubar a paxiubera a gente corta as tora embuia tudo e leva pra casa e deixa no terreiro. Depois, com um machado, decepa no meio, tira a tala na largura de dois dedos, daí a gente tira o bagaço para limpar a tala pra deixa mais leve, né? Por causa se não fica pesado demais e não tem dutor que dei conta de carregar, né? É muito trabalho minha prezada para fazer um paredão. Carece de uma força. Aqui a gente faz convidado para fazer. Faz um mingauzinho e convida o pessoar pra dá uma forcinha, né? Pra poder dar conta de fazer (Parente Pedro, círculo de diálogo, 08/07/2022).

O parente Pedro, em sua narrativa, nos mostra toda a etapa da confecção do pari, desde a escolha dos recursos a ser utilizado até como eles se organizam, de forma coletiva, para montar a estrutura do pari. Detalha de forma clara, explicitando todo o processo de como cada recurso é escolhido, o porquê da escolha até a fase final que culmina com o trabalho realizado na coletividade. Nesse enunciado são evidenciados vários conhecimentos resultado da produção do cacuri.

No início de sua narrativa nos apresenta a paxiubeira como recurso natural a ser utilizado na produção do cacuri. Ele expõe sua preferência quando justifica que a paxiubeira é melhor porque dura mais que a ripa de madeira. Com isso nos mostra toda uma propriedade, um conhecimento, acerca da paxiubeira.

Na sua singularidade, ressalta a importância de reconhecer quando a paxiubera está no ponto de uso: “A gente precisa conhecer quando a paxiubeira tá bua para tirar a tala, né? Tem que tá madura. Ela tando madura ela dura mais, fica mais forte, né?” (Parente Pedro, círculo de diálogo, 08/07/2022). Ao mesmo tempo, precisa da nossa confirmação, na interação com a pesquisadora, quando usa como forma e afirmação com a palavra “né? ”. Isso nos revela um eu que todo tempo precisa da confirmação do outro para continuar a interação discursiva.

Em seguida, ele mostra a relação do conhecimento muito forte da maré que implica na construção do cacuri quando afirma que seu cacuri tem 8m de altura porque esta é ideal para o movimento da maré do local escolhido para montar seu cacuri. Assim, a maré é fator determinante na tomada de decisão na vida dos parentes, tanto que ela define a altura que o cacuri deve ser feito, onde vai ser assentado e quando.

Doravante lembra a relação estabelecida com o pai quando o presente ressignifica o passado, ganhando outro sentido não mais aquele da infância de apenas estar vivenciando aquela prática sem pretensão alguma, mas que hoje ao rememorar apresenta outra valoração que reflete e refrata um momento único e singular com seu pai, carregado de muito afeto, amorosidade e saudades. Neste ato acontece um dos momentos de alteridade “o-outro-para-mim” em que a compreensão enquanto conhecimento do parente Pedro na relação dialógica com o pai aprende a técnica de produção do cacuri, nos termos que:

Então para tecer tudo a gente carece de uns 10k de náilon (pensa um pouco e retoma o diálogo). É isso, né? Aí, aí a gente tece tudo o pari. Depois disso, a gente faz outro convidado grande que é para empinar o pari para fazer o paredão. Mas olha tem que fazer forte mesmo para aguentar a força da maré e a porrada do peixe quando o buto acurrala ele. Agora para muntar o paredão a gente afinca açazeiro. Meu pai tecia muito, aprendi olhando ele fazer quando era gito e quando fiquei maiorzinho comecei ajudar ele. Aí aprendi a tecer. É fácil da fazer, dá trabalho, muito força, mas a gente faz, né? (Fica pensando). A gente, para armar o cacuri, afinca açazeiro assim (Faz o gesto em formato de meia lua com os braços), depois nós vai acercando tudo pela ilharga e amarrando o pari no açazeiro até acabar e bem no meio forma três aba que e faz o currar onde o peixe vai entrar quando o buto espanta ele. Essa tranquilidade, né? (Parente Pedro, círculo de diálogo, 08/07/2022).

Nessa relação entre Pedro e seus parentes, os conhecimentos se entrelaçam. O que caracteriza o processo de apropriação do conhecimento que, inclusive vai além da educação escolar, configurando-se como a compreensão ativo-dialógica ou compreensão responsiva emanada da vida concreta.

Pois, aqui está presente a forma de fazer, a forma de compreender o valor do ato de pescar, carregado de sentimentos, de lembranças do pai, e da época da infância, quando aprendia a fazer, por meio do olhar, sem necessariamente ocorrer um ensino institucionalizado, de dizer como se fazia.

Tudo reflete a organização coletiva de trabalho que aprende como se processa a pesca, que é repassada de geração a geração, por meio do olhar, da

memória, do registrar o que o pai faz para depois fazer igual, inclusive o Acordo de Pesca estabelecido atualmente como outras formas de construir os conhecimentos.

Passemos então para outra narrativa. Aqui iniciamos a análise da materialidade do parente Idalino. Na sua narrativa, ele traz não somente a descrição das etapas da construção do cacuri, mas também a relação estabelecida entre os seres humanos e não-humanos quando ele diz "Tem que ter apoio do boto". Isso demonstra que essa relação de troca no ato a pescaria entre os parentes e o boto, como afirma no trecho a seguir:

Tá, deixa eu te falar referente a questão do cacuri, né? Cacuri de assento que é o paredão, né? De pari grosso. Ele tem forma de... (faz o gesto com os braços formando uma meia lua). São três área de... O cacuri são três e duas área grande e duas pequena que para formar o círculo. Em forma de triângulo o cacuri. Para captura do peixe só fica uma porteira aberta. Ela fique formando o triângulo. E o que é mais interessante é a questão, pra que a gente possa entender, talvez as pessoas teve como superstições, mas não é. **Tem que ter o apoio do boto. O boto enxerga o cardume, ele vai cercando em direção ao círculo e o triângulo.** Quando chega próximo, ele faz a pressão e o peixe corre. Dá no paredão, corre ao redor, na ilharga e vai e entra. Entra para um ou corre para outro. Quando é dois boto eles joga em todos os trechos, em todo três cacuri ele joga o peixe. Então, essa é a estratégica. **Qual é o compromisso do dono do paredão do cacuri? É tirar o melhor peixe pro boto.** Se ele não tirar os melhores peixes, maltratar, tratar mal, ele também não joga. Ele é comunicativo. Parece ser lenda de pescador, mas é uma coisa realmente que acontece. (Vira em minha direção e pergunta): Tem ouvido? Você deve conhecer várias histórias, né? Sou testemunha viva. Eu já fiz e já vi pessoa tá dando na boca do boto. Tira do cacuri o melhor peixe e dá pra ele. Um, dois, três conforme a quantia de produção. Então, parece brincadeira, mas é verdade. Isso aí é a pura realidade. Então, sem esse apoio do boto não tem produção de pesca no cacuri (Idalino, círculo de diálogo, 8/07/2022, ênfase adicionada).

O parente Idalino traz sua narrativa, logo no início, que o cacuri de assento é o mesmo que o paredão que é feito com o pari grosso. Em seguida, ele nos diz que o cacuri tem formato de meia lua e pode ter duas ou três áreas. Ele nos traz os conhecimentos matemáticos imbricados na confecção do cacuri quando ele mostra qual o formato que o cacuri pode ser feito. Na sua narrativa revela uma riqueza de conhecimentos que vão desde a forma como o cacuri é feito até a relação de colaboração estabelecida entre parentes não-humanos e os parentes humanos.

Isso é tão forte que o parente Idalino afirma que sem a ajuda do boto não é possível a captura do peixe, mas ao mesmo tempo também nos traz a compreensão de que muitas pessoas não acreditam que isso aconteça, tanto é ele que nos diz: "[...] talvez as pessoas teve como superstições", mas não é. "Tem que ter o apoio do

boto”(Idalino, círculo de diálogo, 08/07/2022). Em seguida, reforça a necessidade do compromisso ético e amoroso com o boto para não quebrar essa relação. Isso fica evidente quando ele diz: “É tirar o melhor peixe pro boto. Se ele não tirar os melhores peixes, maltratar, tratar mal, ele também não joga” (Idalino, círculo de diálogo, 08/07/2022). Então, percebam o quanto é forte e rica a relação de alteridade entre parentes não-humanos e parentes humanos, que são evidências dos vários conhecimentos, que também expressam o ato ético e altérico de Idalino com o boto e do boto com Idalino. No seu ato responsivo, ele evidencia não apenas vários conhecimentos oriundos dessa relação, mas tem a compreensão do modo de vida, do viver-agir da(o)s pescadora(e)s da Ilha Saracá.

Trata-se de um aprendizado contínuo que a(o)s pecadora(e)s desde a sua infância, na relação de alteridade estabelecida com outra(o)s constroem seus conhecimentos coletivos, como mostra o enunciado: “Sou testemunha viva. Eu já fiz e já vi pessoa tá dando na boca do boto” (Idalino, círculo de diálogo, 08/07/2022). Aqui a prática da pesca mostra vários conhecimentos revelados pela memória que faz no movimento retrospectivo e prospectivo para compreender a pesca com uma relação entre parentes e natureza.

Aqui a pesca ganha outra valoração em que deixa de ser apenas a pesca pela pesca, mas a pesca mergulhada no sentido da vida, que envolve relação de alteridade entre pescadora(e)s e natureza, permeadas de conhecimentos que vão sendo construídos na prática do cotidiano. Destacamos na narrativa de Idalino a relação envolvendo a(o)s pescadora(e)s e o boto “Então, sem esse apoio do boto não tem produção de pesca no cacuri” (Idalino, círculo de diálogo, 08/07/2022), que pode interferir na captura do pescado.

Outro ponto importante a ser destacado é quando afirma que: “Ele é comunicativo”, ou seja, o boto estabelece uma relação dialógica de alteridade com os humanos. Tudo isso nos traz o entendimento de que a relação dialógica estabelece outras perspectivas de conhecimentos que podem ser diferentes daqueles que são sistematizados e oficializados dentro da escola, mas uma heterociência que parte da vida.

Isso mostra toda uma forma de aprendizado que atravessa a vida da(o)s pescadora(e)s, em que a natureza faz parte do processo que organiza a experiência e a vida e, por essa razão, absorvidos pela consciência na relação de alteridade abarca novas experiências que vai possibilitando conhecimentos outros.

Agora vamos apresentar e analisar a materialidade da parente Maria de Jesus acerca do cacuri que, em sua singularidade nos apresenta uma narrativa que nos permitiu nos (re)aproximar dos seus conhecimentos:

Quando nós era pequeno meu pai tinha um paredão de três cacuri bem na virada do rio. Eu meus irmãos ia com o papai na prua do casco ajudar a despescar o cacuri. Quando nós chegava na ilhargá do paredão o peixe estrundava. Mas era muito peixe que a gente pegava! Vinha com o casco têi, têi de peixe. Aprendi com meu pai a despescar o cacuri. Primeiro ele desmanchava um cipó que ele usava para fechar, depois, com um arpão ia aficando (Faz o gesto com a mão) na terra até ter certeza que não tinha nem uma arraia. Aí ele gapuiava com paneiro e ia tirando o peixe e dava pra nós colocá no casco. No final, a gente ía dá a parte do buto por causa se a gente não desse no outro dia ele não colocava. Aí a gente esculhia mais tebudo e o melhor pra ele, né? Não podia ser gito, porque se não ele não pega, desconfiava. Ele vinha comer na parma da nossa mão. Era muito lindo, né! Eu me alembro que meu pai dava o peixe e segurava no rabo dele e ia até lá fora de reboque nele e depois solta (Parente Maria de Jesus, círculo de diálogo, 08/07/2022).

A materialidade da parente Maria de Jesus nos apresenta uma narrativa cheia de memórias vivenciadas, que mostra as relações estabelecidas com seu pai e seus irmãos e, nessa relação ela nos afirma que seu pai usava o cacuri para capturar pescado e que aprendeu nesse ir e vir, com e seus irmãos e seu pai, ao utilizar o cacuri. São conhecimentos que são construídos com as gerações mais velhas para as mais novas por meio do diálogo e pelas práticas cotidianas.

A parente Maria, quando criança, foi introduzida no convívio social da pesca, e nesse momento marcante de sua infância, na experiência de vida, no ato de observar seu pai despescar o cacuri, ela aprendeu não somente a prática da pesca, mas também apreendeu como se relacionar com a natureza.

Isso mostra que as crianças são introduzidas, desde sua infância, no convívio da pesca e nesse momento significativo da vida, vão apreendendo, até mesmo no simples ato de apenas ver a realização daquela tarefa, a construir conhecimentos que permeiam toda a vida desses povos amazônidas.

Desse modo é uma construção que acontece na relação dialógica com o pai e irmãos, rompendo com ambientes e ofícios tradicionalmente feito por homens. Ao observar seu pai, compreende o processo que permeia essa prática de vida que é a forma de operar nessa realidade de vida, nessa arquitetônica que traz imbricado uma outra perspectiva de conhecimento que se difere daquela sistematizada e

convencional, mas um conhecimento que tem como ponto de partida o outro, a vida o diálogo, a relação.

Nessa prática de vida em que as relações acontecem entre Maria, seus irmãos e o pai localizados no tempo, no espaço (aqui-agora) mostrando o inacabamento do conhecimento, marcado nessas narrativas pela figura do boto, dando a estes uma completude, totalidade dessas vivências. O boto é uma figura mística e real, não aceita por todos, mas ele se faz presente no discurso amazônico de todas as gerações.

Maria, também, em seu ato responsivo traz seu ato ético e amoroso para com o boto, quando ela apresenta toda uma preocupação em escolher o maior e melhor peixe “Aí a gente escolhia mais tebudo e o melhor pra ele, né?” (Parente Maria de Jesus, círculo de diálogo, 08/07/2022).

A próxima parente que contribuiu com a pesquisa foi a Leidiane. A seguir a sua exposição:

Nós não tem mais cacuri porque carece de ter um lugar para assentar como o rio secu tudo a gente parou de usar, mas antigamente usava. Me alembro muito quando a gente ia despescar com meu pai, trazia aquela porção de peixe. Dava muito porque tinha muito, né? Era aquela mustruzidade de peixe. A gente chegava com aquela porção de peixe e sargava e coloca no sor para secar para troca na mercearia, levá pro centro para trocar com farinha. Assim a gente fazia. Hoje tem um aqui outro aculá porque não tem onde colocar, né? Depois que entrou a tar de malhadeira o povo passou a usar só malhadeira. Antigamente não, a gente só usava o pari ou o paredão pra pegar peixe e o caniço também. Quando meu pai ia lá eu minha mãe e meus irmãos ajuda ele a tecer o pari para fazer o paredão (Parente Leidiane, círculo de diálogo, 08/07/2022).

A materialidade da parente Leidiane inicia com a afirmação que a falta de lugar adequado para assentar o cacuri é o fator determinante para que não sejam mais utilizados como instrumento de captura do pescado. Isso nos mostra o quando a construção da hidrelétrica de Tucuruí interferiu e ainda interfere nas vidas desses povos. Primeiramente, impulsionada por uma necessidade, que parte da relação entre esses sujeitos e a natureza, que impulsiona para mudanças não apenas dos instrumentos utilizados na prática da pesca, mas principalmente, no seu compromisso social, ético, político frente aos problemas sociais que essa categoria vem sofrendo ao longo dos anos como consequência destes projetos faraônicos na região amazônica.

Em seguida, ela rememora o quanto que antigamente era a fartura do peixe quando ela diz: “me alembro muito quando a gente ia dispescar com meu pai trazia aquela porção de peixe. Dava muito porque tinha muito, né? Era aquela mustruzidade de peixe” (Parente Leidiane, círculo de diálogo, 08/07/2022). Para além da expressão individual de Leidiane de responder à vida por meio de sua linguagem singular, é fundamental para percebermos a valoração que reflete e refrata em seu posicionamento ético e amoroso no modo peculiar de conceber a vida como revelação de um compromisso social do eu-para-outro.

Aqui está o ponto central da concepção bakhtiniana acerca do conhecimento que perpassa pela consciência reflexiva, que acontece na relação dialógica: o conhecimento da valoração em que ela reflete a realidade que permite que o Acordo de Pesca atuem como mediador do conhecimento, em um processo que envolve esses povos que se utilizam de uma linguagem singular, que nos apresentam uma leitura de mundo e um posicionamento ético e político de seu contexto de vida, que faz tecer uma reflexão sobre o papel desses povos na construção do conhecimento.

Ato de conhecimento esse que só pode acontecer na relação dialógica que precisa de uma escuta responsiva do outro que surge como uma resposta ao acontecimento da vida. Assim, esse ato responsivo da parente Leidiane único e singular em uma perspectiva ética tem a ver com a realidade de seu povo enquanto produtores de mudança social, apontando-nos como os mais notáveis nesse sentido. Aqui nos parece, pela voz da Parente Leidiane, a valoração da experiência desse povo. Também, na sua narrativa nos faz pensar sobre a perspectiva do capital, mesmo que não seja este o objetivo deste trabalho, o quanto isso está imbricado nessa prática de vida, pois quando ela diz: “A gente chegava com aquela porção de peixe e sargava e coloca no sor para secar para troca na mercearia” (Parente Leidiane, 08/07/2022). Desse modo, seu produto da pesca passa pelo processo de troca (Marx, 2018), e ao mesmo tempo nos mostra o quanto o capital também interfere na construção do conhecimento, compreendendo que o uso da malhadeira, é realizado como forma de atender o interesse do capital, pois a pesca predatória com esse instrumento não trouxe nenhum benefício para a local porque permite se dá em maior escala, sem triagem do pescado em menor tamanho não permitido a reprodução da espécie. Isso releva que o capital exerce uma relação de poder perante a vida dessas pessoas que não só reflete na sua prática de pesca, como também na sua forma de construir o conhecimento.

## Passemos para a Parente Rita de Cássia:

Desde que me entendo como gente, nós sempre teve cacuri aqui em casa. Pesquei muito. Quando era criança ia muito com minha avó e depois com minha mãe despescar o cacuri. Naquele tempo dava muito peixe aí a gente ia ajudar a minha avó, mas quem montava o cacuri era meu avô por causa que era muito sacrifício, muito pesado pra montar. Aí minha avó montava e quando ele ia pra torma de mapará, minha avó que despescava. Eu com meus irmãos e meus primos ajudava ela. Quando minha avó e meu avô não deram conta mais, passou para meu pai cuidar. Aí nós já despescava sozinho, às vez que ia a minha mãe ou o meu pai, mas era difícil. E até hoje a gente tem o cacuri. Mas só que agora a gente não pega peixe como antigamente. Hoje é praticamente só para boia, isso quando dá uma maré boa também, né?. As coisa ficaram mais difícil pra gente depois de um tempo pra cá. Os rios secaram tudo como você pode ver, né? Muito peixe que tinha que não tem mais. Quando era no tempo do meu avô a gente nem se empitava em pegar caratinga, pescada sortava tudo. Só ficava com curimatã, tambaqui, peixinho branco, jatorana. Agora nem tem mais esses peixe, acabou tudo. Hoje o peixe que a gente ainda pega é a pescada, caratinga e as vez um tucunaré. Assim que tá as coisa (Parente Rita de Cássia, círculo de diálogo, 17/01/ 2023).

A parente Rita de Cássia narra parte de sua angústia com as mudanças que ocorre na localidade. Ela afirma: “Desde que me entende como gente, nós sempre teve cacuri aqui em casa” (Parente Rita, círculo de diálogo, 17/01/2023) indicando que esse tipo de pesca não ocorre mais.

A memória de Rita é muito forte, trazendo elementos do passado, com um movimento retrospectivo e prospectivo, que ganha ressignificação no presente e prospecção para o futuro. Uma memória de futuro, pois o passado considerado sempre no presente quando se elabora a construção do conhecimento. O movimento retrospectivo é quando ela lembra da fartura de peixe no passado, das ações que fazia com sua avó, quando criança, da montagem do cacuri pelo seu avô; o movimento prospectivo é quando ela reflete coletivamente com as vivências dos seus parentes atuais sobre o uso consciente das malhadeiras sem depredar o meio ambiente, e intensificar ainda mais o uso do cacuri para que a(o)s pescadora(e)s possam criam outras formas de conhecimentos sobre o tema em debate.

Ela nos afirma que a prática da pesca foi apreendida nas relações estabelecidas com seus avôs. Aprendeu: como fazer o cacuri, a usar os recursos na confecção; a estabelecer o local adequado para o assento; como despescar o cacuri; até o respeito com a natureza. Nessa relação com seus avôs, pais e primos, que se refere a parente Rita, constrói aprendizados outros sobre os artefatos da prática de pesca.

Isso a reporta a concepção de alteridade em Bakhtin em que o “eu” na relação dialógica vai se construindo com o “outro”, logo, a parente Rita, seus avós, primos e pais, nessa relação de alteridade, atuam como sujeitos do conhecimento por meio do seu ato responsável, no seu viver-agir, quando imprime seu projeto de vida.

No quadro a seguir, mostramos instrumento cacuri, a utilidade e o tipo de material utilizado na confecção do cacuri:

Quadro 7: instrumento, utilidade e material utilizados no cacuri

<b>Instrumento</b>	<b>Utilidade</b>	<b>Material</b>
Cacuri	Capturar do peixe	Tala de paixubeira, ripa de madeira, cipó, corda e naylon trançada, açazeiro.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2023.

O quadro acima apresenta a utilidade, tipo de material do cacuri que foi evidenciado nas narrativas dos parentes. Trazemos o cacuri que é instrumento feito pela(o)s pescadora(e)s que serve de armadilha na captura do pescado como parâmetro para nossa análise a seguir. Para tanto, utilizaremos três categorias:

- 1) Do que material é feito e por quê?;
- 2) Como se faz e por quê é feito?;
- 3) Como medir?

## 1) Do que material é feito e porquê?

Figura 22: demonstrativo do cacuri e alguns dos recursos utilizados na sua confecção.



Fonte: arquivo da pesquisadora, 2023

Na figura 21, o círculo maior é a foto de um cacuri, os três círculos menores traz os nomes e os recursos que são utilizados em sua confecção como: cipó, náilon, tala a paxiubeira, ripa de madeira, tala e açazeiro.

Ao analisar a partir da categoria: Do que material é feito e por quê? Percebemos nas narrativas dos parentes da viagem-pesquisa que o cacuri ainda preserva em sua confecção os recursos naturais como a tala da paxiubeira e o cipó. No entanto, já há casos em que esses recursos vêm sendo substituídos por produtos industrializados: o cipó pela corda de náilon torcido. O que revela uma mudança e comportamento frente às necessidades. Isso é feito porque os recursos naturais que eram utilizados pelos parentes foram ficando escassos, em razão dos danos ambientais causados pela construção da hidrelétrica de Tucuruí-Pa, como mencionamos anteriormente, acrescido, também pela extração descontrolada pela população, já que, não ocorreu preocupação em preservar as espécies, de replantar árvores que produzam o recurso, como é o caso do cipó e da paxiubeira.

Tratando especificamente da paxiubeira, esta é uma palmeira que demanda tempo para atingir a altura e tempo para sua retirada, mas com a extração descontrolada não permitiu a sua reposição na natureza. Outro fator que tem

contribuído pela substituição e a durabilidade dos materiais. O cacuri por ser uma armadilha que fica em contato direto com a água e ao raio solar, o cipó acaba durando menos tempo em contato direto com a água e com o sol, o que contribui para que esse material tenha pouca durabilidade, ocasionado sua substituição pela corda de náilon traçado, que tem uma resistência maior contra raios ultravioleta e durabilidade ao contato com a água.

Quanto à Parente Leidiane diz que seu avô tecia muito o pari para fazer o cacuri, utilizado como material a tala de paxiubeira. Ela nos revela em seu enunciado os materiais que são utilizados na confecção desse instrumento. Assim, percebemos a importância do outro nesse processo:

Meu avô, eu me lembro dele tecendo o pari para fazer o paredão. Ele tirava aquela quantia de tala e paxiubera. Na casa ele tinha uma ponte enorme e eu e meus primos a gente ficava ajudando ele. Carecia aquela porção e tala para poder fazer um cacuri de bom tamanho. Ele tecia com cipó (Parente Leidiane, círculo de diálogo, 08/07/2022)

Por essa razão ao tecer uma compreensão deste projeto de vida da Parente Leidiane, podemos perceber que nessa relação de alteridade estabelecida nesse contexto histórico, social e político da pesca, na sua convivência com o “outro” que é construído o conhecimento:

Já parente Rita de Cássia nos acrescenta que o cacuri também pode ser utilizado açazeiro que é outro tipo de palmeira. Esta é mais comum de ser vista na localidade, mas tem menos durabilidade. Ela diz que hoje em dia por conta a escassez, o cacuri vem sendo confeccionado também com ripa de madeira e com açazeiro, mas não é bom porque é uma coisa que não dura muito: “O açazeiro se tiver maduro dura mais um pouco. Já a ripa de madeira apodrece rápido porque fica de molho na água, né?” (Rita de Cássia, círculo de diálogo, 17/01/ 2023).

Percebemos que esse conhecimento está materializado, a partir de uma prática que não está vinculada a uma escola, mas que vai se constituído na relação dialógica no processo de aprendizagem que se revela uma prática cultural enquanto conhecimento a ser apreendido.

Considerando todo o processo que vai desde escolha do recurso a ser utilizado, da forma como é confeccionado, o modo de organização do coletivo até a relação de cooperatividade estabelecida entre os homens e as mulheres com a

natureza, que envolve a noção de cultura revelando todo um conhecimento a ser apreendido reconhecido de geração para geração.

E isso tudo ocorre em um ambiente fora da escola mais que revela outra forma de aprendizagem diferente daquela sistematizada no chão da escola, que é produzida relações dialógicas, que se dá em movimentos sociais e também coletivos em que ocorrem outras vozes e opiniões, que revelam suas realidades que nos permite relacionar com as situações do mundo. Isso tudo nos permite apreender os conhecimentos contido nos relatos dos parentes.

## **2) Como se faz e por quê é feito?**

Trataremos da nossa segunda categoria: como se faz e por que é feito? O Parente Pedro, na sua narrativa, faz toda uma descrição do processo de construção do cacuri que podemos analisar não apenas as etapas da construção, mas todo um conhecimento revelado que o “eu” aprende com os “outros” que lhe antecederam, como pode ser confirmado em sua narrativa:

Ah! Parente pra fazer um paredão grande carece de muito trabalho. Primeiro a gente precisa encontrar uma paxiubera madura. Dela a gente imbuia tudo e faz a jangada e traz e coloca no terreiro da casa. Tem que ser muita paxiubera, né parente? (vira o rosto e olha para a pessoa do lado). Uma paxiubera dá umas vinte talas se ela for grossa. Então, a gente pega um machado e parte ela em quatro pesados e depois vai tirando da largura que quer. Votado, aí pega terçado bem afilado e vai tirado o buxo da tala até deixar bem boleada. Depois disso a gente faz convidado pra tecer por causa que precisa de quatro pessoa pra tecer um cacuri. Depois de tecido, vorta pro mato para pegar os acaizeiro bem maduro pra servir de estrutura para o paredão. Aí a gente afinca tudo até formar o paredão. Aí a gente faz outro convidado grande que é para suspender o pari. Aí carece de força porque não é fácil alevantar tudo esse peso. A gente é acostumado fazer arribar um cacuri num dia, mas tem que sê bastante gente, né? (Parente Pedro, círculo de diálogo, 08/07/2022).

O cacuri ou paredão com já foi mencionado é uma armadilha feita pelos parentes que é utilizada na captura do pescado. Mostrar como os parentes fazem o teçume do paredão. A confecção do cacuri perpassa por várias etapas que inicia na escolha dos recursos que serão utilizados, comprar ou retirada dos recursos na natureza, quando é o caso, beneficiamento desse material, teçume, montagem, confecção de um cacuri, na maioria das vezes, são utilizados recursos da natureza, mas, como já foi mencionado, já se utiliza produtos industrializados. Então, a partir das narrativas montamos um passa a passo do teçume do cacuri:

**Recursos:**

Tala de paxiubera ou ripa de madeira;

Cipó ou corda de náilon trançado, açazeiro.

**1º passo:**

Inicia como a escolha da melhor paxiubera, depois cortadas as toras no tamanho que deseja fazer o cacuri ou paredão, em seguida faz várias jangadas para trazer para o terreiro das casas para passar pelo processo de beneficiamento;

**2º passo:**

Tirar o bagaço da paxiubera. Nesse processo os pescadores fazem mutirão, que eles chamam de “convidados”, quando os parentes se reúnem para preparar a tala. No primeiro momento, corta com machado a paxiubeira em quatro pedaços e depois faz as tiras com medida certa na largura de aproximadamente dois dedos para depois tirar o bagaço até ficar bem limpinha. “Sobre essa etapa a Parente Maria (2022) narra como se faz: “Primeiro a gente pega o machado e decepa em quatro pedaços o rolo da paxiubera”, depois, como um terçada gente limpa bem a tala e, pois tá no jeito para tecer o pari” (Parente Maria, círculo de diálogo, 17/01/ 2023).

**3º passo:**

Essa etapa inicia com o teçume do pari que vai dar origem ao cacuri ou paredão. Por isso que os parentes denominam de cacuri ou paredão. Essa etapa também é feita com os convidados, que fazem o teçume do pari, que se assemelha como o teçume do matapi, mas em um tamanho maior: são quatro pessoas que vão trançando até forma o pari.

**4º passo:**

Escolha do melhor lugar para o assento do cacuri. Nesse momento é definido qual é o melhor lugar para assentar o cacuri ou paredão, pois precisa de um lugar onde o cardume faça passagem.

**5º passo:**

Depois do lugar definido, inicia a montagem do cacuri que é feito uma estrutura com açazeiro formando meia lua sendo que nas duas pontas é feito um círculo onde os peixes serão encurralados. Mas também faz com três círculos que são dois em cada ponta e um no centro.

**6º PASSO:**

É atrair o boto. Nesse momento inicia a parceria e colaboração entre o boto com o Parente do cacuri para que ocorra o encurralamento dos peixes. O boto atrai

e encurrala os peixes para dentro do cacuri, para que eles fiquem presos e posteriormente sejam capturados. Essa etapa é o momento que o parente humano precisa estabelecer uma parceria de colaboração com o parente boto, pois sem essa parceria fica quase impossível a captura do pescado.

#### **7º passo:**

É o processo de retirada dos peixes do paredão, que os parentes chamam de despescar o cacuri. Para fazer esse processo os pescadores e as pescadoras sutilizam um arpão feito com tala de marajá, para arpuar a arraia<sup>33</sup> antes de adentrar no círculo. Depois de se certificar que não tem arraia, entra-se no círculo e com ajuda de um paneiro, ele gapuia para retirar do peixe.

#### **8º passo**

A última etapa é a retribuição ao boto dando o melhor peixe para ele, pois se o parente não der o melhor peixe para o boto, ele desconfia e não encurrala mais o peixe, logo, sem essa parceria com o boto não tem como pegar o peixe no cacuri.

### **3) Como medir?**

Tratando-se o tamanho do cacuri vai depender o local que esse cacuri vai ser assentado, pois a partir dessa informação eles sabem o tamanho que o cacuri vai ser feito. No entanto, a maioria faz seu cacuri de porte médio em formato de meia lua, que pode ser observado na foto abaixo.

---

<sup>33</sup> Peixe de esqueleto cartilaginoso, raíídeo, de corpo achatado e romboidal e cauda larga e delgada, que vive no mar e de que se conhecem várias espécies. "arraia", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/arraia>>. Acesso em 31 jan. 2024.

Figura 23: imagem de um cacuri de dois círculos



Fonte: arquivo da pesquisadora, 2023.

Quando se refere a altura depende muito do local que o cacuri vai ser assentado, e esse parâmetro vai depender do conhecimento da maré. E ela que vai dizer qual a altura certa que este precisa ter em cada localidade, ou seja, precisa conhecer qual o ponto que a maré cresce e geralmente eles tiram como padrão a maré de lançante, que é o período que a maré fica mais alta como afirma Parente Leidiane: “A gente faz o paredão da altura que a água não cubrir, porque senão o peixe passa por cima. A gente sabe o tamanho que a água cresce, né? Aí a gente faz a altura certa” (Parente Leideane, 08/07/2022).

Então os pescadores precisam se apropriar desse conhecimento para determinar a altura certa para cada cacuri. Segundo relato, um cacuri pode capturar aproximadamente 300kg de peixes por cada despescada: “Um paredão a gente já chegou pegar 300kg” (Parente Pedro, círculo de diálogo, 08/07/2022).

Assim, o conhecimento vai sendo evidenciado nas narrativas dos parentes que surgem na relação dialógica e vão instaurando outras vozes diferentes das que o positivismo defende. Entendemos que estão sendo construídas outras epistemologias, uma heterociência, que acontecem na relação com os movimentos sociais, os coletivos desses povos da Amazônia.

Na prática discursiva estabelecida, na relação dialógica entre os parentes da pesquisa em que vão se constituir e, é constituído pelo “outro”. E na relação

social do eu-para-mim, do eu-para-outro, e do-outro-para-mim como seres singulares que conduzem um encontro singular, que permite participar como autor de sua história enquanto ato responsável e responsivo revela a produção de conhecimento no entrelaçamento do ato de viver-agir no mundo.

Como ser expressivo e falante os parentes vão se revelando nessa prática como sujeitos do conhecimento do vivido de forma única e singular em que se percebe o compromisso ético e estético. Nessa relação é evidenciado um compromisso de alteridade com o “outro” em que eles se colocam em um movimento de compreensão do mundo da vida.

Logo, compreendemos que os parentes se fazem no seu aqui agora sua forma de resistência e estar no mundo como agente de transformações em que as suas ações ganham sentido, aí está a capacidade de construção, de transformação, de dar sentidos diversos de se revelar como sujeitos culturais, sociais, éticos e políticos que escrevem sua própria história.

Dessa forma, defendemos que esses parentes em suas lutas, que se dão nessa relação social, revelam conhecimentos que precisam ser reconhecidos, respeitados e evidenciados, ou seja, devem ser notados e aceitos pela sua singularidade, libertando-se de tudo que lhe oprimir.

É válido ressaltar que, no decorrer da pesquisa de campo, percebemos uma mudança quanto à participação das mulheres nessas atividades, pois ao longo da história a pesca era uma atividade com a preponderância masculina, mas apesar disso, da participação maior masculina, notamos e quisemos demonstrar um maior engajamento feminino em todas as etapas dessa cadeia produtiva da pesca, tanto que isso nos levou a optarmos como participantes da pesquisa quatro mulheres e dois homens.

No entanto, optamos por não emergir sobre a questão de gênero na pesca, uma vez que, percebemos que o processo de opressão sofrida pelos pescadora(e)s também recai sobre as mulheres pescadoras e também não fugir do tema principal desta viagem-pesquisa que os conhecimentos que se dão na relação entre esses sujeitos.

Portanto, as parentes da pesquisa apresentam uma relação dialógica entre o “eu” e o “outro” que produzem o conhecimento filosófico. Entretanto, diferente da forma cartesiana de fazer conhecimento. Ou seja, é uma outra perspectiva de fazer conhecimento. Não mais um conhecimento sistematizado e convencional, da forma

pela forma, mas um conhecimento que parte da vida, do cotidiano o que Bakhtin vai chamar de heterociência, rompendo com o modelo conservador de produzir e divulgar o conhecimento.

Aqui, não há cisão entre conhecimento e objeto quando o Parente Idalino diz: “sou testemunha viva”, “Tem que ter o apoio do boto” (Parente Idalino, círculo de diálogo, 08/07/2022). Isso é parte da vida deles, pois a pesca é a vida deles. Traz uma outra ciência, uma heterociência, não uma ciência cartesiana, positivista, academicista, mas uma ciência que tem como ponto de partida a vida, o sujeito, logo, considera o território, a localidade, o tempo, os instrumentos, a exemplo, o cipó, a tala, o matapi, o cacuri ou o paredão. Estes sujeitos e esses materiais não são coisas, não são meros nomes de classificação ou designação que estão ali para designar dado conhecimento, tem como ponto de partida a experiência da vida para chegar na classificação, logo é um projeto de vida que traz uma outra linguagem de pesca, uma linguagem com uma *episteme* singular, não é uma essa gramática industrial imposta, mas uma linguagem da vida que pode ser observada nas narrativas dos parentes.

Quando o parente afirma: “Meu pai teceu muito” (círculo de diálogo, 2023), isso mostra que não é um conhecimento concluído, é um conhecimento que vai se construindo na vida, conhecimento humano que acontece na coletividade, na relação estabelecida entre esses parentes, em que o “eu” precisa do “outro”.

Por isso não se trata de um projeto de pesca, mas um projeto de vida, uma forma que eles utilizam de operar nesse meio, na sua realidade da pesca. Justamente nessa forma de se organizar os conhecimentos que há a concretude, porque todos esses conhecimentos acontecem na vida, e mostram uma forma de sobreviver, não é utilizado de forma sistematizada para, por exemplo, responder uma questão de prova, mas, sim, diz respeito a vida delas e deles, na forma de sobrevivência de ir em busca de alimentação e até mesmo de resistência ao sistema que se encontra submerso. Isso que Bakhtin chama de concretude da linguagem, não é a pesca pela pesca, mas a operacionalização da vida.

Neste ato conhecimento que está relacionado com a compreensão, Bakhtin (2017) aponta que: a construção do conhecimento acontece no diálogo, na troca, na compreensão responsiva entre enunciados de sujeitos reais, ou quando não, nesse diálogo interior do “eu” e o “outro”.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho que esta viagem-pesquisa percorreu foi marcada por encontros dialógicos entre rios, igarapés, parentes, águas que possibilitaram estabelecer relações de alteridade cheia de amorosidade quando, de margem a margem, a maré determinava qual caminho seguir até a Ilha Saracá. Assim, no ir e vir constante foi possível o convívio e a aprendizagem com os sujeitos da pesquisa, (re)vivendo e (re)aprendendo sobre a realidade social, cultural, ambiental e geográfica dessa região amazônica.

Com tudo, essa viagem-pesquisa sempre se constitui na filosofia bakhtiniana que sem o outro o eu não existe, que para a realização desta, precisávamos do outro para sua constituição, e que se deu por meio da relação dialógica estabelecida e, no encontro da minha palavra encontro com a palavra do outro, nesses dois eixos de valores, que o outro revelou o conhecimento e contradição que compõem essa **arquitetônica dos conhecimentos** do acordo de pesca, a partir de seus enunciados, quando foi possível uma análise dialógica em que os conhecimentos foram evidenciados e analisados.

Esse outro aqui são pessoas que se constituem historicamente na relação e vão se construindo com palavras alheias às suas. Compreender e respeitar esses sujeitos como seres singulares implica: reconhecer as relações de alteridade; responder a própria vida; e revelar as contradições que compõem os posicionamentos de resistência, de luta trazidas por suas palavras, por seus conhecimentos.

As considerações aqui apresentadas partem das concepções bakhtinianas de inacabamento, afirmando que esta pesquisa se encontra inacabada; que o outro – os participantes da pesquisa – estabelece diversas relações; que o outro é único e singular; que encontra com palavras outras e assim, estabelece o debate que não se encerram aqui, ou seja, está aberto a outras proposições.

Desse modo, a viagem-pesquisa se revelou de forma singular a partir das narrativas das(os) parentes que emergiu nos círculos de diálogos estabelecidos entre pesquisadora e sujeitas(os) no âmbito da pesca em um panorama local, a partir das singularidades e dos conhecimentos da(o)s pescadora(e)s. Esses círculos realizados no decorrer da viagem-pesquisa, para a coleta do *córpus*, foram tomados por uma relação dialógica de alteridade e amorosidade em que o “eu” encontrou-se

com as(os) “outras(os)” e nesse encontro de vozes proporcionou a constituição deste trabalho.

É válido ressaltar o quanto foi desafiador e prazeroso realizar a pesquisa-viagem em uma perspectiva de linguagem pautada na concepção bakhtiniana, que nos proporciona um olhar e uma escuta voltada para o outro e que se faz necessário para compreensão deste ou desta na sua totalidade.

O ir ao *lócus* e vir deste não foi apenas uma viagem, como já foi frisado anteriormente, foi uma viagem pela temporalidade que atravessou lembranças construídas com esses povos e que é capaz de ressignificar o presente, com mudanças de concepções e atitudes, tornando-se uma das tarefas mais prazerosas deste trabalho. Além disso, marca pela contemplação de uma natureza em que podemos vislumbrar (re)conhecer, (re)aprender marcada por uma relação de amorosidade e afeto com esses povos e lugares.

Ao retomar o objetivo desta pesquisa que foi de analisar a constituição das arquitetônicas dos conhecimentos da(o)s pescadora(e)s artesanais partícipes do Acordo de Pesca, no município de Limoeiro do Ajuru-Pa. Podemos confirmar que conseguimos alcançá-lo, pois analisamos e percebemos que os parentes da pesquisa apresentam uma relação dialógica de alteridade entre o eu e o outro, que produzem conhecimentos filosóficos, uma ciência outra. Diferente da forma cartesiana de fazer conhecimento, sistematizado e convencional, da forma pela forma, ou seja, outra perspectiva de fazer ciência que parte da vida desses sujeitos, do cotidiano e da relação como o outro, que rompe com o modelo pré-estabelecido e concebe o conhecimento que se perpetua até hoje como forma de resistência a opressão e exclusão sofrida.

Ao reaver o objetivo desta pesquisa podemos confirmar que conseguimos alcançá-los, pois analisamos e percebemos como se constitui o conhecimento, inferir que as relações dialógicas estabelecidas entre o eu e o outro são vivenciados, se apresentam em todo momento nas narrativas dos parentes. Conseguimos alcançar os objetivos específicos em sua totalidade, na qual foi possível perceber que esses sujeitos se organizam coletivamente para lutar contra a opressão, quanto para buscar recursos na construção e utensílios ou para fornecer alimento para sua subsistência.

As questões que nortearam foram: como se constituem os conhecimentos do(a)s pescadora(e)s participantes do acordo de pesca, no município do Limoeiro do

Ajuru-Pa? Essa questão pôde nos revelar os tipos de conhecimentos e de como se constituem enquanto processo educativo que emergem nessa forma de organização social e política de pescadora(e)s, evidenciados nas narrativas entre a(o)s pescadora(e)s e nas narrativas entre pescadora(e)s e natureza no acordo de pesca. Permitiram compreender, por meio da interpretação de suas narrativas, que na relação dialógica estabelecida no âmbito da pesca, esses sujeitos constroem uma ciência outra, que obedece uma lógica própria e um estilo e vida que produz conhecimentos. Embora, nosso intuito não fosse discutir a relação entre classe e poder que esses sujeitos sofrem, acabamos por compreender que nesse âmbito, a pesca emerge de uma luta de classe entre grandes empresas pesqueiras e pescadores artesanais, e entre estes o governo. A partir dos conflitos políticos e sociais impulsionaram uma tomada de atitudes como forma de resistência ao processo de opressão e aos impactos negativos que a construção da hidrelétrica de Tucuruí-Pa causou nas vidas desses sujeitos.

Logo, podemos inferir que nas relações estabelecidas entre os sujeitos da pesquisa são evidenciados conhecimentos, frutos de suas relações como pode ser percebido no processo de confecção do paneiro e do cacuri, que é permeado de conhecimentos que encontram imbricados nesse processo que pode servir de referência para práticas pedagógicas no ambiente escolar. Tendo como início, a retirada da matéria-prima, que são revelados vários conhecimentos para identificar quando o arumã, a jacitara e o muriti estão bons para ser feito o paneiro perpassando pela forma, como a retirada e o bagaço da tala até o beneficiamento que exigem uma determinada espessura para que possa torná-la mais maleável e não quebrar na hora de tecer do paneiro. Depois, o conhecimento da forma certa de iniciar o teçume em que vai se trançando as talas até chegar ao formato e tamanho que se deseja do paneiro. É preciso, ainda, conhecer a utilidade de cada paneiro a partir da forma, como vai ser usado e para que é usado, e quando os parentes usam o paneiro para calcular a quantidade exata de seu produto para a comercialização abrindo mão do uso das medidas padrão e de calculadoras.

Quanto ao cacuri: os conhecimentos revelados nessa prática vão desde a escolha do produto a ser retirado da natureza até a relação de parceria estabelecida com o boto na captura do pescado. Podemos identificar nas narrativas de cada Parente os seguintes conhecimentos: quando a paxiubera está madura; como derrubar na direção certa para não quebrar outras árvores; como trazer do mato

para a casa; como partir cada uma das toras da paxiubera; como retirar o bagaço para deixar na espessura correta; como saber a quantidade certa de paxiubera para tecer um cacuri ou paredão; como escolher local adequado para fazer o assentamento do paredão, pois, se escolher o local onde não é passagem não vai ter êxito na captura do pescado; como se comprometer com outro na hora da confecção, na organização coletiva, na hora de assentar o paredão; como considerar a maré certa para fazer o assentamento, que vai até a parceria e o comprometimento ético, político e social com o boto, pois é ele que vai encurralar o peixe para dentro do cacuri; e como encerrar a pescaria, no retorno do peixe para alimentar o boto, todos estes são conhecimentos que são aprendidos na relação dialógica desses Parentes.

Nessa prática diária desses Parentes, o conhecimento se dá em um processo de interação, na prática da pesca que resulta em um processo ético, político e social com esses povos que se encontram em um processo sempre de luta, de resistência contra formas de exclusão, de opressão contra o capital, contra o Estado que projetou a hidrelétrica de Tucuruí; contra o atravessador, que enriquece e estabelece o preço do pescado. Esse é um processo de aprendizagem que ocorre fora da escola, na interação que é repassada de geração para geração por meio da oralidade, e da observação da prática do dia a dia que não tem uma escola para isso, mas, sim, um “outro” que dentro de uma arquitetura que faz emergir seus conhecimentos.

Esses conhecimentos que o parente tem do mundo natural às vezes se assemelha do conhecimento que o outro parente tem, às vezes têm formas e jeitos de fazer uma mesma atividade, que se diferenciam. Logo, cada ato singular, pois, acontece em tempos diferentes, com pessoas diferentes, com acontecimentos diferentes, logo, cada Parente tem que ser reconhecido na sua singularidade. Compreender cada realidade é fundamental para a sua constituição, pois cada um deles ocupa um lugar espaço-tempo, e estes são revelados, nos seus modos de ver o “outro” no mundo que se encontra atravessado e por valores e conhecimentos dentro de um tempo-espaço que se constitui por meio da palavra, do olhar do “outro”.

Analisamos as interações e os enunciados desses Parentes e constatamos a necessidade do “outro” na aquisição do conhecimento. Esse “outro”, o Parente na

sua individualidade precisa do “outro”, seu vizinho, seu amigo, seu familiar para se constituir.

Assim, constatamos que, embora não se trata de uma escola convencional, como já afirmamos, os resultados nos mostraram que o acordo de pesca da Ilha Saracá, nas relações estabelecidas dos parentes acontece o conhecimento que é revelado em suas narrativas frutos das relações estabelecidas nas lutas diárias de sobrevivência e resistência que ajudam na transformação desse coletivo. Identificamos que nessas práticas desenvolvidas por eles, na coletividade, a concepção de conhecimento ocorre com a tomada de consciência, mostrando a busca pela libertação do processo de opressão vivenciada por eles, a luta pelo reconhecimento deles, enquanto sujeito pertencente, o comprometimento pela transformação social e a valorização dos outros. Eles são seres sociais, históricos, culturais e políticos que na relação dialógica se estabelecem, nas suas vivências as relações de alteridade construídas entre o eu e o outro.

A análise aqui apresentada trouxe alguns desafios para a educação na Amazônia como:

1) Como os acordos de pesca estão se organizando para sua manutenção como agente de transformação social e qual o papel da educação nesse processo? É fundamental atentar para esses coletivos, como está sendo estruturada sua manutenção frente aos problemas sociais, ambientais e culturais dessa localidade como alternativas de resistência.

2) A escola da localidade vem priorizando acesso e permanência desse “outro” em seus espaços educativos se contrapondo ao modelo de educação vigente? É preciso repensar uma pedagogia que conceba esse outro como sujeito dotado de conhecimento, de uma voz, de desejos, de anseios que precisam ser escutados em suas singularidades.

Assim, pensar uma educação na perspectiva bakhtiniana tem como ponto de partida o outro que parta de respeito ao conhecimento popular e suas singularidades, e isso traz o desafio de pautar um ensino nas experiências do indivíduo, na sociedade, ultrapassando os muros da escola para uma educação que acontece na relação dialógica, no aqui agora, como forma de reconhecer e legitimar as diferenças, como forma que o conhecimento acontece, como foi observado no decorrer deste trabalho.

Tudo isso foi possível porque partimos de uma metodologia baseada na Análise Dialógica do Discurso que serviu com “lamparina” nesta viagem-pesquisa que nos proporcionou exercer nosso ato responsável, sem álibi e, também uma escuta responsiva, uma olhar para essa nova forma de conceber o conhecimento que dialoga com a vida, se constitui no cotidiano dos coletivos, ou seja, nos permitiu colocarmos em relação para escutarmos ativamente e registrar a fala os sujeitos exatamente como foram ditas respeitando suas múltiplas linguagens. Isso trouxe elementos que me permitiu uma análise que confirmou que as vozes desses sujeitos são atravessadas por vertentes políticas de resistência que trazem uma grandeza de conhecimentos que só precisa ser escutada, que concebe o outro como sujeito de conhecimento e, também revelou muitos posicionamentos éticos e políticos alinhados aos seus interesses individuais e coletivos por seus direitos básicos à alimentação, saúde, educação.

Mediante isso, esta pesquisa se propôs a escutar as vozes coletivas, suas perspectivas de vida sobre diversos aspectos de suas vivências por meio de suas narrativas, nos trouxe a possibilidade e refletir e (re) pensar uma educação voltada para esse outro, que dialoguem com a realidade de vida considerando seu contexto histórico cultural e social a partir de uma concepção e educação voltada para o outro, em pressupõe uma escuta responsiva na perspectiva de dar protagonismo e espaço para esse outro que na sua relação dialógica e alteridade revelou uma epistemologia.

Portanto, podemos inferir a partir da materialidade da viagem-pesquisa que são inúmeros os conhecimentos evidenciados pelos parentes em suas narrativas que são frutos de sua relação de alteridade que acontece no dado tempo-espaço dentro da arquitetura dos conhecimentos do acordo de pesca. Esse momento único e singular vivenciado nesta viagem-pesquisa do encontro com o “outro” se deu em um contexto por um processo de alteridade mútua que o conhecimento foi se materializando. Para tanto, a construção de conhecimentos deve ser realizada em espaços que garantam as relações dialógicas nas trocas de conhecimento como a ocorrida nas comunidades pescadoras, no qual precisa libertar-se de um ensino positivista priorizando a educação escolar como espaço de diálogo entre culturas e conhecimentos inconclusos e não apenas legitimar os conhecimentos científicos e subalternizar os conhecimentos do cotidiano desses coletivos. Desse modo, a escola

necessita reconhecer todos os conhecimentos, tendo em vista, a superação e o respeito entre os sujeitos.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SARACÁ DE CIMA. Ata da Assembleia Geral de Pescadores, 21/05/2005 (documento impresso).

BAKHTIN, M.M **Estética da criação verbal**: Prefácio a edição francesa Tzvetan Todorov. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. M **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016 BAKHTIN, M. Dialogismo na construção do sentido. In: BRAIT B. (Org). 2. Ed. Rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015a.

BRAIT, B. **Bakhtin: Dialogismo na construção do sentido**. Organização de Beth Brait. 2. Ed. Rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015b.

BRAIT, B. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem **Bakhtin: Dialogismo na construção do sentido**. Organização de Beth Brait. 2. Ed. Rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015b, p.87-98

BAKHTIN, M.M **Para uma filosofia do ato responsável**. Organizado por Augusto Ponzio e Grupos de Estudos dos Gênero do Discurso. GEGe-UFSCar. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco, São Carlos: Pedro & João Editores, 2020

BRANDÃO, C. R. Brandão; BORGES, M. C. **A pesquisa participante**: um momento da educação popular. Revista de Educação Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007. Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente E Dos Recursos Naturais Renováveis. Disponível em: <  
<https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988> >. Acesso em 17 fev. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários á prática educativa-54. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**.58. ed. rev. Atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

IBAMA. **Instrução Normativa Nº 29, de 31 de dezembro de 2002**. Estabelece os critérios para a regulamentação, pelo IBAMA, de Acordos de Pesca definidos no âmbito de uma determinada comunidade pesqueira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 de dezembro de 2002. Disponível em:  
<[https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao\\_normativa/2002/in\\_ibama\\_29\\_2002\\_criteriospararegulamentacaodeacordosdepesca.pdf](https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2002/in_ibama_29_2002_criteriospararegulamentacaodeacordosdepesca.pdf) >. Acesso em 21 fev. 2024.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política, São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K, ENGELS F. Manifesto do Partido Comunista, trad. Alvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 1998

GRESPLAN, J. Marx: uma introdução, São Paulo: Boitempo, 2021

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MELO NETO, João Cabral de. **Educação pela pedra**. Obra completa. 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994. p. 345.

MIOTELLO, V **Por uma escuta responsiva: a alteridade como ponto de partida**. São Carlos: Pedro & João, 2018.

OSMOS, C. Conocimiento. *In*: ARÁN, P. O. **Nuevo diccionario de la teoría de Mijail Bajtin**. 1ª Ed. Córdoba: Ferreyra, 2006. p. 52-54.

SENA, A. F. de. **Limoeiro do Ajuru: História e Geografia**. Um estudo sobre o município de Limoeiro do Ajuru, estado do Pará. De Povoado à Vila; de Vila a Município. Coleção Novo Tempo Cabano. Vol. 6, 1ª ed., Cametá, Pará, 2007.

VOLÓSHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo; ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2018.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Epistemologia e Educação: bases conceituais e racionalidades científicas e históricas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (Org.) **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, A. B. [...] mas você tem que assumir o compromisso que vai ensinar tudo que eu lhe ensinei pra quem precisar[...]. [S.l]: **republica\_negra**, 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C1mypfkrOnv/?igsh=Z2Vib2hub2ZubTZp>. Acesso em: 17 fev. 2024.

TODA MATÉRIA. **Estado do Pará**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/estado-do-para/>. Acesso em: 23 de janeiro de 2023.

VILHENA, J. R. Acordos de pesca na Amazônia: uma análise das experiências de manejo comunitário dos municípios do Baixo Tocantins no estado do Pará. Anais do IX Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, Uberlândia, MG, 2017.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo; ensaio introdutório, 2017.



Universidade do Estado do Pará  
Centro de Ciências Sociais e Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Tv: Djalma Dutra s/n – Telégrafo  
[www.uepa.br/mestradoeducacao](http://www.uepa.br/mestradoeducacao)

